

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Um lugar para o tempo dos letrados: leituras, leitores e a biblioteca provincial
do Ceará na segunda metade do século XIX

José Humberto Carneiro Pinheiro Filho

JOSÉ HUMBERTO CARNEIRO PINHEIRO FILHO

UM LUGAR PARA O TEMPO DOS LETRADOS: LEITURAS, LEITORES E A
BIBLIOTECA PROVINCIAL DO CEARÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Dissertação apresentada no curso de
Mestrado em História Social do
Departamento de História da
Universidade Federal do Ceará como
parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre em História Social

Orientador: Prof. Dr. Francisco Régis
Lopes Ramos

Fortaleza
Agosto de 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca de Ciências Humanas

P721 Pinheiro Filho, José Humberto Carneiro.

Um lugar para o tempo dos letrados : leituras, leitores e a Biblioteca Provincial do Ceará na segunda metade do século XIX / José Humberto Carneiro Pinheiro Filho. – 2014.

141 f. : il., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

Área de Concentração: História social.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

1.Livros e leitura – Fortaleza(CE) – Séc.XIX. 2.Bibliotecas públicas – Fortaleza(CE) – Séc.XIX.

3.Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. I. Título.

CDD 027.4813109034

JOSÉ HUMBERTO CARNEIRO PINHEIRO FILHO

UM LUGAR PARA O TEMPO DOS LETRADOS: LEITURAS, LEITORES E A
BIBLIOTECA PROVINCIAL DO CEARÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XIX

Dissertação apresentada no curso
de Mestrado em História Social do
Departamento de História da
Universidade Federal do Ceará
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Mestre em
História Social

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof^a. Dr^a Giselle Martins Venancio
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. João Ernani Furtado Filho
Universidade Federal do Ceará

JOSÉ HUMBERTO CARNEIRO PINHEIRO FILHO

Adaptado de: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, nº 10, p. 10-11, 2010.

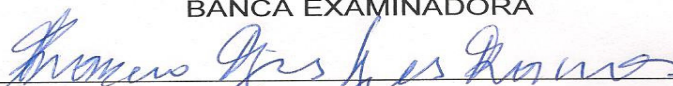
Assessoria de Comunicação Social: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, nº 10, p. 10-11, 2010.

UM LUGAR PARA O TEMPO DOS LETRADOS: LEITURAS, LEITORES E A
BIBLIOTECA PROVINCIAL DO CEARÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XIX

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Ceará (FAPESP) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) são instituições de ensino superior e de pesquisa.

Dissertação apresentada no curso
de Mestrado em História Social do
Departamento de História da
Universidade Federal do Ceará
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Mestre em
História Social

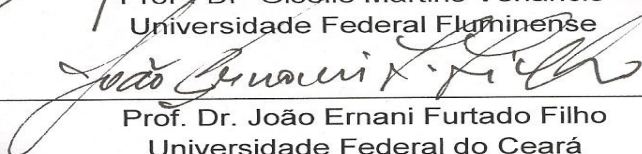
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará



Prof.ª Dr.ª Giselle Martins Venancio
Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. João Ernani Furtado Filho
Universidade Federal do Ceará

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Francisco Régis Lopes Ramos.

Aos professores Giselle Martins Venancio, João Ernani Furtado Filho e Ana Rita Fonteles Duarte.

Aos colegas e funcionários da Pós-Graduação em História da UFC.

À minha família.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

RESUMO

Em 1915, um dos romances mais lidos na Biblioteca Provincial do Ceará entre 1878 e 1887, *A mulher adúltera*, do espanhol Enrique Perez Escrich, foi definido numa espécie de índice como “uma obra indigna de um lar”. Definições como essa não foram incomuns ao longo do século XIX quando se falava das histórias romanescas. Aqui, a leitura de um romance acontecia no meio de vários impasses e interesses. Ou seja, consumir ficção impressa era uma prática de muitos discursos cruzados. Por isso que falar dos usos históricos da leitura é contribuir para uma análise da cultura do livro, seu lugar e significado numa determinada configuração histórica. Nossa pesquisa discute as práticas de leitura na Biblioteca Provincial do Ceará na perspectiva de uma cartografia crítica do circuito das letras em Fortaleza nas últimas décadas do XIX.

Palavras-chave: História da leitura; História do romance; Escrich.

ABSTRACT

In 1915, one of the most widely read novels in the Provincial Library of Ceará from 1878 to 1887, *The Adulterous Woman*, by the Spanish Enrique Perez Escrich, was defined, in a kind of index, as "an unworthy work for household". Definitions like that one were not uncommon during the XIX century, when there was talk of novelistic stories. At that time, reading a novel was done among several impasses and interests, that is, consuming fiction books was a practice discussed by many crossed speeches. That is why speaking about historical uses of reading is to contribute to an analyses of book culture and of its place and meaning in a particular historical situation. Our work discusses the reading practices in the Provincial Library of Ceará, in the perspective of a critical mapping of books circuit in Fortaleza in the last decades of the XIX century.

Keywords: History of reading; History of the novel; Escrich.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Acervo da Biblioteca Provincial do Ceará em 1868.....	60
Tabela 2- Acervo da Biblioteca Provincial do Ceará - 1887.	60
Tabela 3 - Obras consultadas	84
Tabela 4 - Autores consultados.....	86

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1 - Acervo da Biblioteca Provincial do Ceará de 1867 a 1887.....	56
Gráfico 2 - Frequência na Biblioteca Provincial do Ceará - de 1867 a 1875.....	73
Gráfico 3 - Frequência na Biblioteca Provincial do Ceará – 1879 a 1887.....	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A ORDEM DOS LIVROS: TRAMAS DE UMA BIBLIOTECA	22
1.1. Cultura letrada e civilização	22
1.2. Um lugar para os livros	36
CAPÍTULO 2. CAMINHOS DOS LEITORES E COTIDIANO DE LEITURAS ...	54
2.1. Ordenar para ler	54
2.2. Um lugar para ler.	70
2.3: Um lugar para ler romances?	80
CAPÍTULO 3: O GOSTO PELA LEITURA: VESTÍGIOS	88
3.1. A autoavaliação do romance	88
3.2. Temas e tramas.....	111
Considerações Finais.....	118
BIBLIOGRAFIA	136

INTRODUÇÃO

Em 1943 o Monsenhor Joaquim Nabuco trazia a público uma espécie de panfleto sobre a conservação e preservação dos livros no Brasil¹. O folheto procurava orientar nos cuidados dispensados à “saúde” dos acervos. Nota-se bem essa ideia no tópico chamado “Medicina preventiva do livro”. A propósito, como o autor compara a fisiologia humana com a estrutura de um livro, ele argumenta a possibilidade de algumas obras estarem mais predispostas aos anobiídeos. Dentre os classificados nesse grupo de insetos, e como principais bibliofagos, foram destacados a traça, a barata, o cupim e a broca. Formigas e camundongos foram vistos apenas como eventuais inimigos dos livros. Contudo, os formigueiros que apareceram na Biblioteca Provincial do Ceará foram motivo de um ofício expedido em 22 de abril de 1876 pelo governo da Província a fim de se providenciarem a sua extinção².

Denominados como bibliofagos, tais insetos são apontados por Nabuco como responsáveis seculares pela destruição de arquivos e bibliotecas. Num tom providencial, o autor enumerou algumas formas de prevenir e debelar tais malefícios. Como destacado no prefácio à sua segunda edição, em 1959, quando a publicação passa a se chamar *Em defesa do livro – a conservação das nossas bibliotecas e arquivos*, os ensinamentos ali enunciados beneficiam-se de outros ramos científicos como a química, no que dizia respeito à fabricação de inseticidas.

Além da manipulação desses produtos, as questões climáticas não foram ignoradas pelo autor. Muito pelo contrário. Na apresentação de *Em defesa do livro*, Nabuco sublinha que “em nosso clima, propício à proliferação de toda sôrte de pragas, a defesa do livro contra os seus cruéis e renovados inimigos é questão de vida ou de morte”³. E deveria ser também com o clima, segundo o autor, que poderíamos combater essas adversidades animais e naturais. Nesse caso, o frio estaria mais adequado como temperatura de uma biblioteca, pois como nos diz Nabuco, apesar do poder de aclimação do anobiídeo, em temperaturas baixas sua vida diminui

¹ NABUCO, Joaquim. **Em defesa do livro**: a conservação das nossas bibliotecas e arquivos. Rio de Janeiro: Antunes, 1959.

² Ofício da Presidência da Província do Ceará de 22 de abril de 1876.

³ NABUCO, *op. cit.*, p. 23.

Em vários relatórios dos administradores da Biblioteca Provincial do Ceará que analisamos nessa pesquisa, conhecemos a intensa discussão sobre a melhor localização espacial para esse estabelecimento. Seja do ponto de vista do acesso dos leitores ou da melhor disposição do acervo, muitas vezes esse assunto ganhou ares de polêmica entre os responsáveis por essa biblioteca. Quase um século depois, na sua pequena obra, Monsenhor Joaquim Nabuco prescrevia o lugar da biblioteca. De um modo direto, ele diz:

Convém que o salão da biblioteca seja um lugar fresco e arejado, sem sol direto, e de temperatura, quanto possível, igual. É a diferença de temperatura um dos principais fatores da umidade, que tanto mal faz aos livros. O sol direto, batendo nas estantes, resseca as encadernações, entorta os livros e desbota-os.⁴

No Brasil, data do século XIX o aparecimento de instituições públicas de leitura. Muitos desses acervos ocuparam espaços improvisados, sem as condições pensadas por Nabuco para a correta conservação dos seus livros. A Real Biblioteca do Rio de Janeiro ocupou inicialmente o lugar onde funcionava o hospital da Ordem Terceira do Carmo. A Biblioteca Provincial do Ceará, como mostramos nesse estudo, teve como primeira instalação o prédio construído para abrigar a Escola Normal, dividindo, logo depois, o espaço do antigo Quartel de Fortaleza com o Gabinete Cearense de Leitura.⁵ Os bibliotecários desse estabelecimento público do Ceará frequentemente apontavam problemas na estrutura desse espaço, reclamando mais estantes e mesas para os livros.

Acompanhando os relatórios de José de Barcellos, Luis Severiano Ribeiro e Fausto Domingues da Silva, ocupantes do cargo de bibliotecário da Biblioteca Provincial do Ceará entre os anos de 1867 e 1887, verificamos que muitas das reclamações desses administradores referiram-se ao mau uso que os consulentes faziam dos livros, além das obras que eram extraviadas. Para

⁴ Idem, p. 79.

⁵ Referimo-nos ao período de funcionamento dessa Biblioteca entre os anos de 1867 a 1887.

além de insetos e da umidade, no caso de muitas bibliotecas públicas no século XIX no Brasil, a defesa dos livros poderia ser estendida para o comportamento de seus leitores.

Difícilmente uma ação, uma política, um empreendimento, um projeto articulado pelo governo provincial do Ceará na segunda metade do século XIX não seria enunciado em nome do progresso, da civilização, da evolução da sociedade. Como se fosse uma ladainha, essas palavras enfeixavam os discursos que se ocupavam de fundar alguma coisa. Escolas, estradas, calçadas, biblioteca pública surgiam para colocar o Ceará no roteiro dos modelos mais elevados de civilidade e cultura. Um sintoma dessas ideias foi a sentença do Presidente Provincial João de Souza Mello e Alvim para apresentar oficialmente o primeiro espaço institucional público de leitura do Ceará. Mello e Alvim traz o argumento de que mais uma *frente* para modernizar a Província era empreendida. “(...) Está lançada a 1ª pedra d’esse monumento importante do progresso moral do Ceará”⁶. Dito a propósito da Biblioteca, mas caberia nessas décadas para qualquer outra coisa.

Pensar uma instituição como medida de “avanço civilizatório”, de “modernização” implica discutir os pressupostos desses termos correntes no século XIX. Para falar em matéria de noção de História que ajudava a forjar tais pressupostos, pode-se imaginar como esses discursos mobilizavam-se nos parâmetros de um registro moderno do tempo. Ou melhor, na forma que a temporalidade assumiu na modernidade, no seu regime temporal ou de historicidade. Na experiência moderna com o tempo, inscreveram-se alguns princípios de fundação da Biblioteca Provincial do Ceará. Passado, presente e futuro compunham-se nas falas para a Biblioteca num desenho representativo de algo que evolui, que avança, e que por isso mesmo tem no “futuro” o seu exemplo. Para falar com François Hartog, o “regime de historicidade”⁷ aqui predominante não é aquele que fez o tempo um ideal de repetição, do passado sempre como modelo, e sim o que incorporou ao processo da história a noção de progresso. Tempo como o que segue, como o que nunca é igual. Na

⁶ Relatório do Presidente da Província do Ceará Exm^o Sr. Dr. João de Souza Mello e Alvim – 06 de maio de 1867.

⁷ HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 13-21.

proposta interpretativa dos regimes de historicidade elaborada por Hartog, estamos no registro “futurista”. A ênfase está nele, mas não exclusivamente, porque, como ressalta Hartog, um “regime” não exclui o outro.

O “regime moderno de historicidade” predominava com sua temporalidade que avançava, que deveria progredir, que atravessava, por exemplo, as relações entre instrução e desenvolvimento que funcionavam como divisas do que se fazia em nome da civilização na Província do Ceará, que de alguma forma podemos chamar de *retaguarda* das promessas e do que era feito. Por outro lado, será necessário investigar como a biblioteca pública também se fazia com traços do “antigo regime de historicidade”: o passado como referência para a defesa de certas tradições.

O acesso ao conhecimento como uma experiência de instrução e edificação. O saber como oportunidade de colocar uma Província no ritmo moderno do avanço, da evolução. Sentidos de tempo e de história modernos por meio de política pública. O que poderíamos chamar de vocabulário próprio desse formato de tempo linear, que com ele traz ou promete na sucessão o progresso, comumente traduzia-se nos dias de burocracia do governo provincial do Ceará. Para o caso da criação e do funcionamento da Biblioteca Provincial, bibliotecários, instrutores públicos e presidência da Província investiram no cotidiano de uma escrita oficial os *topos* de uma economia da linguagem feita para construir a imagem do moderno.

Na última década do século XIX, os índices dessa distinção via cultura letrada estavam nos autores citados como representantes de uma tradição elevada. Em 1892, um texto de Arthur Orlando no jornal *O Pão*, órgão da agremiação literária Padaria Espiritual, falava da reverência a nomes como Homero, Shakespeare, Dante, Hugo, Goethe, Camões e José de Alencar.⁸ Mas na Biblioteca Provincial do Ceará, se ao invés de reverência falarmos de escolhas dos consulentes, o “cânone” desse cotidiano de leituras foi diferente. Entre 1878 e 1887, por exemplo, Homero, Shakespeare e Goethe não aparecem em nenhum dia de registro da Biblioteca. Já Victor Hugo, Camões e José de Alencar foram solicitados, respectivamente, sessenta, cinco e noventa

⁸ Jornal *O Pão da Padaria Espiritual*, Anno 1, num 1, p. 3.

e oito vezes. Nada comparável, porém, às 1.137 consultas ao espanhol Enrique Perez Escrich.

Quando foi publicado esse artigo de Arthur Orlando, a Biblioteca Provincial do Ceará tinha vinte e cinco anos de funcionamento. Foi no mesmo *O Pão*, também em 1892, que foi mencionado um problema que, como veremos, atravessou as reclamações que os bibliotecários responsáveis pela sua administração nas suas duas primeiras décadas expressaram nos relatórios oficiais. Mais uma vez, era do horário em que a Biblioteca ficava aberta ao público que se tratava. Numa espécie de editorial, A Padaria Espiritual pedia ao então Governador do Estado que no lugar dela ficar aberta entre 10 horas da manhã e 3 horas da tarde, passasse a funcionar entre 7 e 9 horas da manhã e 6 e 9 horas da noite.

Em ofício de 9 de março de 1867, o presidente Mello e Alvim agradece em nome do “engrandecimento” da Província a doação de duzentos mil réis que Luis Ribeiro da Cunha fez para a compra de livros para a Biblioteca. Nessa correspondência, houve outros agradecimentos com esse tom, ressaltando a relevância de uma doação dessa natureza para o reforço do trabalho civilizatório que era o funcionamento da Biblioteca Provincial. E quando não era dinheiro, a contribuição para tal empenho poderia ser com um livro que estivesse, claro, dentro dos parâmetros do que seria considerada a leitura correta para a missão a cumprir, sempre aquela cuja equação se fazia sob as palavras com vontade de ser uma máxima: “(...) um povo é tanto mais respeitado, quanto maior for a sua civilização”⁹.

Mello e Alvim não poupava seu discurso da crença no progresso nem da crença no progresso do qual a Biblioteca seria mais um meio privilegiado. *Meio* que fazia parte de uma espécie de empenho civilizatório pela cultura letrada na Província do Ceará. Escolas, gabinetes de leitura, clubes e grêmios literários podiam ser uma paisagem simbólica e prática que agenciaria os repertórios do *canto* progressista que animava os textos expedidos pelas Presidências do Ceará ao longo de toda a segunda metade do século XIX.

⁹ Relatório do Presidente da Província do Ceará Exm^o Sr. Dr. João de Souza Mello e Alvim – 06 de maio de 1867.

Diante de tanto desejo em acertar o compasso provincial na *reta* dessa evolução civilizatória, havia, em 1868, quando a Biblioteca já completava um ano de funcionamento, um índice de analfabetismo de mais de 85% da população de Fortaleza, onde se concentrava a maior parte dessas instituições e equipamentos. Dos vinte mil habitantes da capital, apenas três mil sabiam ler e escrever. A propósito, a universalização da alfabetização transformava-se nesse momento em matéria a ser reivindicada politicamente. Esse quadro local cujos elementos agrupamos com o nome de cultura letrada não era tão diferente da situação de outras Províncias. Esse mesmo período em outros lugares tinha mais ou menos o mesmo retrato e seguia na mesma batida. Escolas, bibliotecas públicas eram criadas em diferentes províncias, e criadas sob os mesmos auspícios.

Para um espaço que deveria cumprir o papel de propagar a civilização na Província do Ceará pela *boa leitura*, foi conveniente o recebimento, em 1874, de dois exemplares da obra “O adolescente educado na bondade, sciencia e industria”, de César Cantú. O tema do equilíbrio entre moral, conhecimento e trabalho tentava formar uma espécie de lastro para uma ordem cultural da sociedade em nome dos valores caros para a sustentação do universo burguês oitocentista. Cartilhas escolares, de ofícios, almanaques, ou seja, toda uma indústria do impresso que se encorpava ao longo do século XIX tinha nessa demanda por uma formação do caráter e de técnicas motivos mais constantes de publicação e circulação.

No entanto, se havia outros títulos do gênero na Biblioteca Pública, não foram eles que predominaram entre as escolhas dos consulentes, conforme os registros das leituras nesse espaço. O uso da biblioteca fez esta biblioteca “escapar” do que se prometia com ela? “Contrariava” o que se esperava dela? Entre 1878 a 1887, os frequentadores da Biblioteca Provincial do Ceará escolhiam ler romances. O que isso pode significar em um estudo de história da leitura?

A prosa ficcional do espanhol Enrique Perez Escrich, com seus enredos católicos, prevaleceu no gosto do cotidiano do uso da Biblioteca Provincial. Nos nove anos de registros, enquanto Machado de Assis teve duas consultas, Perez Escrich aparece 1.137 vezes no livro de consulentes. A

temporalidade que deu sentido à criação de uma biblioteca na Província do Ceará foi, de certo modo, a que tinha no futuro uma imagem ideal. O *tempo* em que essa instituição foi “colocada” por seus leitores, com seus hábitos de ler ficção, estava mais próximo do antigo “regime de historicidade”? Há esse descompasso entre uma ordem da Biblioteca e a prática dos seus leitores? Um desajuste com os programas cronológicos das escritas de uma história da literatura do Brasil e do Ceará?

Porque ler romance no século XIX era uma prática muito controvertida. A tematização da vida cotidiana, com personagens e cenas comuns, a dramatização direta de questões morais, uma relação estética (de identificação) que tanto na escrita quanto na leitura dispensava os critérios da retórica e da poética colocavam a produção romanesca sob olhares duvidosos, reticentes, assustados, condenatórios, mas ao lado de outros entusiastas, celebrantes, admirados. Para alguns de seus detratores, a perdição dessa leitura poderia começar pelo tempo: “De todos os dons de Deus, o tempo é o mais precioso, já que sua perda é irreparável e que nem as orações, os jejuns, as mortificações, nem mesmo anos inteiros passados no luto e nas lágrimas não podem trazer de volta um único dia que nós tenhamos dissipado.”¹⁰

E se não fosse exatamente o tempo, deixando-o bem controlado nas horas restritas do relaxamento, o perigo poderia estar no dano ao gosto, à moralidade, amolecidos “pela linguagem sedutora das paixões, sobretudo quando o autor soube emprestar-lhes as cores as mais graciosas”¹¹. Por outro lado, quase a mesma ideia e iguais palavras eram usadas para defender o gênero, para reconhecê-lo como escrita legítima. Do ponto de vista de uma história do romance moderno, o século XIX ficou dividido entre aceitá-lo e rejeitá-lo, vê-lo como um novo horizonte de conhecimento ou aquilo que arruinava qualquer perspectiva dessa natureza. Para o bem ou para o mal, a cultura letrada do oitocentos fez dessa ficção uma das suas principais pautas. Na ordem do século XIX, estava o romance. É nesse roteiro de defesas e

¹⁰ MASSILON. **Discours inedit de Massilon, sur Le danger des mauvaises lectures, suivi de plusieurs pieces interessantes.** Paris: Beauce, 1817, p. 1.

¹¹ BRUZEN DE LA MARTINIÈRE. **Introduction generale à l'étude des Sciences et des Belles Lettres, en faveur des personnes qui ne savent que le François.** La Haye: chez Isaac Beaugard, 1731, p. 189-190.

detrações que colocamos as escolhas dos leitores da Biblioteca Provincial do Ceará.

Portanto, como interpretar a historicidade das 1.137 consultas dos volumes de Perez Escrich? Comparado com qualquer outro autor registrado no livro de consultas, seu índice surpreende. O autor de *A mulher adúltera* teve mais de dez vezes a quantidade obtida por José de Alencar, segundo nesse levantamento para o período. Portanto, no desejo de imaginar uma cultura do livro na Província do Ceará nas últimas décadas do XIX e dado esse dia a dia na Biblioteca, o gosto por romances, principalmente os estrangeiros, ocuparia espaço destacado no que poderíamos delimitar como cartografia das letras. Tudo isso não obstante o que muitos já chamaram de voga das publicações evolucionistas e cientificistas preenchendo as bibliotecas e as *rodas* (como clubes, grêmios, reuniões) de letrados locais. Não obstante, também, como deixavam claro todos os alertas, as ciladas que a leitura romanesca poderia trazer. Uma cena ficcional poderia ser a síntese dessas insistências no contrário que o consumo de romances mobilizava. Ela está no *A normalista*, de Adolfo Caminha, quando o professor Berredo, da Escola Normal, recomendava a leitura de Júlio Verne, “um precioso tesouro de conhecimentos úteis e agradáveis”, no lugar das “leituras sem proveito, muitas vezes impróprias de uma moça de família...”¹²

O romantismo de Perez Escrich atraiu mais? Seus enredos de “sabor evangélico”, como definiu numa nota o jornal “A Província de Mato-Grosso”, de 29 de julho de 1888, “adornados com florzinhas”, no comentário de Marlyse Meyer¹³, fizeram da Biblioteca Provincial do Ceará um lugar para ler romances? Um lugar em que as histórias de amor feitas nas receitas dos folhetins mais românticos foram preferência? Como se todos estivessem “cansados de crimes e horrores à Ponson du Terrail”, ainda na imaginação de Marlyse Meyer? Talvez tenha sido essa literatura romântica e seus apelos de simetria entre “realidade” e “desejo” que fazia Lurdinha, de *O Quinze*¹⁴, de Rachel de Queiroz, ver no irmão um galã de Escrich. Enquanto para

¹² CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 65.

¹³ MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁴ QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

temperamentos mais *realistas*, como o de Albertina, do conto *Romance Ligeiro*, de R. Matolla, era enfado o que lhe causavam as histórias do espanhol.

Para pensar o circuito dos objetos impressos de maneira mais alargada, consideramos a abordagem das práticas das leituras, suas modalidades, temporalidades, figurações como pertinentes a essa tarefa. As relações estabelecidas com tais objetos, sobretudo com os livros, por meio dos usos da leitura são um aspecto relevante para uma crítica da cultura do livro, seu lugar e significado numa determinada configuração histórica. Ao sobrepô-las, as cartografias que podemos desenhar para esse sistema não necessariamente coincidem. O mapeamento da presença do livro não nos oferece o mapa da sua leitura.

Nossa pesquisa discute as práticas de leituras na Biblioteca Provincial do Ceará no horizonte de investigação das leituras de romances e das suas memórias no Brasil durante o século XIX. Dentro desse “sistema” temos as escolhas dos leitores como aspectos relevantes para uma abordagem da história das temporalidades em um lugar de leitura. Analisar a discussão para a criação de uma biblioteca pública na Província do Ceará e pensar o uso que os leitores deram ao acervo dessa biblioteca entre os anos de 1878 a 1887 nos possibilitarão pensar (e nuançar) o que poderia ser definido como comunidade das letras em Fortaleza na segunda metade do XIX.

No capítulo 1 será estudado o sentido de uma biblioteca pública na Província do Ceará na segunda metade do século XIX. Espaço *significado* de diferentes maneiras. Como projeto de civilização da Província, como expectativas dos seus diretores. Há, também para exame, os dispositivos dos seus regulamentos, a ordem dos seus livros, tudo isso formando uma *lógica* para o seu funcionamento. Para uma abordagem mais ampla do debate sobre essa relação entre a criação de uma biblioteca pública e a modernidade da Província do Ceará, focalizaremos a metade do século XIX, o início da década de 1850, quando esse estabelecimento era ainda só um desejo e uma querela entre as autoridades locais. Acompanhando principalmente o debate legislativo em torno dessa questão, pensaremos na formação de um ideal de civilidade e moralidade por meio da cultura letrada.

No nosso segundo capítulo faremos a discussão do que poderíamos chamar de “outro lado”, sobretudo por meio do que era lido, de quem lia, de quando lia. Com o Livro de consulentes de 1878 a 1887 da Biblioteca Provincial do Ceará, teremos essas referências para o cotidiano de leituras nesse espaço. A leitura ideal não era a leitura de romances, principalmente se considerarmos projetos de instrução e civilizatório. Com o predomínio dessa leitura “inadequada” na Biblioteca Provincial do Ceará, vamos abordar o cotidiano das consultas nessa instituição como um possível “desvio”, talvez um “distúrbio” no papel desse espaço para a Província do Ceará.

No capítulo 3, com o levantamento dos autores e dos títulos mais consultados na Biblioteca Provincial do Ceará, teremos um mapa de aspectos dos itinerários dos leitores nesse espaço entre os anos de 1878 a 1887. Comentaremos, com a recuperação das fortunas críticas que as obras mais lidas na Biblioteca tiveram na segunda metade do século XIX, os supostos significados que elas poderiam ter com a presença nas mesas de leitura da Biblioteca Provincial do Ceará. A ideia é pensar essa dimensão do circuito de um livro e sua recepção numa biblioteca pública do século XIX como um elemento que forja a historicidade da sua existência social, como produto simbólico, literário e pertencente ou não a uma tradição.

Ao longo da dissertação analisaremos os relatórios da Assembleia Provincial, no que se refere à Biblioteca Pública, relacionando-os com os relatórios dos bibliotecários da mesma, comparando os dados referentes à Biblioteca e associando-os com as informações do registro de consulentes de 1878 a 1887. Tanto nos relatórios dos presidentes de Província quanto nos relatórios dos bibliotecários encontramos referências ao acervo da Biblioteca Provincial do Ceará. Examinamos a relação de livros comprados ou doados, novas classificações das estantes, pedidos de livros, detalhes de empréstimos ou extravio.

No seu regulamento de 2 de janeiro de 1867, já estava determinada a utilização de um livro para os registros das consultas diárias na Biblioteca Provincial do Ceará. Entretanto, não localizamos nenhum documento de tal natureza que nos permita conhecer esses dados entre os anos da fundação da Biblioteca e o ano de 1877. Já entre os anos de 1878 a 1887 foi possível

apreender melhor o outro lado da ordem da Biblioteca Provincial do Ceará, o outro lado das expectativas oficiais, ou seja, o uso que os leitores fizeram desse espaço, no *feitio* das suas escolhas. Por meio do livro de consulentes, identificamos indícios sobre *itinerários* que cada leitor construiu no universo com que se deparou nessa instituição. O cotidiano de leituras da Biblioteca desse período deixou alguns “rastros” nas inscrições no livro de consulta. Acompanhando o dia-a-dia de registro das leituras, observamos como as escolhas dos leitores foram dando certos sentidos ao uso dessa instituição.

CAPÍTULO 1: A ORDEM DOS LIVROS: TRAMAS DE UMA BIBLIOTECA

1.1. Cultura letrada e civilização

Fortaleza foi durante toda sua segunda metade do século XIX menos uma cidade das letras do que de pessoas analfabetas. Mas, também sobre esse mesmo período, podemos afirmar que foi nele que se formaram condições mais estruturais para a circulação e o uso de objetos impressos. Agrupamentos literários, escolas, livrarias, gabinetes de leitura, uma biblioteca pública configuravam um circuito de consumo de livros e criavam motivos e demandas para a participação do Ceará na indústria e no mercado livreiro.

A propósito das sociedades e academias literárias, elas receberam muitas vezes (e ainda recebem) o papel de “ponto de partida” de uma trajetória das *letras* no Ceará. Depois de ajustar os critérios para classificar quem seria ou não um autor cearense, Dolor Barreira, num momento que ele chama de “vista de conjunto do nosso passado literário”, fala que “a evolução das letras no Ceará se fez, quase sempre, preponderantemente, em torno das associações, academias ou grêmios literários e dos seus órgãos especiais.”¹⁵ Com pouca variação, essa *ordem* narrativa, que faz desses grupos marcos de uma suposta “literatura cearense”, atravessa como uma litania outras produções do gênero. Dependendo do tamanho que o historiógrafo quisesse dar ao passado, a origem dessas *letras* poderia estar mais no início do século XIX, como faz Sâncio de Azevedo com os “Outeiros”, que embora não fosse propriamente um grupo, suas reuniões em 1815 esboçaram a origem de uma trajetória.¹⁶

¹⁵ BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1948, p. 59.

¹⁶ AZEVEDO, Sâncio. **Literatura cearense**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976.

Essa *ordem* divide a história desses movimentos literários basicamente em duas gerações, usando a definição dos próprios literatos: “Mocidade Cearense” e “Novos do Ceará”. Entre 1870 e 1880, a primeira geração se engajou a favor do racionalismo filosófico e do abolicionismo. Esse espírito intelectual foi encarnado nos propósitos da Academia Francesa, do Clube Literário, entre outros. Os “Novos do Ceará” também seguiriam a causa abolicionista, defendendo os valores democráticos e o mérito como distintivo social. A Padaria Espiritual e o Centro Literário são representantes dessa geração.

O desejo de uma cronologia da ciência e da cultura no Ceará do tempo do Império segue com mais ou menos referências às Fênix Estudantal, Academia Francesa, Clube Literário, Centro Literário, Padaria Espiritual, Academia Cearense de Letras, Instituto Histórico do Ceará. Se por um lado cada organização dessas possuiu um ano e um nome próprios, por outro muitos de seus membros se repetiam. Esses espaços surgiam e desapareciam em intervalos rápidos, repisando principalmente a fórmula das academias científicas e literárias da Europa, mas funcionando na composição de um “entre eles”, fundamental na definição de uma visibilidade e legitimidade desses grupos, de sua diferenciação como comunidade autêntica.

Voltando principalmente de Recife, da Corte, e alguns da Europa, esses acadêmicos, entusiasmados com as últimas modas literárias em produção e circulação nesses ambientes, empenharam-se na criação de um clima intelectual - aos moldes do que viam nessas viagens - na Província do Ceará. E de acordo com as pesquisas sobre esses movimentos, não foram poucas as iniciativas nesse sentido. A maioria desses agrupamentos literários foi marcada pelos pensamentos cientificistas e materialistas do período. As ideias de Taine, Buckle, Spencer, Darwin encontraram ressonância nos projetos e manifestos do academicismo cearense do século XIX.

As teorias evolucionista e cientificista em voga na Europa, e de lá importadas, são colocadas por esses trabalhos como representativas do repertório de leituras desses grupos letrados, tornando-se o principal indicador do consumo literário dessa época. Essas ideias inspiraram e caracterizaram muitas discussões entre intelectuais no Brasil nas últimas décadas do século

XIX, seja nas faculdades, nas reuniões de suas confrarias, seja nas suas produções impressas, tanto em Fortaleza como em outros centros do Império. Entretanto, isso não significa que a cultura livresca e o universo de leituras na Província do Ceará nesse período tenham se resumido a essas escolhas. Pensamos que, alargando a escala de análise, veremos que o acesso às letras, os usos dos livros, as escolhas dos leitores se encerraram em outros espaços e lugares, de outras formas e modos que devem ser investigados para uma compreensão um pouco mais precisa do que foi esse universo letrado de Fortaleza em fins dos oitocentos, vislumbrando melhor as procuras, as modas literárias nesses anos.

Com seus órgãos de imprensa, essas academias apresentavam suas ideias e alimentavam suas polêmicas. Por exemplo, o jornal maçônico *Fraternidade* que fez oposição contundente ao clero, ao seu periódico *Tribuna Católica*. O *Fraternidade* tornou-se o espaço privilegiado no qual a Academia Francesa apresentava e discutia suas posições. A secularização do Estado, o ensino leigo, público e gratuito foram algumas bandeiras defendidas pelos acadêmicos, gerando muitas controvérsias com o pensamento católico. Um fato que estremeceu mais ainda essas diferenças foi a criação, em 1874, da Escola Popular. Essa iniciativa, que contava com a participação de muitos membros da Academia Francesa, foi vista como um espaço destinado às camadas mais desfavorecidas.

Ao longo de sua trajetória, o escritor Adolfo Caminha conquistou inúmeros desafetos e se envolveu em várias polêmicas morais, políticas e literárias. As marcas dessas polêmicas podem também ser observadas numa série de crônicas publicadas entre novembro de 1893 e julho de 1894, na *Gazeta de Notícias*, sob o título de “Cartas Litterarias”. Algumas dessas “cartas” trazem ensaios que refletem um pouco os desdobramentos dos debates intelectuais na segunda metade do século XIX no Brasil e no Ceará.

Na publicação das “Cartas Litterarias” em livro, cuja primeira edição foi de 1895, organizada pelo próprio Adolfo Caminha, foram acrescentados textos publicados originalmente na Revista Moderna, de Fortaleza, em 1891. Essa revista foi idealizada e fundada por Caminha, que via nesse empreendimento um risco, pois acreditava numa aversão, na Província do Ceará, a tudo que diz respeito à literatura. Foi nessa revista que Caminha

estreou a sua pena crítica, suscitando polêmicas com as suas declarações inusitadas. O romancista destaca a importância dessa revista para as produções e iniciativas literárias, porque acreditava que a imprensa diária somente dava espaço para assuntos de ordem política. Assim, afirmou no primeiro número da revista que:

Se aparece entre nós um livro, seja de autor nacional ou estrangeiro, a crítica, se crítica há aqui, não se dá sequer ao trabalho de folheá-lo quanto mais autopsiá-lo; sem escrúpulos limita-se a noticiar o aparecimento da obra em termos os mais lacônicos e entusiásticos possíveis, sem comentários.¹⁷

Foi nesse periódico, publicado mensalmente, que Caminha deu início a contendas com dois escritores cearenses: Antônio Sales e Rodolfo Teófilo. Em dois artigos, um sobre os *Versos Diversos*, de Sales, e o outro sobre *A Fome*, de Teófilo, ambos publicados em 1890, Caminha questionava a qualidade estética dessas obras, apontando defeitos na metrificação dos poemas de Sales além de indicar alguns versos supostamente plagiados de outros poetas por esse autor. Sobre o romance *A Fome*, de Rodolfo Teófilo, Caminha destacava a inverossimilhança da narrativa, a incoerência e a monotonia do enredo.

Na primeira crônica do *Gazeta de Notícias*, vemos surgir duas questões que vão perpassar toda a série, balizando outras reflexões e sugerindo uma linha temática geral para a série. São elas: as condições e os valores da produção literária no final do século XIX. Essas questões vão se traduzindo ao longo da série nas discussões sobre o compromisso do literato com a sua atividade, autonomia do trabalho artístico, nos princípios do ofício literário, e no debate sobre as tendências naturalistas e simbolistas. Essa última questão foi assim sugerida no primeiro texto do jornal:

Já então corria como cousa decidida a queda estrondosa do Naturalismo – queda fatal e necessária! Apostropharam os inimigos de Zola – Que estava morto o naturalismo, diziam; que Zola não tinha mais cotação no mercado litterario – Zola, o pedante romancista que inventou a sciencia physiologica dos Rougon Macquart – e, finalmente, que o Simbolismo representava as tendências mysticas desta pobre e velha

¹⁷ “Revista Moderna” *apud* BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1986, p. 271.

humanidade fin de siècle para uma nova ordem de cousas nebulosas, ainda não definidas, esboçadas apenas no riso medroso da imberbe geração portuguesa.¹⁸

Evidentemente, o contato mais direto que se poderia ter no século XIX com as novidades e produções literárias e científicas de outras partes, para além do intermédio daqueles que regressavam com esse conhecimento em mente, era a comunicação impressa, sobretudo nas suas formas de livro e jornal. Nesse sentido, a formação de mecanismos e equipamentos, além de espaços e instituições, que possibilitavam o acesso a esses livros e jornais, no Ceará Provincial, permitiu a formação de uma cultura letrada. Como componentes dessa formação, pensamos não apenas nas instituições oficiais de ensino e nessas associações mais orgânicas de letrados, mas também em outros meios como livrarias, gabinetes de leitura, Biblioteca Provincial do Ceará, que participaram do circuito das letras na Província. Dessa forma, a venda e o aluguel de livros, as leituras nos gabinetes e na Biblioteca pública indicam, ao lado do repertório de leituras nas escolas e nos clubes literários, um melhor esboço do que podemos chamar de universo de leituras na segunda metade do século XIX no Ceará.

Outro elemento pensado pelo poder provincial para enriquecer o seu projeto de civilizar e modernizar a Província e sua população foi a instalação de um teatro. O engenheiro-chefe Henrique Theberge em seu relatório ao Presidente João Antônio de Araújo Freitas, em 1870, reclamou a criação de um teatro para evitar distrações inúteis e degeneração moral de uma sociedade. Theberge considerava que sendo o teatro um ambiente de entretenimento adequado, a pertinência do seu estabelecimento era incontestável¹⁹. Ele lembrou que já tinha sido iniciada a construção, sem continuidade, de um teatro, cujos alicerces ainda permaneciam junto ao edifício da Biblioteca Pública. Em 1875 foi realizada uma discussão oficial sobre a instalação de um teatro no Ceará.

A sociabilidade dos rapazes que formavam os grêmios literários se dava no entusiasmo dos ajustes das leituras importadas da Europa. Com mais ou menos detalhes, o repertório desses letrados funciona como um indicador

¹⁸ “Cartas Litterarias”. In: **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1893.

¹⁹ Relatório do Dr. Engenheiro Chefe da Província Henrique Theberge – 8 de agosto de 1870.

de consumo literário da época. Ele permite supor as pautas dos seus debates, seja nas faculdades, nas reuniões de suas confrarias, nos seus impressos. Mas pensar num “público leitor”, para além das sugestões abstratas da circulação da filosofia e da literatura que também fizeram parte das reuniões desses letrados, implica na consideração de outros espaços, como livrarias, gabinetes de leitura, bibliotecas públicas, que nessa segunda metade do século XIX, tanto no Ceará quanto em outras províncias, foram oportunidades de acesso às letras.

Se tivermos de falar na formação de uma cultura da leitura em Fortaleza para esses anos finais do XIX, com um recorte cartográfico mais dilatado, temos de pensar no livro como negócio. O comércio livreiro foi um elemento significativo no funcionamento dessa cartografia que queremos pensar. Baseando-se principalmente nos inventários dos livreiros Joaquim José de Oliveira e Gualter R. Silva, de 1870 e 1891, respectivamente, a historiadora Ozângela de Arruda Silva mostra-nos o que e como existia em termos de publicações científicas, literárias, filosóficas para compra na capital da Província. Embora no século XIX os livros não fossem vendidos “apenas em livrarias, assim como as livrarias não vendiam apenas livros”²⁰, houve uma especialização desse segmento comercial, como destaca Ozângela.

Pensando sobre as leituras dos membros das academias literárias que comentamos acima, não há sugestão da presença do romanesco de Camilo Castelo Branco, Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo. Mas foram esses os autores com mais títulos no inventário da livraria Joaquim José de Oliveira & Companhia em 1870. No arrolamento da “Libro-Papelaria Gualter”, em 1891, o escritor espanhol Enrique Perez Escrich lidera com vinte e seis títulos e cinquenta e quatro exemplares. Como foi mencionado na “Introdução”, Escrich, entre 1878 e 1887, na Biblioteca Provincial do Ceará, predominou nas escolhas dos consulentes. Aliás, no conjunto de consultas na Biblioteca nesse intervalo de nove anos, da mesma forma que nas livrarias estudadas por Ozângela de Arruda, foi a prosa de aventuras românticas que prevaleceu. Prevalecia e desagradava, como podemos sentir na insinuação crítica do narrador do *A normalista*, quando se refere aos hábitos de Maria do Carmo:

²⁰ SILVA, Ozângela de Arruda. **Pelas rotas dos livros**: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870 – 1891). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011, p. 33.

“Sua vida traduzia-se em ler romances que pedia emprestado a Lídia, toda preocupada com bailes, passeios, modas e *tutti quanti*”²¹.

Houve o conjunto de leituras nos clubes filosóficos e literários, mas havia a venda, o aluguel de livros, as leituras nos gabinetes e na Biblioteca Provincial que podem nos permitir tramar um universo das *letras* na segunda metade do século XIX em Fortaleza. A respeito da *moda* de gabinetes de leitura, seus surgimentos tiveram alguma frequência no Brasil do século XIX. Eles são apontados como resultado da ampliação dos meios de acessos a uma cultura letrada, possibilitando um contato mais democrático com o saber, a partir da franquia do seu espaço para vários grupos sociais. Além disso, os gabinetes favoreciam o comércio livreiro, já que adquiriam com frequência títulos novos e usados, sendo a mais fácil fonte de contato com os livros a uma clientela que pudesse pagar o módico aluguel. Sobre os significados dessas instituições, vale destacar o que nos diz Schapochnik:

Neste caso, gabinete literário, cujo termo faz remissão para a emergência de uma nova base institucional, solidária às transformações econômicas, políticas, culturais e tecnológicas que alavancaram a difusão dos livros e das práticas de leitura na Europa, nos Estados Unidos e também em diversos pontos do império brasileiro.²²

O Gabinete Cearense de Leitura foi criado em 2 de dezembro de 1875 a partir da iniciativa de Antonio Domingues da Silva, João da Rocha Moreira, Fausto Domingues da Silva, Joaquim Álvaro Garcia, Vicente Alves Linhares Filho, Francisco Perdigão de Oliveira e Antonio Domingues dos Santos Silva²³. O Gabinete Cearense de Leitura dividiu o mesmo prédio com a Biblioteca Provincial do Ceará, em 1878, quando esta foi transferida da sua primeira sede na praça Marquês de Herval. A presidência do Ceará se referia a esse estabelecimento como sendo:

Fruto da iniciativa individual e do largo pensamento de levantar um concurso em favor da nobre causa da instrução pública da Província, o Gabinete de Leitura, tem justificado a sua

²¹ CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 21.

²² SCHAPOCHNIK, Nelson. **Jardins das delícias**: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial. 1999. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

²³ Falla com que o Exm^o Dr. Francisco de Faria Lemos abriu a 1^a sessão da 23^a legislatura da Assembléia Provincial – 1 de julho de 1876.

existência pela aceitação que há merecida, e serviços que tem prestado em abono dessa útil instituição. Confiado a uma diretoria inteligente e animada do mais sincero devotamento pelo bem público.²⁴

Diferentemente de outros gabinetes do seu mesmo gênero que surgiram durante o século XIX em diferentes locais do império brasileiro, o Gabinete Cearense de Leitura tomou feições de uma instituição pública. Sendo inicialmente de natureza privada, o Gabinete Cearense, através do acordo com o governo provincial e a transferência da Biblioteca Pública, passou a seguir alguns princípios públicos de funcionamento, que vão dar a ele um “novo” sentido de funcionamento. Porém, isso não fez com que ele perdesse a sua categoria de instituição privada, já que, mesmo com esse acordo, foi mantida uma relativa autonomia de ambos os estabelecimentos. E para definir esses princípios e organizar o funcionamento da Biblioteca Provincial no seu novo endereço,

O Presidente da província, usando da atribuição do art. 48 da lei nº 1668 de 19 de agosto de 1875 e art. 24 s 1º da lei nº 1748 de 13 de setembro de 1876, e tendo em consideração a dupla conveniência de franquear ao público o exame das obras da biblioteca pública e do gabinete cearense de leitura, e de facultar a saída dos livros mediante assignaturas, depois de ter chegado a um accordo com a directoria do mesmo Gabinete Cearense, resolve reformar a biblioteca pública pelo modo declarado nos artigos seguintes.²⁵

Há falas, como a do historiador Raimundo Girão, destacando a segunda parte do século XIX na capital da Província do Ceará como momento de mudanças nas suas paisagens urbana e social. As relações dos indivíduos entre si e suas experiências com e na cidade foram reorientadas à medida que a cidade recebia novos traçados e equipamentos urbanos, *vendo* surgir, enredados nesses aspectos, novos espaços, funções e usos sociais.

O deslocamento em Fortaleza se dava por novos caminhos, num plano de ruas que estavam cada vez mais dispostas na forma de xadrez. Com a pavimentação, a ideia era de uma circulação sem incômodos, desconfortos, sem a areia quente. Houve a estreia de um novo sistema de iluminação. A Ceará Gás Co Ltd, organizada em 1865, torna-se responsável pela iluminação

²⁴ Falla de 1877

²⁵ Regulamento da Biblioteca Pública do Ceará de 1878.

pública e particular da cidade, enquanto a Ceará Water Work Co Ltd cuidava do abastecimento de água.²⁶

A comunicação e os transportes ganhavam novas formas e tecnologias com as construções da estrada de ferro de Baturité, iniciada em 1872, e das pontes de Caucaia, concluídas em 1859, implicando forte impacto na vida social e econômica da cidade. Outro fato importante nesse sentido foi a circulação, desde o dia 25 de abril de 1880, dos bondes de tração animal da Companhia Ferro-Carril. Todos os bondes saíam diariamente, das 6 da manhã às 9 da noite, da Praça do Ferreira. 100 réis era o preço do bilhete. O telégrafo, que a partir de 23 de fevereiro de 1881 deixava Fortaleza em contato com a corte, e o telefone, a partir de 11 de fevereiro de 1883, influenciaram, ao lado dessas outras mudanças, novas noções de tempo e espaço, bem como novas relações entre os indivíduos.

A vontade de elegância nas casas, com desenhos que indicavam distinção e opulência, com uma arquitetura assobradada, mudando o panorama horizontal de Fortaleza, também foi um novo traço de urbanidade. Como um resumo dessa mudança temos, segundo Raimundo Girão, “72 sobrados, quase todos de um só andar, 4.380 casas térreas e 1.178 choupanas. Quarenta e cinco ruas, 4 *boulevards*, 16 praças, 10 templos católicos e 25 edifícios públicos”²⁷.

Vivendo e trabalhando nesse cenário, havia pouco mais de 20 mil habitantes, entre estes, vinte advogados, oito médicos, seis farmacêuticos e quatro dentistas, que já exerciam suas atividades numa nova configuração urbana. No comércio, a capital, desde 1866, mantinha negócios diretos com Lisboa e Liverpool. Esse setor era animado, neste período, por sessenta e três lojas de fazenda, quatorze armazéns de secos e molhados, duas lojas de ferragens, quatro lojas de calçado francês e uma loja de instrumentos musicais.²⁸ Com a astúcia e o alarido dos seus vendedores, com as contra-propostas dos seus fregueses, outro evento comercial que teve seu espaço nessa trama urbana foi a “feira nova”.

²⁶ GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1959.

²⁷ Idem, p. 85.

²⁸ CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos no Ceará Provincial**. São Paulo: Annablume, 1997, p. 74.

Ao longo do século XIX, sobretudo a partir de sua metade, localizamos uma formação urbana de Fortaleza, com o desenvolvimento de uma malha comercial, com a construção de espaços como praças, passeios, teatros, biblioteca, entre outros lugares, que traziam, segundo os seus entusiastas, uma imagem e uma atmosfera moderna para a cidade, colocando-a em sintonia com os parâmetros de civilidade e de “bom-gosto”.

Do enredo dessas transformações, a cidade não via apenas o surgimento de uma nova “função comercial”, mas também de uma “função espiritual”, animada num circuito letrado que se formava com escolas, encontros e agrupamentos literários, livrarias, gabinetes de leitura, a fundação da Biblioteca Provincial do Ceará, etc. Nesses ambientes, mas não só neles, encerraram-se o contato com histórias e ideias, sobretudo no seu registro impresso, que formaram o universo de leituras da segunda metade do século XIX no Ceará.

As novas tecnologias de cidade que surgiam em Fortaleza nesses anos, a sua nova vida material ensejavam e instilavam novas experiências e relações entre os seus habitantes. Outras funções e demandas sociais surgiam nesse cenário de transformação. A circulação e o consumo de mercadorias que vinham cada vez em maior quantidade e mais rápidas, a comunicação que se estreitava com outras cidades, os novos espaços e formas urbanas, enfim, tudo isso contribuindo para uma nova economia e uso social.

A formação do universo das letras de um lugar e um período configura-se também (muitas vezes, principalmente) pela existência de bibliotecas particulares. O mapa do livro e da leitura pode se modificar bastante com a investigação dessa posse particular e de suas práticas privadas. Muitas referências ou alusões a esse tipo de relação com o livro são feitas em memórias, com todas as particularidades dessa forma de contar o passado. A pesquisadora Luciana Andrade oferece-nos um exemplo disso quando cita a escritora Alba Valdez que, numa fala em 1937 no Congresso Regional de História e Geografia, lembrava as horas de leituras que alentavam as donas de casa, com seus Escrich, George Ohnet, Casemiro de Abreu, Castro Alves, Olavo Bilac.²⁹

²⁹ ALMEIDA, Luciana Andrade de. **Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

Indícios dessa “domesticidade” estavam nos anúncios de um mobiliário mais adequado para as leituras em casa, como a cadeira que possuía “um aparelho estante que serve para prender o livro aberto na posição que se desejar sem ocupar as mãos.”³⁰

Fundar uma biblioteca pública no Ceará era, para as autoridades provinciais, realizar um projeto civilizador. Um instrumento para difusão do conhecimento, como insistiam as palavras do Exm^o Sr. João de Souza Mello e Alvim, presidente da Província em 1867. Ele destacou a necessidade urgente da fundação de uma biblioteca tendo em vista as condições de desenvolvimento em que se encontrava a Província do Ceará. Desde 1848 a discussão da estruturação de uma biblioteca pública em Fortaleza já ocupava um lugar nos debates da Assembleia Provincial do Ceará, fato que nos mostra que a preocupação em “modernizar” o Ceará, pensando a Biblioteca Pública como um elemento relevante para essa modernidade, é bem anterior a sua fundação. Logo, devemos inscrever a sua historicidade a partir da ideia de sua criação e inserida em um movimento maior de surgimento de espaços de leituras, como bibliotecas e gabinetes, durante o século XIX no Brasil. É o que poderíamos chamar de um “encorpamento de malhas”³¹ para a difusão da leitura.

Junto com o aumento de instituições de instrução primária e secundária a partir da metade do século XIX, vemos que uma biblioteca pública seria mais um importante aparato moralizador. Isso é o que fica destacado nas palavras do Presidente do Ceará João de Souza Mello e Alvim quando diz, “(...) Está lançada a 1^a pedra d’esse monumento importante do progresso moral do Ceará”³². Civilizar e moralizar um povo, eis os principais propósitos e preocupações do governo da Província para a criação de uma “infraestrutura do saber”, possibilitando a difusão e o consumo do conhecimento, que instrui e edifica.

Assim, podemos compreender a insatisfação e o pesar das autoridades provinciais sobre os problemas que enfrentava em 1856 o Liceu

³⁰ Jornal **Libertador**, Fortaleza, 18/02/1887, p.4 *apud* ALMEIDA, Luciana Andrade de. **Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008, p. 30.

³¹ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da Leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

³² Relatório do Exm^o Sr. Dr. João de Souza Mello e Alvim – 06 de maio de 1867.

Provincial. Como principal dificuldade apontada pelos responsáveis pela instrução pública estava a condição de desamparo pela qual estava passando esta instituição de ensino. Como causa desse abandono foi apontado o caráter restritivo dos estatutos dos cursos superiores, que só aceitavam os exames prestados nas escolas anexas das faculdades, o que levava os pais a mandarem seus filhos estudarem nesses espaços.

Algumas propostas para o desenvolvimento da instrução na Província estiveram aliadas aos interesses de diminuir os gastos públicos. Exemplo disso é o incentivo do governo às iniciativas de ensino particular, que além de aumentarem os locais de difusão do saber, diminuiria o alto custo financeiro na manutenção das escolas públicas. Outra discussão sobre a educação na província do Ceará é a respeito do ensino livre ou obrigatório³³, ou seja, quem seria o responsável pela instrução no Ceará.

Nesse contexto de debates e incentivos à formação de um sistema eficaz de ensino no Ceará, foram gradativamente surgindo diferentes estabelecimentos educacionais, como a Escola Popular, criada em 31 de maio de 1874, e que oferecia cursos de primeiras letras, língua nacional, francês, aritmética, história do Brasil e geografia elementar, funcionando das 6 e meia às 9 horas da noite. Essa instituição, seguindo uma perspectiva de disseminação do saber, oferecia um curso de conferências públicas, e às quintas-feiras aconteciam a explicação da constituição, ensino de moral e leitura de jornais.³⁴

O aumento no número de estabelecimentos particulares de ensino foi visto como um fator que criou uma queda na frequência de matrículas no Liceu (enquanto em 1860 havia 214 alunos matriculados, em 1864 esse índice era de 70 alunos), além de tais iniciativas poderem ser associadas aos interesses de diminuição dos gastos públicos. Outra prática controversa na educação na Província do Ceará foram as concessões de bolsa de estudo, as “subvenções”. Entre 1841 e 1883 esse tipo de ajuda financeira foi dada àquelas pessoas que se apresentavam ao erário público buscando tal benefício. Numa análise dessa política, a professora Sofia Lerche Vieira a interpretou como

³³ Essa foi uma questão discutida em todo o século XIX e que não se referia apenas aos ensinos primário e secundário, mas também ao ensino superior.

³⁴ Falla com que o Exm^o Sr. Dr. Esmerino Gomes Parente abriu a 2^a sessão da 22^a legislatura da Assembléa Provincial do Ceará – 2 de julho de 1875.

“uma expressão clientelista de troca de favores entre deputados e seus afilhados políticos”³⁵.

Assim, com essa ampliação do número de escolas e de alunos, conseqüentemente o público que entrava em contato com as primeiras letras no Ceará aumentava, tornando ainda mais necessária a criação de uma biblioteca pública. Quando falou da criação da Biblioteca Pública, o presidente João de Souza Mello e Alvim lembrou que esse empreendimento satisfaria uma “ansiedade pública”, sendo uma peça fundamental, funcionando junto com a rede de ensino que se ampliava, como mais uma iniciativa do projeto civilizador com o qual o governo e intelectuais engajados tentavam moralizar e instruir a população cearense. Uma biblioteca pública já era uma urgência, pelo menos foi o que colocou o Presidente da Província João de Souza Mello e Alvim no seu relatório, quando afirmava: “Uma biblioteca aberta a concorrência pública, parece-me que, nas condições que se acha essa Província já era uma necessidade realmente sentida, um melhoramento urgentemente reclamado.”³⁶ A Biblioteca era um elemento indispensável no desenvolvimento da Província, um elemento que reforçaria o crescimento da cultura letrada de um povo, pelo menos foi assim justificada a necessidade de sua fundação, já que “(...) um povo é tanto mais respeitado, quanto maior for a sua civilização”³⁷.

Outra iniciativa interessante, podendo ser inscrita nessa “onda” moralizadora e educadora que aconteceu, principalmente a partir da metade do século XIX, foi a criação da escola primária da cadeia pública de Fortaleza, em 1882, tendo como principais objetivos o ensino da leitura e da escrita, e a instrução moral e religiosa aos detentos.

No dezembro de 1913, de Sierre, na França, escrevia Zózimo Barroso ao doutor Guilherme Studart uma carta na qual, entre outros assuntos, falava do seu interesse de publicar as suas memórias, pois, segundo o próprio Zózimo, encontrava-se num momento em que estava simplificando e ordenando a sua vida. Quando da escrita dessa missiva, Zózimo Barroso estava com 74 anos, e, já nessa correspondência, não só revelava esse desejo

³⁵ VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 47.

³⁶ Relatório do Presidente da Província do Ceará Exm^o Sr. Dr. João de Souza Mello e Alvim – 06 de maio de 1867.

³⁷ Relatório do Presidente da Província do Ceará Exm^o Sr. Dr. João de Souza Mello e Alvim – 06 de maio de 1867.

de reconstituir sua trajetória, como já o realizava nessa mesma escrita epistolar. Um fato, mencionado na carta, ao qual Zózimo procura enredar a sua história foi o da criação da Biblioteca Pública da Província do Ceará, em 1867. Num tom confessional, confiando no seu crédito junto a seu interlocutor, ele diz:

Ao amigo que me conhece posso dizer que a idéia de criar-se uma Biblioteca Pública em nossa terra foi minha; o tenente coronel de Engenheiros João de Souza Mello e Alvim, presidente do Ceará, em 1866, acolheu esta idéia, e mandou-me escolher livros franceses e compra-los para fundar a Biblioteca da Fortaleza, e mandou construir creio, o edifício, ao lado da rua Amélia, então, a última rua da Fortaleza para o lado da Lagoinha, onde se estabeleceu a Biblioteca. Fiz a compra dos primeiros livros em Paris, na importância de 4.000\$000.³⁸

Para além de um colaborador, Zózimo apresenta-se como idealizador da fundação de uma biblioteca pública na Província do Ceará, o que significa construir a sua importância para o que poderia ser chamado de promoção da leitura no Ceará provincial. De fato, a compra e remessa de livros referidas no trecho citado foram realizadas por ele na França, quando encontrava-se em comissão na Europa. Segundo o relatório do bibliotecário José de Barcellos de 1868, em fins de 1867, Zózimo remeteu da Europa caixões com 387 obras em 825 volumes, além de globos, bustos, cartas geográficas, etc. Estes volumes se somariam aos 1.730 que constituíram o acervo inicial dessa biblioteca, sendo a sua maior parte oriunda de doações de particulares. Ainda no correr do ano de 1868, de acordo com esse relatório, foram comprados 635 volumes em Fortaleza. A lista com os títulos enviados por Zózimo seguiu-se em anexo a este relatório de José de Barcellos.

Outro ponto interessante do trecho acima é o dinheiro gasto com a compra dos livros em Paris, uma soma bem superior àquela que tinha sido autorizada pela Assembleia Provincial, em 1848, para a construção de uma biblioteca no Liceu, aprovando o uso de 500\$000 réis para esse empreendimento. Esta comparação mostra bem a insuficiência da verba aprovada pelos deputados para a formação de uma biblioteca com a finalidade desejada.

³⁸ Carta de Zózimo Barroso para o Barão Guilherme Studart. Acervo Barão de Studart. Instituto Histórico e Antropológico do Ceará.

Esta resolução política é uma das notícias mais remotas sobre a criação de uma biblioteca com caráter público na Província do Ceará. Não obstante a irrealização desse projeto quando da sua aprovação, em 1848, a fundação de uma biblioteca passou a ser retomada em outros momentos como premente realização na formação de uma atmosfera culta na Província. Foi nesse sentido que o relatório do presidente João Silveira de Sousa, de 1º de julho de 1858, veio ressaltar o surgimento de uma biblioteca pública no Liceu.

Enquanto a Biblioteca não se materializava na paisagem de Fortaleza, este cenário ganhava uma nova dinâmica a partir das transformações urbanas e sociais - novos arranjos e novos grupos sociais que se urdiam com essas mudanças – que ensejaram novas práticas e novos hábitos.

1.2. Um lugar para os livros

Uma biblioteca pública no Ceará seria fundada a 25 de março de 1867, trazendo o escopo do discurso oficial que legitimava a sua criação como uma caminhada para a ilustração, para a civilização. Pelo menos foi isso o que ficou declarado no relatório do presidente provincial João de Souza Mello e Alvim sobre a ocasião da instituição da Biblioteca Provincial do Ceará. Vale lembrar que o dia 25 de março de 1867 marcou a solenidade de fundação desse estabelecimento, como ficou confirmado num ofício enviado pela presidência ao bibliotecário público. De acordo com a troca de ofícios entre a presidência e a biblioteca, temos, desde o dia 3 de janeiro de 1867, a informação do funcionamento dessa instituição, quando o presidente João de Souza Mello e Alvim comunicava ao bibliotecário público o regimento que, em 31 de dezembro, foi dado provisoriamente à Biblioteca Provincial. Num editorial do jornal *A constituição* sob o sugestivo título “O Progresso”, a fundação da Biblioteca Provincial é citada num elenco de realizações e acontecimentos no Ceará que, para o periódico, justificavam o título do artigo. Este texto encerra-

se lembrando que os “...estrangeiros instruídos, já terão que admirar a nossa terra e a nossa civilização por esse lado.”³⁹

A Biblioteca Provincial do Ceará foi, prioritariamente, um espaço destinado à leitura. Podemos perceber indícios desse caráter nas ações dos seus administradores, nas cobranças do governo e nas suas condições de formação. Os discursos oficiais que procuraram legitimar a criação de uma biblioteca pública no Ceará fizeram-se nesses termos de progresso, de ilustração, de civilização. As falas dos presidentes provinciais, dos bibliotecários apoiavam seus argumentos lembrando tais propósitos. Foi assim pelo menos de 1867 a 1887, período sobre o qual nos debruçaremos nas próximas linhas deste trabalho.

A urgência de sua fundação e a economia com esse empreendimento, como foi colocada no relatório do presidente João de Souza Mello e Alvim, parecem ter levado o governo a improvisar a sua instalação. No momento da inauguração, a Biblioteca não tinha uma sede própria, um espaço adequado para sua disposição. Ela foi colocada no prédio construído para a Escola Normal, na praça Marquês de Herval, prédio este que, nas palavras do diretor interino de instrução pública Dr. José Lourenço de Castro Silva, havia sido construído em dimensões físicas adequadas e em local correto para abrigar tal Escola. Porém, lembra o diretor, “foi destinado a servir de bibliotheca infructifera e despendiosa.”⁴⁰ José Lourenço defendeu a instalação da Escola Normal mais afastada do centro da cidade devido ao “borborinho da gente no centro da cidade, o ruído considerável de centenas de carroças desconchavadas, do atordoar dos sinos tangidos, horas esquecidas por vadios a não cansar, com intento de importunar a todos”.⁴¹

Ao observarmos os relatórios dos bibliotecários da Biblioteca Pública do Ceará, percebemos que, ao ser estabelecida de maneira improvisada no prédio construído para a Escola Normal, esse arranjo espacial prévio à instalação de uma biblioteca não existiu. Com essa improvisação na instalação

³⁹ “O Progresso” In: Jornal **A Constituição**. Fortaleza, 28 de março de 1867.

⁴⁰ Relatório do diretor interino da Instrução Pública Dr. José Lourenço de Castro Silva – 4 de julho de 1870.

⁴¹ Relatório do diretor interino da Instrução Pública Dr. José Lourenço de Castro Silva – 4 de julho de 1870.

da Biblioteca Provincial do Ceará não demorariam a surgir as primeiras reclamações e problemas ligados ao seu endereço e condições físicas.

Alterando não só a paisagem material da cidade como também os hábitos daqueles que a frequentavam, a Biblioteca Provincial do Ceará foi um instrumento e espaço de sociabilidade em Fortaleza nesse período. Sociabilidade de leituras e leitores, que partilhavam do mesmo horizonte de escolhas, no entanto, construindo os seus próprios itinerários de leituras. Dentro da restrição estabelecida dos livros existentes, cada leitor traçava outro significado desse espaço, deixando com seu uso outro sentido para a Biblioteca.

Foi nesse prédio construído para a Escola Normal que foi instalada a Biblioteca Provincial do Ceará. O custo para essa edificação foi de 23:728\$612 réis⁴², mesmo assim ficou faltando ainda um portão de ferro que não estava pronto. Enfim, a Biblioteca iniciava o seu funcionamento e com ela vinham as expectativas otimistas dos entusiastas da sua criação, que a viam como uma oportunidade de disseminação da leitura e promoção de um ambiente “civilizado”, onde milhares de indivíduos seriam elevados das “trevas”.

Esse não era um espaço para a Biblioteca, e nem apropriado a ela, já que na disposição do seu acervo crescia uma tensão entre a finalidade desse prédio e a funcionalidade da Biblioteca Pública. Ou seja, devido à inadequação desse local para a instalação de uma biblioteca, um “desconforto” seria inevitável, tanto para os volumes desse acervo, quanto para a utilização dos seus visitantes. Vemos essa situação ser destacada no relatório do bibliotecário Fausto Domingues da Silva:

Além de não possuir o prédio as acomodações necessárias, acresce que o local, em que é situado, tem o grave inconveniente de ficar descentralizado do movimento urbano, tornando se por esta razão o menos próprio para o fim a que se destina.⁴³

Vejamos o que diz outro relatório do mesmo período sobre o desconforto do espaço: “As estantes já não são suficientes para a arrumação

⁴² Relatório do Exm^o Sr. Dr. João de Souza Mello e Alvim – 06 de maio de 1867.

⁴³ Relatório do bibliotecário Fausto Domingues da Silva – 2 de julho de 1875.

dos livros; mas, augmental-as não há no edificio espaço que as accommode.”⁴⁴ Com isso, a sua transferência já era, para os bibliotecários, algo indiscutível. Mas como realizar essa exigência se, segundo Fausto Domingues da Silva:

A verba destinada para este estabelecimento é assaz insignificante; tão exígua que não proporciona a aquisição de obras interessantes, nem comporta gastos com a construção de novas estantes, com a impressão de um cathalogo geral, e com outros pequenos serviços, que são verdadeiras necessidades a attender em instituições desta ordem.⁴⁵

À Biblioteca Provincial, como ficou definido no seu primeiro regulamento, foram destinados os serviços de um bibliotecário, que receberia pelos seus trabalhos 100\$000 réis mensais. Entre as suas atribuições estava a de garantir a ordem e o bom funcionamento do estabelecimento, atento para evitar extravios, verificar nos arquivos das câmaras municipais documentos interessantes à história da província, preparar mensalmente uma folha especial com extratos sobre arte, literatura e ciência de jornais nacionais e estrangeiros. Às vezes, o comportamento e as atitudes dos bibliotecários receberiam a reprovação do governo, como aconteceu já com o primeiro responsável pela Biblioteca, José de Barcellos. Este bibliotecário, após adquirir uma coleção completa dos jornais publicados no Ceará do bacharel Joaquim Mendes da Cruz por 1:200\$000 réis, recebeu a advertência de que, tendo em vista o estado dos cofres públicos, não convinha essa despesa.⁴⁶

No seu primeiro relatório, esse bibliotecário informou o aumento no volume do acervo da biblioteca que passava a ter 3.630 volumes, e pediu permissão para examinar os arquivos do governo para retirar documentos importantes da história da Província que eram desconhecidos e que poderiam se perder sem serem utilizados. Com isso, mostrava preocupação em garantir o funcionamento de uma biblioteca “rica” no seu acervo, viabilizando o contato com um material cuja perda ele lamentaria. Nesse mesmo registro, informou a instalação de um portão de ferro – talvez ainda aquele que ficou faltando na

⁴⁴ Relatório com que o Dr. Heráclito D’Alencastro passou a administração da Província ao Dr. Esmerino Gomes Parente – 1º de março de 1875.

⁴⁵ Relatório do bibliotecário Fausto Domingues da Silva – 2 de julho de 1875.

⁴⁶ Ofício do presidente Pedro Leão Velloso ao bibliotecário publico José de Barcellos, em 1 de fevereiro de 1868.

sua fundação – e a pintura na biblioteca, gerando um gasto total de 72\$340⁴⁷ ao governo provincial. O interesse de alguns no aumento do acervo dessa instituição era patente. No final de 1868, o engenheiro Zózimo Barrozo, em comissão na Europa, foi incumbido pela Província e remeteu para a biblioteca do Ceará vários caixões com 387 obras em 825 volumes, uma coleção de cartas geográficas, dois globos, busto de personagens celebres, etc.

Apesar dos esforços para a criação da Biblioteca, a verba anual de 3:000\$000 votada pela Assembleia Provincial foi considerada, pelos seus administradores, insuficiente para melhorar suas condições. De todos os setores e instituições públicas, a biblioteca era a que recebia menos verba, dado que nos leva a imaginar as dificuldades com que os entusiastas e responsáveis por esse estabelecimento tinham em vê-lo sempre atualizado e em perfeito estado, já que esse orçamento anual era insuficiente para a compra de livros e a realização de reparos.

No ano de 1868 a Biblioteca Provincial contava com 3.270 volumes, tendo como setores mais numerosos os de Literatura estrangeira, com 658 volumes, e História e Biografias, com 606 volumes; menos numerosos os de Filologia e Pedagogia, com 2 volumes, e Matemática, com 21 volumes. A classificação e organização de uma biblioteca têm um potencial conciliador entre os leitores e os livros desse ambiente, possibilitando a interação das adversidades de um acervo.⁴⁸ Logo, para uma maior ordem e uma real harmonia entre suas partes e os seus frequentadores, em 1868, foi realizado a catalogação das obras da nossa Biblioteca com o objetivo de facilitar a localização dos títulos.⁴⁹ Neste mesmo momento, para o melhoramento das condições físicas dos livros, 124 livros foram encadernados em diversos formatos, porém, 560 volumes ainda necessitavam de encadernação.⁵⁰

Para um melhor controle do acervo nesse lugar tão caro aos interesses civilizatórios da Província, era utilizado um livro para a inscrição das obras incorporadas ao acervo da Biblioteca e as suas procedências. Isso mostra mais uma vez a preocupação com a organização da biblioteca,

⁴⁷ Relatório do bibliotecário José de Barcellos – 31 de março de 1868.

⁴⁸ BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

⁴⁹ Ainda não encontramos nenhum catálogo com as referências dos títulos do acervo da Biblioteca Provincial do Ceará.

⁵⁰ Relatório do bibliotecário José de Barcellos – 31 de março de 1868.

possibilitando um acesso mais fácil às obras, o que facilitaria a vida dos consulentes e diminuiria o receio - pelo menos no que tange à ação do bibliotecário - em atingir os objetivos de sua criação. Com um ano de funcionamento a Biblioteca Provincial havia recebido 2.819 visitantes, que registraram seus nomes, além de informarem as obras consultadas em um livro que o bibliotecário José de Barcelos afirmava estar em dia.

No seu relatório de 30 de março de 1869, José de Barcellos continuava a deixar o governo Provincial informado sobre a Biblioteca. Nesse registro foi informada a entrada de 256 volumes na biblioteca, dos quais 159 doados por diversas pessoas, 8 remetidos pela secretaria do governo, 2 pela presidência do Rio Grande do Sul e 87 comprados. As aquisições de *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, em edição de 1797, 1 vol., *Memórias do Grande Exército Aliado libertador da América do Sul em 1851 e 1852*, 1 vol., *Memórias diárias da guerra do Brasil*, 1 vol., *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão*, 1 vol., *A Constituinte perante a história*, 1 vol., *A escravidão no Brasil*, 3 vols., *Rasgos memoráveis de D. Pedro I*, 1 vol., e *Quadro da revolta praieira na Parahyba*, 1 vol. Também foram trazidas a revista do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e o *Brazil Histórico*⁵¹ integrando a composição do acervo. A Biblioteca recebia ainda os jornais que se publicavam na capital, como também jornais nacionais e estrangeiros. José de Barcellos informava a presença da *Revue des Cours litteraires*, que ele considerava “um brilhante repertório do que o ensino publico francez oferece de melhor e de mais duravel”⁵². Podemos perceber no relatório desse bibliotecário a sua preocupação em manter o acervo da biblioteca atualizado e organizado, mesmo sendo destinada a ela a menor verba pública da Província.

Os bibliotecários fizeram críticas e reclamações sobre a situação da Biblioteca Pública. Um dos primeiros problemas apontados pelos bibliotecários, tendo reiteradas vezes menção nos seus relatórios, foi o da localização (seu endereço) da Biblioteca. Como já informamos, a Biblioteca teve como endereço inicial um prédio situado na Praça Marques de Herval. O bibliotecário João Severiano Ribeiro, em 1870, propunha a mudança da Biblioteca para uma

⁵¹ Relatório do bibliotecário José de Barcellos – 30 de março de 1869.

⁵² Relatório do bibliotecário José de Barcellos – 30 de março de 1869.

parte central da cidade. Seu sucessor, Herculano de Araújo Salles, apontava o que ele considerou como “longitude do centro da cidade” um fator que desestimulava a ida à Biblioteca. Em 1875, como bibliotecário interino, Fausto Domingues da Silva, além de também identificar a inconveniência do endereço da Biblioteca, observa que “essa circunstancia, reunida à da limitação do tempo e má distribuição das horas, em que diariamente se conserva aberta a bibliotheca, explica principalmente a pouca frequência de leitores e visitantes.”

Fausto Domingues ainda lembra a necessidade de outros funcionários, haja vista as várias obrigações que recaem sobre o bibliotecário, impedindo-o de “exercer uma útil, activa e incessante fiscalisação em sua repartição, como ainda vê-se obrigado a desempenhar funcções repugnantes, incompatíveis com sua elevada hierarchia.” O tom das suas reclamações continuaria, tocando em outros pontos que já vinham causando insatisfação aos seus antecessores. Orçamento insuficiente, localização e estrutura inadequadas, acervo acanhado, entre outros, foram problemas lembrados nos primeiros anos da Biblioteca Provincial do Ceará pelos seus administradores como contundentes impedimentos aos propósitos e expectativas oficiais da sua criação.

Quase um ano depois da reclamação do bibliotecário Fausto Domingues da Silva, que pedia outros funcionários para a Biblioteca, o governo provincial o comunicaria, em ofício de 20 de abril de 1876, a nomeação de Manoel Moreira da Rocha para o cargo de ajudante do bibliotecário público. Em 26 de maio de 1876, o ajudante passaria a ocupar a função do bibliotecário, enquanto o efetivo encontrava-se no gozo de uma licença.

O segundo bibliotecário a assumir a administração da Biblioteca Provincial do Ceará foi João Severiano Ribeiro⁵³, em 27 de julho de 1869. Seus trabalhos se iniciam numa Biblioteca com 3. 769 volumes, 289 a menos do que a última quantidade registrada por José de Barcellos. Talvez essa diminuição no acervo se deva à saída de obras para empréstimos ou restauração, que não voltavam para as estantes da biblioteca, ou à degradação delas, considerando os alertas de Barcellos para obras que precisavam de encadernação. Esses

⁵³ João Severiano Ribeiro nasceu em 1817. Vinha exercendo cargos públicos desde 1839, e dentre outras ocupações, foi inspetor da Tesouraria da fazenda de Pernambuco e Guarda-livros da Estrada de Ferro de Baturité.

problemas foram observados por João Severiano Ribeiro, quando comentou que 682 obras em brochuras estavam em “*mao estado*”.

O movimento de entrada de obras foi bem intenso nessa gestão da Biblioteca Provincial. Seja através de remessas vindas da Europa, como os 244 volumes encomendados pelo ex-bibliotecário José de Barcellos ao negociante Adolpho Hoerth, não esquecendo um volume comprado pela tesouraria da Província. Houve o retorno de 388 volumes que estavam sendo encadernados, e a saída de 202 para este fim na oficina do Livreiro Francisco Manoel Esteves. Foram restituídos à biblioteca 25 volumes que se encontravam emprestados. Percebendo todo esse fluxo das obras, não seria nenhuma surpresa a instabilidade numérica do acervo da Biblioteca Pública. Nesse relatório do nosso segundo bibliotecário, são comunicadas as doações de 16 volumes do seu precedente no cargo, e de 2 volumes pelo senador Thomaz Pompeu de Souza Brazil. Como estamos vendo, a participação de particulares no aumento do acervo da biblioteca provincial foi significativo.

No primeiro artigo do Capítulo I do regulamento de 2 de janeiro de 1867, a nova instituição foi assim definida: “A bibliotheca é o deposito de obras literarias e scientificas adquiridas por compra a custa dos cofres provinciaes, ou por doação de particulares”. Como mencionamos anteriormente, a maior participação na formação do acervo inicial foi de particulares, doando livros ou dinheiro à Biblioteca. Acompanhando os primeiros ofícios enviados pela presidência da Província ao bibliotecário, notamos o quão expressiva foi a contribuição desses particulares na formação desse estabelecimento. Reconhecendo e agradecendo a doação de livros feita por João Luis Rangel, Manoel Dias, Miguel Severo de Sousa Pereira, entre outros, que, sob vários interesses, ajudaram na constituição do acervo dessa instituição. Já outros como Luis Ribeiro da Cunha, que ofertou 150\$000 réis à Biblioteca, Antonio Candido Antunes de Oliveira, que contribuiu com 200\$000 réis, e José Teixeira de Castro, que destinava 100\$000 réis para a formação de um capital para a publicação da *Revista da Bibliotheca Cearense*, participaram da estruturação da Biblioteca por meio dessas somas doadas. Mais agradecimentos de outras doações se seguiram nos ofícios remetidos à Biblioteca Provincial, tendo

alguns nomes reaparecidos nos agradecimentos, como Luis Ribeiro da Cunha, que doou mais 200\$000 réis para a compra de livros⁵⁴.

Aspecto interessante que surge da análise das primeiras administrações da Biblioteca é a desarmonia entre as informações dadas pelos seus bibliotecários. Isto talvez reflita a sonegação ou negligência de problemas por alguns desses funcionários. Exemplo disso vamos perceber na relação destoante dos comentários feitos sobre a classificação e a catalogação das obras na Biblioteca entre os bibliotecários José de Barcellos e João Severiano Ribeiro. Em relação a essas questões, o primeiro bibliotecário afirma categoricamente, no seu relatório de 30 de março de 1869, que os volumes da Biblioteca encontravam-se “competentemente classificados e catalogados”. Afirmção essa que parece estar equivocada quando a comparamos com o que diz João Severiano Ribeiro sobre o mesmo assunto:

Por meio de numeração particular desta biblioteca distinguiram-se ostensivamente os volumes classificados, e recolhidos nas estantes de cada secção, e organizaram-se os respectivos cathalogs pelos quaes se tornam facilmente encontradiças as obras, que se procuram ler, e consultar; trabalho este que ainda se não tinha aqui feito, e que se mostrava indispensável a um estabelecimento da ordem deste.⁵⁵

Há também no mesmo relatório um comentário sobre as más condições de conservação e disposição das obras, estando “(...) amontoadas em diferentes partes deste estabelecimento”, deixadas pela gestão anterior. Com um interesse de apresentar um bom serviço, João Severiano Ribeiro comunicou a resolução imediata desses infortúnios na Biblioteca. A frequência dos leitores continuava a ser registrada em um livro próprio e, com quase um ano de funcionamento da atual administração, a Biblioteca havia recebido 1.089 visitantes, não obstante os intervalos em que esteve fechada. No período entre 10 de agosto e 19 de setembro de 1869, a biblioteca ficou inacessível ao público devido à realização de um inventário do acervo; de 1 a 4 de dezembro de 1869, o então bibliotecário estava de luto por sua mãe; de 6 a 9 , e 30 de abril, e 2 e 4 de maio de 1870, não funcionando em função da espera de notícias da guerra contra o Paraguai.⁵⁶ Esta última atualização no número de

⁵⁴ Officios a Instrução Publica e Bibliotheca – 16 de Março de 1867

⁵⁵ Relatório do bibliotecário João Severiano Ribeiro – 09 de junho de 1870.

⁵⁶ Relatório do bibliotecário João Severiano Ribeiro – 09 de junho de 1870.

consulentes revela um aumento da frequência nesse estabelecimento se compararmos com o índice anterior, que se referia a um período maior.

Esse ideal de funcionamento não deixou de ser discutido pelo sucessor de João Severiano Ribeiro na administração da Biblioteca Pública, o bibliotecário Herculano de Araújo Salles⁵⁷, em 1873. Enquanto os seus precedentes na direção da Biblioteca apontavam os problemas de localização espacial, desorganização e carência no acervo como sendo as principais causas da baixa frequência nessa instituição, este deu uma explicação mais social às razões desse problema. É interessante perceber as relações do “desinteresse” dos habitantes da capital pela Biblioteca com as calamidades sociais desta Província, feitas por este bibliotecário. Ele lembra que as

...más condições em que sempre se colloca esta província, pelas reiteradas seccas que tantos males acarreta aos seus habitantes; e convenço-me ser esta uma das razões da pouca frequência, pelas occupações dos mesmos habitantes em todos os ramos da vida nestes tempos de maiores cuidados e afflições; pelo que, tempo algum poderá restar a estes para distraírem-se.⁵⁸

A ligação entre estes infortúnios e a diminuição das visitas à Biblioteca mostra, além da atenção do bibliotecário às questões sociais, o interesse de um estabelecimento usado por todos. Além disso, o bibliotecário Herculano de Araújo Salles cobrava, para aumentar a movimentação na Biblioteca, o surgimento de estabelecimentos literários que para ele *despertariam* o gosto pela cultura letrada. Herculano de Araújo Salles não se esqueceu de fazer comentários sobre a descentralização geográfica da Biblioteca Pública, que desestimulava o acesso a este estabelecimento pela sua “longitude do centro da cidade”.⁵⁹

⁵⁷ Herculano de Araújo Salles nasceu em 1819. Ocupou ao longo da sua vida profissional diferentes cargos na burocracia pública, como professor de geografia do Liceu, e de bibliotecário da Biblioteca Provincial do Ceará.

⁵⁸ Relatório do bibliotecário Herculano de Araújo Salles – 15 de maio de 1873.

⁵⁹ Como já foi informado aqui, a Biblioteca Provincial do Ceará teve como primeiro endereço o prédio construído para a Escola Normal, localizado na praça Marquês de Herval (atualmente praça José de Alencar). Pode nos parecer estranho essa reclamação da “longitude” dessa localização, já que nada mais central hoje do que a praça José de Alencar. Porém, para compreender esses reclames devemos saber que o que estava sendo considerado como central em Fortaleza na segunda metade do século XIX era, especificamente, a rua Formosa (atual Barão do Rio Branco) entre a Praça do Ferreira e a Praça dos Mártires (atual Passeio Público). Lembremos o que comentou José Lourenço, em 1870, sobre a conveniência da instalação da Escola Normal na Praça Marquês de Herval, pois nesta localização esta

A baixa frequência da Biblioteca Pública foi uma questão que preocupou as administrações deste local. Os pedidos dos bibliotecários para sanar este problema foram ininterruptos, como as constantes exigências ao governo provincial para a transferência da Biblioteca para uma região mais central. Soluções para abater essa dificuldade não faltaram, e o mais dramático deles talvez tenha sido uma tentativa desesperada e frustrada do bibliotecário Herculano de Araújo Salles de disponibilizar a Biblioteca ao público em qualquer hora do dia: “...como pelo meu amplo oferecimento a todos os visitantes à abertura deste estabelecimento a qualquer hora do dia, e nenhum indivíduo ainda se aproveitou d’elle, pelo que este fundamento também desapareceu.”⁶⁰

Herculano de Araújo Salles saiu de licença em 1875, ficando em seu lugar Fausto Domingues da Silva⁶¹, que assumiu o cargo interinamente. Foi na gestão desse bibliotecário que aconteceram mudanças significativas na Biblioteca Provincial do Ceará. A primeira delas foi a transferência do Museu de História Natural, que ocupava o mesmo prédio da Biblioteca Pública, para a instalação onde estava funcionando o Gabinete Cearense de Leitura. Este museu foi organizado e doado à Província pelo Dr. Joaquim Antonio Alves Ribeiro, e de acordo com os últimos relatórios sobre a Biblioteca Provincial encontrava-se quase em abandono. A sua mudança para o endereço do Gabinete Cearense aconteceu devido a uma negociação⁶² do governo provincial com os diretores dessa instituição. Foi feita a concessão do prédio, localizado na Rua Formosa, que serviu de sede ao quartel de polícia, para o estabelecimento da biblioteca do mesmo Gabinete, tendo que essa instituição reservar um dos espaços desse prédio para alocar o Museu Provincial. Dessa forma, o museu foi transferido, ficando sob o zelo e responsabilidade do Gabinete Cearense. De acordo com esse contrato, esta instituição definiria os

instituição ficaria afastada do “...borborinho da gente no centro da cidade.” Não podemos esquecer de imaginar as prováveis condições geográficas adversas para uma ligação rápida e fácil entre esses pontos, como ruas estreitas, pouco urbanizadas, enfim, com alguns “obstáculos” que tornavam o acesso difícil e a distância bem maior.

⁶⁰ Relatório do bibliotecário Herculano de Araújo Salles – 15 de maio de 1873.

⁶¹ Fausto Domingues da Silva nasceu em 1851. Além de bibliotecário da Biblioteca Provincial do Ceará, foi um dos fundadores do Gabinete Cearense de Leitura e membro da Comissão de Geografia Comercial de Paris.

⁶² A lei provincial nº 1.763 de 6 de agosto de 1877 aprovou o contrato entre a diretoria do Gabinete Cearense de Leitura e a tesouraria Provincial relativo à concessão por 9 anos do prédio público no qual funcionava o quartel policial.

horários de visitas, arcaria com todos os gastos para a conservação e ordem do Museu Provincial. Caso o Gabinete viesse a possuir uma casa própria antes do término do contrato e desejasse encerrar o acordo com o governo provincial, deveria comunicá-lo com um mês de antecedência. Isto não aconteceu, e não tardou muito para que a Biblioteca Pública também fosse transferida para esse prédio. Com isso, o governo tentaria solucionar um dos problemas que vinha ocupando várias linhas nas reclamações dos bibliotecários, ou seja, o da mudança de localização da Biblioteca.

Em 1875, o então bibliotecário interino Fausto Domingues Silva falou no seu relatório que acreditava “que, removida a biblioteca para outro edifício mais vasto e melhor situado, e franqueada ao publico em horas mais próprias, avultará o número de visitantes, desenvolvendo-se maior gosto pela leitura”.⁶³ Nesse mesmo registro, foi reforçada a solicitação do seu precedente por mais funcionários para a Biblioteca. Com relação a isso ele lembrava:

Actualmente o bibliotecário, reduzido à seus próprios recursos, não só está collocado na impossibilidade de exercer uma útil, activa e incessante fiscalização em sua repartição, como ainda vê-se obrigado a desempenhar funcções evidentemente repugnantes, incompatíveis com sua elevada hierarchia.⁶⁴

Essa indignação mostrada pelo bibliotecário mostra indícios dos problemas administrativos da Biblioteca Provincial. Não demoraria a ocorrer nessa instituição um fato que mostrou o fundamento dessas reclamações, especialmente o que mostrava a impossibilidade de apenas um funcionário dar conta de toda Biblioteca, fazendo, como desejava Fausto Domingues da Silva, “uma útil, activa e incessante fiscalização”. Esse fato foi o desaparecimento, em 1876, de 340 obras em 400 volumes do acervo da Biblioteca Pública, o que levou o governo a perceber como indispensável e urgente tomar algumas providências para “salvar” a Biblioteca Provincial do Ceará, já que “...é fora de dúvida que muitas obras têm desaparecido, e o extravio continuará a dar-se, sem o emprego de medidas enérgicas e acertadas.”⁶⁵

Curioso é que em 12 de agosto de 1876 o governo provincial havia nomeado uma comissão para realizar uma inspeção na biblioteca, tendo em

⁶³ Relatório do bibliotecário Fausto Domingues da Silva – 2 de julho de 1875.

⁶⁴ Relatório do bibliotecário Fausto Domingues da Silva – 2 de julho de 1875.

⁶⁵ Falla com que o Exm^o Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros abriu a 1^a sessão da 24^a legislatura da Assembléa Provincial no dia 1^o de novembro de 1878.

vista a melhora dessa instituição para satisfazer o ideal de sua fundação. Assim, nomeou o Dr. Henrique Theberge, o padre Dr. João Augusto da Frota e o Dr. Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos para inspecionar a Biblioteca, sendo observadas as condições de conservação dos livros, a classificação das obras, os registros dos leitores, etc. Ao fim dessa análise, seria preparado um elenco de necessidades que esse local estaria carente.

Sobre a realização e os resultados dessa inspeção não temos notícia, mas o que podemos perceber pelos relatórios seguintes a essa ordem é que a biblioteca continuou com os mesmos problemas. Uma coisa era certa, ao governo e aos envolvidos com a Biblioteca Provincial: a necessidade de uma imediata solução para tudo isso, ou o fim de um instrumento tão caro à ambição civilizadora e modernizadora do Ceará.

Em 1878 a Biblioteca Provincial já estava funcionando na Rua Formosa, nº 92, ocupando o mesmo prédio no qual já funcionavam o Gabinete Cearense de Leitura e o Museu Provincial. Talvez essa rua estivesse mais de acordo com o que pensavam os seus administradores quando falavam de uma localização mais central para a Biblioteca. Concentrando um número significativo de prédios e estabelecimentos comerciais, ficando mais próxima às principais praças e espaços públicos da cidade, podemos sugerir a Rua Formosa como um espaço de significativo fluxo de pessoas, onde seria possível encontrar “movimento urbano”, cujo acesso seria menos “enfadonho” aos interessados em visitar a Biblioteca.

Desde os seus primeiros relatórios, os pedidos para a transferência da biblioteca Provincial para uma região mais centralizada foram incessantes. Para os seus bibliotecários, era inquestionável a convicção de que por estar a Biblioteca Pública localizada numa área considerada afastada do centro da cidade, isso estaria sendo responsável pela baixa frequência de visitantes neste local. Com isso, a sua transferência já era para os bibliotecários algo indiscutível. Mas como realizar essa exigência se segundo Fausto Domingues da Silva:

A verba destinada para este estabelecimento é assaz insignificante; tão exígua que não proporciona a aquisição de obras interessantes, nem comporta gastos com a construção

de novas estantes, com a impressão de um cathalogo geral, e com outros pequenos serviços, que são verdadeiras necessidades a attender em instituições desta ordem.⁶⁶

É importante lembrar que o problema de um baixo orçamento para a biblioteca vem desde o momento em que ela era apenas um projeto e se estende durante os seus primeiros anos de funcionamento. A Biblioteca Provincial sofria de carências que a sua ínfima verba não poderia sanar. Através das reclamações dos seus responsáveis podemos inferir o descaso do governo provincial com essa instituição, já que, de acordo com os relatórios, a biblioteca estava com necessidades primárias de um estabelecimento desta ordem, como os serviços de um amanuense, um porteiro e um contínuo, pois os bibliotecários ficavam responsáveis por toda a biblioteca, tendo que, além de desempenhar as atribuições burocráticas do seu cargo, ser “obrigado a desempenhar funções evidentemente repugnantes, incompatíveis com sua elevada hierarchia”⁶⁷.

Consciente das condições dos cofres públicos, Fausto Domingues Silva não se esquivou de alertar o governo de que se não fosse tomada uma rápida providência para solucionar a precariedade dessa “tão útil e generosa instituição”, a sua perda seria inapelável. Assim, este funcionário afirma seguramente: “Confio que, removida a biblioteca para outro edifício mais vasto e melhor situado, e franqueada ao publico em horas mais proprias, avultará o número de visitantes, desenvolvendo-se maior gosto pela leitura.” Pelo menos aos bibliotecários já não restavam mais dúvidas sobre o obstáculo que era a sua localização para a excelência do seu funcionamento e, conseqüentemente, para a satisfação do projeto civilizador e modernizador da Província do Ceará que tinha na Biblioteca um caro instrumento para a sua realização. Para os bibliotecários, faltava as autoridades agirem para que a difusão da instrução e da moralização, via biblioteca, realmente funcionasse como desejava o governo.

O ideal, claro, seria uma grande movimentação de indivíduos nesse espaço. Porém, uma das queixas mais regulares dos bibliotecários se referia

⁶⁶ Relatório do bibliotecário Fausto Domingues da Silva – 1875.

⁶⁷ Relatório do bibliotecário Fausto Domingues da Silva – 1875.

exatamente à contrariedade dessa expectativa, pois o número de visitantes era considerado insatisfatório por todos eles. Frente a esse problema, nenhum hesitou em pedir uma solução urgente do governo provincial. Em cada prestação de contas sobre a situação e o funcionamento desse estabelecimento, seus responsáveis não se esqueciam de solicitar atenção para esse ponto que, segundo eles, comprometia sua funcionalidade. E assim não interrompiam os pedidos para a mudança da biblioteca para um lugar mais central, onde ficasse mais visível e próxima da movimentação das pessoas, tornando-se mais agradável e fácil às visitas.

A biblioteca foi transferida para a Rua Formosa, nº 92, para o prédio no qual funcionavam o Gabinete Cearense de Leitura e o Museu Provincial. É importante lembrar que esse prédio foi concedido pelo governo provincial ao Gabinete mediante um contrato de nove anos, no qual uma das cláusulas determinava que essa instituição deveria reservar um espaço para a instalação do Museu Provincial, ficando este sob os cuidados e administração do Gabinete. Aproveitando esse mesmo acordo, o governo resolveu transferir a Biblioteca Pública para esse local, em que já funcionava o Gabinete e o Museu, passando também a administração da biblioteca "...a cargo de um bibliothecario, que será um dos directores (do Gabinete), nomeado pela presidência."

Com isso o governo pouparia trabalho com a Biblioteca Provincial, já que as questões burocráticas ficariam sob responsabilidade da direção do Gabinete Cearense de Leitura. Infelizmente, não temos nenhuma planta ou fotografia desse espaço para termos alguma projeção das suas dimensões físicas. Mas podemos supor que se tratava de um lugar amplo, pois os distintos acervos que se instalavam lá ficavam dispostos em salas diferentes. Com essa associação da Biblioteca Pública ao Gabinete podemos considerar uma nova configuração de um espaço de leitura no Ceará, tendo em vista um regulamento que foi elaborado exatamente para ordenar esse novo momento físico, administrativo e bibliográfico.

Outros pontos, como horário de funcionamento, sofreriam ajustes com a instituição de um novo regulamento em 25 de outubro de 1878. A partir dessa data, a Biblioteca passou a abrir às 5 horas da tarde e encerrava o seu

funcionamento às 9 horas da noite⁶⁸, aumentando, em relação ao seu primeiro relatório, uma hora em cada momento. Outra novidade que surgiu no regulamento de 1878 foi a permissão, mediante assinatura, da retirada de obras da Biblioteca. Antes desse documento, não havíamos localizado nenhuma referência ou indicação nesse sentido. Pagando 12\$000 réis anuais, o assinante teria a sua disposição os acervos da Biblioteca Provincial e do Gabinete Cearense de Leitura.⁶⁹ Outra mudança na ordem da Biblioteca trazida pelo regulamento de 1878 foi em relação ao salário do bibliotecário. O regimento de 1867 falava numa “gratificação mensal de cem mil réis”⁷⁰, já o de 1878 determina o “ordenado annual de seiscentos mil réis”.⁷¹

Com a transferência da Biblioteca Pública para o prédio do Gabinete Cearense de Leitura, o governo provincial selaria novos acordos com a diretoria do Gabinete, agora em relação à administração da Biblioteca. Em cinco dispositivos do regulamento de 1878 fica bem clara a relação estabelecida entre Biblioteca Provincial e Gabinete Cearense de Leitura:

Art. 1 _ A bibliotheca publica provincial é transferida para o predio da provincia em que funciona o Gabinete Cearense de Leitura, e se instalará em compartimento separado da bibliotheca particular do mesmo Gabinete.

Art. 3 _ A administração da bibliotheca publica ficará à cargo do bibliothecario que será um dos directores do Gabinete Cearense, nomeado pelo presidente da provincia.

Art. 5 _ A bibliotheca publica da provincia e a particular do Gabinete Cearense são franqueadas à todos que se quizerem dar à leitura ou exame de qualquer obra.

Art. 8 _ Os assignantes da bibliotheca serão os mesmos do Gabinete Cearense, pertencendo metade das respectivas assignaturas a cada um dos dois estabelecimentos.

Art. 17 _ O Gabinete Cearense terá a preferencia na aquisição das obras, moveis e utensilios pertencentes a bibliotheca, quando a alienação for autorizada por lei; ficando sobre o mesmo direito à bibliotheca para a aquisição das obras, moveis

⁶⁸ Artigo 15º do Regulamento da Biblioteca Provincial do Ceará de 1878.

⁶⁹ Artigos 6º, 7º, 8º e 9º do Regulamento da Biblioteca Provincial do Ceará de 1878.

⁷⁰ Artigo 5º do Regulamento de 2 de janeiro de 1867.

⁷¹ Artigo 12º do Regulamento da Biblioteca Provincial do Ceará de 1878.

e utensilios do Gabinete Cearense, no caso de realizar-se a alienação por parte da directoria d'esta sociedade.⁷²

Além de criar um novo arranjo administrativo para a Biblioteca Pública, esse acordo gerou controvérsias entre algumas autoridades provinciais, como foi o caso da calorosa discussão entre os deputados Helvecio Monte e Paiva, registrada nos Anais da Assembleia Provincial do Ceará, em 1880. O deputado Helvecio Monte assim se posicionou sobre esse acordo:

Observa que com esta anexação lucrou a provincia, que via os livros da biblioteca publicas se extraviarem, consumindo anualmente para a conservação deles mais de três contos de rei.... Noto que hoje em vez de três contos de réis, só despende a província com a biblioteca a terça parte desta quantia: os livros são zelados e prestando utilidade a todos... Acha que a província, que teria de dar um prédio, onde funcionasse a biblioteca pública, não sofre em seus interesses, consentindo que no mesmo prédio funcione o Gabinete de Leitura, quando mesmo não ferisse a província as utilidades já inumeradas.⁷³

Uma das principais celeumas que essa situação trazia era sobre a falta de espaço para a instalação das instituições públicas. Alguns órgãos e estabelecimentos do governo provincial dependiam do aluguel de prédios para que pudessem funcionar, enquanto edifícios de propriedade da Província eram ocupados por particulares, sendo usados para seus interesses. Nesse sentido foi o contra-argumento utilizado pelo deputado Paiva à opinião favorável ao acordo:

sustenta-lo porque a província precisa de edifícios para seus interesses; porque primeiro está o interesse público do que o particular; porque pode muito bem ser ocupado por uma repartição pública e tanto é necessário, que o governo está pagando prédios onde funcionam as escolas.⁷⁴

Sem baixar o tom dos ataques, o deputado Paiva apontou ambiguidades nos resultados desse arranjo entre directoria do Gabinete e o governo da Província:

Foi pretexto de ter ali a biblioteca publica que muitas cousas se obtiveram; mas qual é o benefício que provém a provincia em consequência do Gabinete de Leitura, diga-me o nobre

⁷² Regulamento da Biblioteca Provincial do Ceará de 1878.

⁷³ Anais da Assembleia Provincial do Ceará de 1880.

⁷⁴ Anais da Assembleia Provincial do Ceará de 1880.

deputado? O edifício próprio provincial, a província paga assinaturas dos jornaes para a biblioteca, e dois ou três indivíduos é que vão ahi uma vez por outra ler à noite alguma cousa; por dia sempre está fechado.⁷⁵

Essas acusações do deputado Paiva não foram suficientes para persuadir Helvecio Monte, que continuou, ao fim desse debate, contra a rescisão desse acordo. Quando dessa discussão, havia um ano da expedição de uma nova regulamentação para a Biblioteca, na qual se formalizava a relação dessa instituição com o Gabinete. Tal regulamentação causou a perda do “caracter de instituição official” da Biblioteca Provincial do Ceará.

Observando os relatórios do governo ao longo dos anos de incorporação da Biblioteca ao Gabinete de Leitura podemos notar que raramente a Biblioteca aparecia mencionada nesses documentos, além de ter o seu orçamento diminuído. Parece-nos que após esse acordo com o Gabinete, durante os oito anos que o seguiram, o governo provincial foi aos poucos se desobrigando dos compromissos com a Biblioteca, relegando a sua administração à diretoria do Gabinete. Isso aconteceria até o início de julho de 1886, pois no dia 5 desse mês e ano houve a dissolução do Gabinete Cearense de Leitura, sobre a qual não encontramos mais informações. Com essa dissolução o acervo da Biblioteca receberia, como previsto no artigo 17º do regulamento de 1878, as obras, os móveis e demais objetos de propriedade do Gabinete.

A Biblioteca ainda permaneceria no edifício da Rua Formosa até novembro de 1887, quando voltaria para o seu endereço inicial. Ficando até novembro de 1892 nesta localização, a Biblioteca daria início a uma fase de constantes deslocamentos, circulando por diversos pontos da cidade.

A recomposição do universo letrado em Fortaleza na segunda metade do século XIX, bem como da formação de leitores, deve considerar como parte dessa história os significados, as práticas e os usos que a sua biblioteca pública encerrou nesse ínterim dos oitocentos.

⁷⁵ Anais da Assembleia Provincial do Ceará de 1880.

CAPÍTULO 2. CAMINHOS DOS LEITORES E COTIDIANO DE LEITURAS

2.1. Ordenar para ler

No século XIX, a leitura deixa de ser uma prática restrita a poucos. Com o aumento do número de pessoas alfabetizadas, que conseguem razoavelmente decodificar um texto, que tem na forma impressa uma maior acessibilidade econômica, facilitada também por enredos mais simples, com tramas identificáveis no cotidiano banal e um funcionamento autodescritivo, ler um livro já não era tão difícil – e nem uma distinção. Isso implicou, no mínimo, num duplo problema. Encontrar outros critérios e condições para fazer da/na leitura uma experiência de diferenciação de status social e intelectual e colocá-la sob controle de um sistema oficial articulado pelo Estado. Essas preocupações envolviam diretamente o ensino, a produção editorial e a institucionalização de espaços de leitura.

Se “livre”, sem a “dosagem” e o direcionamento dados pelos manuais, códigos, índices, a leitura era um risco. Tornava-se, portanto, necessário organizá-la, sistematizá-la, colocá-la no tempo e espaço adequados, corretos. Por isso também os dicionários, os livros de sala de aula, as coleções especializadas. E essa divulgação do saber e dos seus meios e modalidades legítimos como uma ramificação dos interesses oficiais viabilizava-se com a indústria do impresso. Quando o historiador Jean-Yves Mollier propõe pensar a condição de uma “cultura de massa” para o século XIX, é essa relação que utiliza para formular tal problema. Para Mollier,

o manual escolar foi a base sobre a qual se ergueu o movimento de divulgação do conhecimento, mas os dicionários e as enciclopédias prolongaram profundamente essa penetração do saber, apresentando resumos e condensados da maioria das descobertas.⁷⁶

⁷⁶ MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**: ensaios sobre história cultural. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 147.

A edição escolar foi um eixo importante desse empreendimento. Para o caso francês, Mollier diz que “o livro da sala de aula foi o primeiro componente das bibliotecas familiares, tanto no campo como na cidade, e unificou, ou ao menos tendeu a homogeneizar as visões dos franceses da Belle Époque.”⁷⁷ Ele o considera um dos primeiros “*best-sellers* da história mundial”.

Com essa intensificação do circuito dos objetos impressos, com livreiros e editores mais especializados, projetos de publicação e estratégias comerciais, criação de bibliotecas e gabinetes de leitura, Jean-Yves Mollier escreve que

não podemos deixar de nos perguntar se a cultura de massa, geralmente considerada um fenômeno típico do século XX, não teria aparecido bem mais cedo, nos anos de 1880 na França e um pouco antes do outro lado do canal da Mancha.⁷⁸

Para o Brasil do mesmo período, o acesso a esses objetos também se ampliava com o surgimento e funcionamento dos mesmos tipos de espaços e relações que configurariam para Mollier uma “massificação” da posse e do uso do impresso. No capítulo anterior, a propósito da Província do Ceará, falamos das atividades de livreiros, da articulação de homens de letras e do governo provincial na criação de instituições de ensino e agrupamentos científicos, da fundação de uma biblioteca pública, portanto, de uma ambientação para uma cultura do impresso, que poderia se tornar mais banal, vasto, impreciso, sobretudo do ponto de vista da sua recepção. O que, por outro lado, trazia motivos de preocupação, principalmente quando o impresso que circulava trazia uma narrativa ficcional. Ainda com Mollier, ele nos fala que da “emenda Riancey, votada em 1850 – um imposto sobre o romance!-”, e da “publicação, em 1904, do *Romans à lire et romans à proscrire*, do Abade Bethelém, as autoridades não deixaram de enquadrar, quando não de proibir, as leituras do povo”.⁷⁹

Na movimentação dos consulentes da Biblioteca Provincial do Ceará, entre os anos de 1878 e 1887, ficção impressa foi uma escolha constante, diária. O romance esteve muito sobre suas mesas.

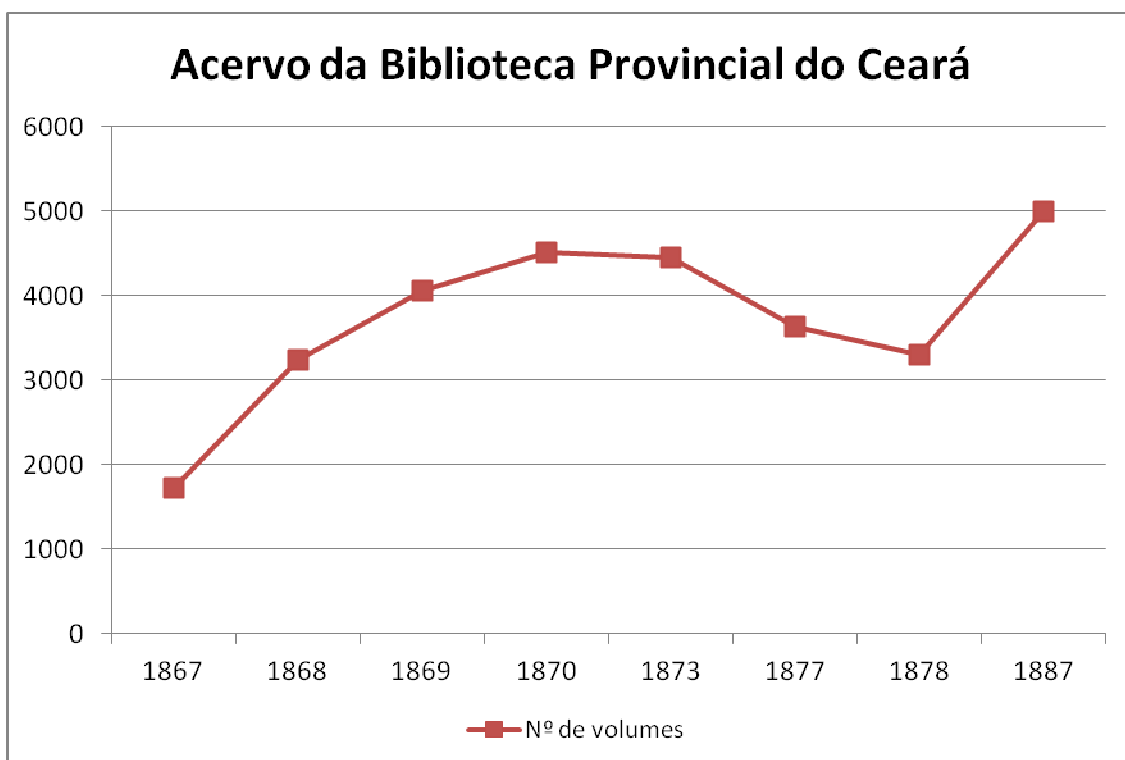
⁷⁷ Idem, p. 10.

⁷⁸ Idem, p. 13

⁷⁹ Idem, p. 10

Em vinte anos de funcionamento, o volume de obras passou de 1.730 para 5.421 no acervo da Biblioteca Provincial do Ceará. Esse aumento não aconteceu de maneira linear, porém, ao longo desses anos. O que percebemos é uma oscilação significativa no número de obras dessa Biblioteca, que aumentava ou diminuía a cada ano. Aos bibliotecários cabia informar ao governo a situação do acervo, apresentando anualmente um relatório no qual tal situação deveria ser apresentada, além de organizar catálogos atualizados desse acervo. Como um panorama dos índices do acervo de 1867 a 1887, utilizaremos o gráfico seguinte:

Gráfico 1 - Acervo da Biblioteca Provincial do Ceará de 1867 a 1887.



As ordens dos livros da Biblioteca Provincial do Ceará passada pelos seus bibliotecários para o governo, entre uma administração e outra, traduziram muitas vezes uma situação imprecisa e confusa do universo de obras dessa instituição. O gráfico acima nos mostra que de 1867 a 1870 houve uma fase de crescimento do acervo, passando dos 1.730 volumes iniciais para mais de 4.500 em 1870. Acompanhando a comunicação oficial entre Biblioteca Pública e governo, poderemos entender melhor esse período de crescimento.

No relatório de 31 de março de 1868, José de Barcellos já comunicava – como solicitado pelo presidente da Província em ofício de 24 de outubro de 1868 – o recebimento dos diversos caixões com livros remetidos por Zózimo Barroso da Europa. Foram 825 volumes enviados por este engenheiro que se somaram aos 635 volumes “comprados n’esta capital”. Ainda segundo José de Barcellos, 56 obras em 80 volumes foram doadas à Biblioteca. Nesse relatório também foi feita a discriminação dos volumes por seção, aparecendo como mais numerosas a de “Literatura estrangeira”, com 658 volumes, sendo seguida pela “Historia e Biografias”, com 606 volumes. De acordo com esse registro, as seções “Matematica”, com 21 volumes, e “Filologia e Pedagogia”, com 2 volumes, eram as que possuíam os menores números de obras.

Em cumprimento à atribuição de prestar contas sobre o estado da Biblioteca ao governo, o bibliotecário José de Barcellos informava, em 30 de março de 1869, que “desde 17 de outubro do anno findo, data de meu ultimo relatório, tem recebido a Bibliotheca 256 volumes, sendo 159 doados por diversas pessoas, 8 remetidos pela secretaria do governo, 2 pela presidência do Rio Grande do Sul e 87 comprados.” Esses números indicam a continuidade da participação expressiva de particulares no aumento do acervo da Biblioteca. Aqui houve o registro de 159 volumes cuja procedência foi de doações. Talvez neste número estejam inclusos os 116 volumes doados por José Antonio Moreira da Rocha, como foi informado o bibliotecário por meio de um ofício do presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, de 1 de dezembro de 1868. Neste mesmo relatório, José de Barcellos atualiza o índice do acervo em 4.058 volumes.

Em 1870, a Biblioteca encontrava-se, segundo João Severiano Ribeiro, com um total de 4.517 volumes, que este bibliotecário localizava nas seções “theologia”, “jurisprudência”, “sciencias e artes”, “encyclopedias”, “historia”, e “litteratura”. Diferentemente da divisão apresentada por José de Barcellos, aqui a classificação da natureza da obra apareceu bem mais simplificada, dificultando o entendimento da variação de cada classe do acervo, a partir de como ele foi discriminado no relatório de José de Barcellos.

A movimentação de entrada e saída de obras também receberia comunicação nos relatórios. A compra e a doação de obras, as retiradas de

livros através de empréstimos, a saída de volumes para encadernação, como os 202 mencionados no relatório de João Severiano Ribeiro que foram para a oficina do livreiro Francisco Manoel Esteves, tudo isso mereceria registro dos bibliotecários. A atenção para evitar extravios deveria ser sempre mantida, já que, como colocava o artigo 19º do regulamento de 2 de janeiro de 1867, do desaparecimento de qualquer livro ou objeto da Biblioteca o bibliotecário seria responsabilizado, tendo no seu vencimento a dedução desse prejuízo.

A partir de 1873, como observamos no gráfico, inicia-se um período de queda do volume do acervo da Biblioteca apresentado pelos seus administradores. Podemos sugerir, compreendendo o funcionamento da Biblioteca, algumas prováveis causas desse dado. Mas antes vejamos o que falou o bibliotecário à época, Herculano de Araújo Salles, sobre essa diminuição quantitativa do acervo em relação ao período anterior:

Talvez recorrendo V. Exc. Ao relatório de meu antecessor note uma grande diferença para menos, dos livros existentes; mas a razão é, que na 'Revista dos dois mundos', 'Revista britânica', 'Tour du monde', e em outras obras que mandei encadernar, de três e quatro cadernos se fizera um volume; pelo que não prefaz aquelle numero, mas que existe os mesmos, com a diferença somente da falta de 69 volumes, que já communiquei a V. Exc. Em officio de 18 de Março, mez próximo passado.⁸⁰

Herculano de Araújo Salles se referia exatamente ao relatório de João Severiano Ribeiro, de 1870, quando este informava um acervo de 4.517. Salles explicou a diferença de 30 volumes que apareceu no seu relatório de 15 de maio de 1873 devido à reunião de dois ou mais volumes em um só. Contudo, este bibliotecário comunica a falta de 69 volumes.

O índice do acervo continuou a cair nos anos seguintes, chegando a 3.635 volumes em 1877, quase 1.000 volumes a menos do que o número apresentado em 1870. Talvez o descontrole com a saída constante de obras para reparos ou encadernação, os empréstimos não devolvidos, além dos prováveis extravios contribuíram bastante para levar o acervo a esse quadro numérico em 1877. Num relatório de 1878, o governo lembrou a demissão, por ato de 23 de fevereiro de 1877, dos responsáveis pela Biblioteca Provincial em decorrência do desaparecimento de 340 obras em 400 volumes. A situação da

⁸⁰ Relatório do bibliotecário Herculano de Araújo Salles – 15 de maio de 1873.

Biblioteca apresentada nesse relatório não foi nada satisfatória. Após esse incidente do desaparecimento dos livros, foi formada uma comissão para realizar o inventário do acervo da Biblioteca. Entretanto, não foi possível a essa comissão precisar o número de obras extraviadas, pois o catálogo que serviria de base a essa observação foi considerado deficiente pelo grupo. Tendo em vista esse estado da Biblioteca, o Dr. José Julio de Albuquerque Barros afirma que “...é fora de duvida que muitas obras têm desaparecido, e o extravio continuará a dar-se, sem o emprego de medidas energicas e acertadas.”⁸¹

Em 1887 o acervo volta a crescer significativamente, apresentando o maior índice de todo o período observado no gráfico. O intervalo entre esse índice e o anterior foi de dez anos, um tempo maior para mais aquisições. Mas isso não foi confirmado num relatório da Biblioteca de 1887, quando foi dito que “... ha mais de dez annos, não se ter feito aquisição de obras novas que acompanhem o movimento e progresso das lettras”⁸². Nesse sentido, podemos atribuir esse aumento à incorporação do acervo do Gabinete Cearense de Leitura, ocorrido no ano anterior, com a extinção dessa instituição e em cumprimento ao artigo do regulamento de 1878.

Outro aspecto importante na compreensão do funcionamento da Biblioteca Provincial do Ceará, fundamental na relação leitor e obra, é o seu sistema de classificação. Pelo que podemos entender, os seus próprios bibliotecários encarregavam-se de fazer a classificação do acervo. Sobre esse tipo de trabalho, que pode facilitar ou dificultar, esclarecer ou confundir a vida dos leitores, vejamos o seguinte comentário:

Vendo um livro cuja folha de rosto dizia algo sobre a grandeza e outro sobre o sal, colocou o primeiro nas obras relativas à medida, e o segundo na obra relativa à química, descobrira que o primeiro era o tratado do sublime, e o outro um discurso teológico sobre o mundo.⁸³

Ao pensarmos nessas classificações “arbitrárias” feitas pelos bibliotecários, não podemos esquecer os equívocos, os enganos e a mobilidade das fronteiras que poderiam existir nessa ordenação dos livros. Esse exemplo citado serve-nos de alerta na medida em que, ao lermos

⁸¹ Relatório do Dr. José Julio de Albuquerque Barros – 1878.

⁸² Relatório do bibliotecário Fausto Domingues da Silva – 1887.

⁸³ BARATIN; JACOB, op. cit., p. 34.

referências de títulos que pertenciam à biblioteca ou os mencionados pelos leitores no livro de consulente, tentamos inferir o seu gênero apenas conhecendo o seu título, pois, como vimos, nem sempre o título oferece uma ideia objetiva da obra.

Então, avaliando as informações da composição das seções do acervo da Biblioteca Pública do Ceará entre 1867 e 1879, encontramos como seção mais volumosa, em todo esse período, a de literatura, que se subdividia em nacional e estrangeira numa classificação de 1868. Para percebermos melhor as variações no volume de cada seção no intervalo de anos acima, e, também, como o acervo foi classificado nessa fase da Biblioteca, compararemos dois levantamentos do acervo, que nos oferecem a quantidade específica de cada seção, sendo um de 1868, e o outro de 1887.

Tabela 1 - Acervo da Biblioteca Provincial do Ceará em 1868.

Seção	Volumes
Encyclopedias	170
Theologia, Historia da Igreja, Obras de Devoção	82
Clássico Antigos	36
Literatura Nacional	114
Literatura Estrangeira	658
Filologia e Pedagogia	2
Linguística e Gramática	70
Filosofia	81
Historia da Arte, Architectura, Pintura, Musica, Arte Dramatica, Mythologia	24
Sciencias Política e Economicas	562
Historia e Biografia	606
Geografia	32
Viajens	40
Matematica	21
Sciencias Naturais em Geral – Geologia – Astronomia – Physica – Chimica – Historia Natural	266
Technologia, Economia Domestica e Rural, Mecanica, Industria Mineira e Commercio	428

Tabela 2- Acervo da Biblioteca Provincial do Ceará - 1887.

Seções	Volumes
Litteratura	1088
Encyclopedia e Artes	602
Linguistica	82
Historia Geral	758
Historia Patria	205
Sciencias Physicas e Mathematicas	332

Sciencias Sociais e Politicas	221
Philosophia	123
Jurisprudencia	293
Medicina	147
Religião	277
Revistas	334
Jornaes e Atlas	298
Annaes e Catalogos	98
Truncados	353
Inutilisados	210

Analisando os dois quadros do acervo de diferentes momentos da Biblioteca, notamos algumas diferenças nas divisões das seções. A classificação de 1868 foi bem mais minuciosa no que diz respeito à especificação das seções. Por isso são necessários alguns cuidados antes de concluirmos sobre o aumento ou a diminuição de alguma seção em 1887, já que algumas rubricas podem ter sido resumidas em apenas uma na classificação de 1887. Exemplo disso temos no caso das obras de literatura. Enquanto na classificação de 1868 encontramos esse assunto dividido em “literatura nacional”, “literatura estrangeira” e “clássicos antigos”; em 1887, temos somente um item referente a esse gênero. Outro ponto interessante nessa análise é o aparecimento da seção, em 1887, “História pátria”, talvez o lugar já ocupado por uma produção institucionalizada e oficializada sobre a história do Brasil que vinha se desenvolvendo desde a criação do IHGB em 1838. Contudo, percebemos o predomínio de obras classificadas como literatura, seguidas das de história.

Essas classificações, como conceito ou divisão nas estantes, no século XIX, facilmente escapavam do que queriam definir. Não traziam ligas seguras para confiarmos no que seria cada uma delas. Quando se iniciam as empresas para dar forma a uma história da literatura brasileira, principalmente buscando a natureza antológica, a oscilação do que definia esse termo torna-se frequente. Mas essa variação acontecia, sobretudo, no que Valéria Augusti chamou de “discursos historiográficos que acompanhavam e precediam as antologias”⁸⁴, porque na composição do *corpus* dessas *seleções* o que existia nas páginas era a poesia. Enquanto os poemas se acumulavam nas páginas dessas coletâneas como mostra precisa da produção literária da história de

⁸⁴ AUGUSTI, Valéria. **Trajetórias de consagração**: discursos da crítica sobre o romance no Brasil. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 20.

uma nação, nas apresentações que antecediam esses arrolamentos, literatura foi muitas vezes “o desenvolvimento das forças intelectuais todas de um povo”⁸⁵.

Em 1878, a Biblioteca Provincial do Ceará, com pouco mais de dez anos de funcionamento, encontrava-se no seu segundo endereço e com um novo estatuto. O artigo primeiro falava da acomodação do acervo da Biblioteca no mesmo prédio em que já funcionava o Gabinete Cearense de Leitura. Esse seu novo regulamento, aliás, estabelecia em vários itens as condições para o convívio das duas instituições. Gabinetes como esse foram uma espécie de gênero de espaços institucionais de leitura comum no século XIX. Seu surgimento relacionava-se com a *invenção* de um compromisso público com a formação de uma sociedade letrada. O Gabinete Cearense, por exemplo, foi entendido pelo governo provincial como “um serviço a causa da instrução e futuro d’esta província”.⁸⁶

Como já informamos, o Museu Provincial estava funcionando no prédio do Gabinete Cearense de Leitura como previa o contrato desta instituição com o governo provincial, e havia sido determinado que deveria ser reservado um espaço para a acomodação do museu. Com a instalação da Biblioteca nesse prédio já ocupado pelo Gabinete e o Museu, o artigo 1º deixou claro que o acervo dessa instituição seria disposto numa sala separada da biblioteca do Gabinete Cearense. Dessa forma, os acervos não se misturariam, evitando assim um duplo problema, como a junção destas bibliotecas, descaracterizando o sentido de funcionalidade de cada instituição, já que mesmo com essa partilha do prédio cada estabelecimento continuou com sua autonomia estatutária, tendo regras próprias para a oferta do seu acervo. Lembramos que o regulamento que estamos analisando aqui diz respeito à Biblioteca Provincial do Ceará, instituído em 1878.⁸⁷ Mesmo que essas empresas conservassem independência de caráter institucional entre elas, isso seria relativo. Quanto a isso, observemos o que falam os seguintes artigos:

⁸⁵ Idem, p. 28.

⁸⁶ Relatório do Presidente da Província do Ceará João de Souza Mello e Alvim.

⁸⁷ Sobre outras legislações da Biblioteca Provincial do Ceará, temos notícias de dois regimentos anteriores ao regulamento de 1878, um de 31 de dezembro de 1866, mencionado no relatório de 9 de junho de 1870 do bibliotecário João Severiano Ribeiro, e outro referido no regulamento de 1878, de 19 de agosto. Mas infelizmente não os encontramos.

Art. 3º - A administração da biblioteca pública ficará à cargo do bibliotecário que será um dos directores do Gabinete Cearense, nomeado pelo presidente da Província”

Art. 5º - A biblioteca pública da província e a particular do Gabinete Cearense são franqueadas à todos que se quiserem dar à leitura ou exame de qualquer obra.”

Art. 8º - Os assignantes da biblioteca serão os mesmos do Gabinete Cearense, pertencendo metade das respectivas assignaturas a cada um dos dois estabelecimentos.⁸⁸

Esses artigos traduzem o que já estava determinado no contrato do governo com a diretoria do Gabinete para a transferência do Museu e depois da Biblioteca Pública. Ou seja, que a concessão de um prédio público para o funcionamento da biblioteca do Gabinete estaria condicionada ao comprometimento do Gabinete em zelar e administrar o Museu Provincial, e mais tarde, com a instalação da Biblioteca nesse lugar, também tratá-la com os mesmos cuidados. Sem falar que, em relação ao museu, o aumento, o custeio e a conservação de suas coleções ficavam totalmente a cargo do Gabinete Cearense de Leitura. Já a Biblioteca Provincial continuava recebendo verba autorizada pela presidência. O Gabinete Cearense ganhou alguns traços públicos na sua condição de instituição privada por meio da sua adequação a uma ordem pública de funcionamento.

Com o pagamento de uma assinatura anual, este regulamento da biblioteca permitia a saída de obras tanto do acervo da biblioteca pública quanto da particular do gabinete:

Art. 6º - É permitido tirar-se da biblioteca pública, mediante assignatura, qualquer obra cuja saída não seja proibida.

Art. 7º - O preço da assignatura annual será de dose mil réis, obrigado o assignante a satisfazer a quantia de três mil réis por trimestre adiantado.

Art. 9º - Podem ser assignantes pessoas de ambos os sexos, nacionais ou estrangeiros, que possuam os requisitos da lei.⁸⁹

O consentimento legal para retirada de algumas obras possibilitou outras práticas de leituras, seja a partir de outra ocasião para ler, fundamentando outras relações emocionais e corporais com o escrito, como a

⁸⁸ Regulamento da Biblioteca Pública de 1878.

⁸⁹ Regulamento da Biblioteca Pública de 1878.

leitura solitária e descontraída em um recinto íntimo, a leitura oralizada na companhia de amigos e familiares, a leitura feita na praça, ou ainda uma leitura feita enquanto caminhava pelas ruas da cidade. Com relação às obras de saída proibida, infelizmente não temos nenhum detalhamento sobre quais eram essas obras, o que nos leva apenas a suposições sobre quais seriam esses títulos. Provavelmente fossem obras raras, documentos oficiais, obras inutilizadas, em encadernação, quem sabe também algum título que poderia ser lido somente na biblioteca devido ao seu formato que dificultaria o transporte para outros lugares fora da biblioteca, “exigindo” um espaço e uma mobília adequados.

A respeito do preço da assinatura, parecia interessante, já que por mil réis mensais a pessoa poderia retirar tanto os livros da biblioteca pública quanto da do Gabinete, aumentando o alcance a uma variedade de obras principalmente àquelas pessoas que não podiam comprar frequentemente livros, que não tinham meios de acesso e nem teriam tempo para ler nessas bibliotecas. Enfim, a prática do empréstimo de livros dessas instituições ampliou o acesso ao escrito e possibilitou novas formas de leitura. É importante lembrar que os assinantes estavam sujeitos a punições no caso de infrações aos dispositivos legais que regulavam os empréstimos, e dependendo da gravidade da falta poderiam até ser expulsos.

Outra questão importante revista por esse novo regulamento da Biblioteca Provincial do Ceará foi o seu horário de funcionamento, que seria caro ao novo arranjo funcional desse estabelecimento, já que visava satisfazer os propósitos de sua criação, ou seja, tornar eficaz esse instrumento relevante para o projeto civilizador e modernizador da Província do Ceará. Não podemos esquecer das várias reclamações dos seus administradores sobre esse aspecto, considerando insuficiente o tempo que a biblioteca era destinada ao público. Sobre esse mote, temos em um relatório de 1875, sobre a Biblioteca Pública, a seguinte proposta: “Urge remover a biblioteca para o centro da cidade, e conservá-la aberta até as 9 horas da noite.”⁹⁰ Num tom de ultimato é feita essa observação. Atendendo à primeira urgência, da centralização

⁹⁰ Relatório com que o Exm^o Sr. Dr. Heráclito D’Alencastro Pereira da Graça passou a administração da Província do Ceará ao Exm^o Dr. Esmerino Gomes Parente – 1^o de março de 1875.

espacial da biblioteca, já tínhamos a mudança para a Rua Formosa, 92; quanto ao horário, o regimento de 1878 o definiu no artigo 15º do novo regulamento: “A biblioteca estará aberta ao público todos os dias úteis desde as 5 horas da tarde até as 9 da noite.”

Um horário que se adequava às pessoas que saíam dos seus expedientes de trabalhos, a tempo de encontrar a biblioteca aberta para retirar alguma obra, ou lê-la na própria instituição. Mesmo com esse favorecimento, o tempo franqueado ao público, tendo em vista outros estabelecimentos de mesma natureza, era curto. A Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro ficava aberta todos os dias úteis das 9 as 14 e das 16 as 21 horas.

É claro que esse novo código não deixou de elencar as atribuições do bibliotecário da Biblioteca Pública, trazendo detalhadamente todas as suas funções. Considerando-o uma parte importante para a compreensão do novo funcionamento da biblioteca, coloco-o aqui:

Art. 11º - Ao bibliotecário compete:

1º - Manter o bom regime e economia do estabelecimento, empregando o maior cuidado na conservação e asseio dos livros, mapas, papéis, moveis e utensílios, e todas as medidas ao seu alcance para evitar extravios.

2º - Fazer a escripturação bem como tudo que for relativo à boa administração do estabelecimento.

3º - Receber a importância das assignaturas que venha a caber a biblioteca, e recolhe-la à thesouraria provincial no fim de cada trimestre.

4º - Receber as quantias que a Presidência ordenar que lhe sejam entregues para as despesas da biblioteca, prestando (...) contas documentadas da applicação que tiverem.

5º - Mandar proceder aos pequenos reparos de estantes, encadernação, etc, que forem precisos para a conservação, ordem e regularidade da biblioteca, mediante approvação do Presidente da Província.

6º - Organizar catálogos das obras actualmente existentes.

7º - Ministras informações e quaisquer esclarecimentos sobre o movimento da biblioteca, quando exigidos pela Presidência.

8º - Eliminar os assignantes nos casos da lei.

9º - Entregar, mediante recibo, aos assignantes as obras da bibliotheca que não forem prohibidas sahirem e mandar cobralas depois de findo o prazo legal.

10º - Apresentar annualmente à Presidência um relatório do estado e movimento da bibliotheca a seu cargo.⁹¹

Como podemos ver em todos os dispositivos acima citados, o bibliotecário da Biblioteca Provincial do Ceará tinha várias atribuições nesse estabelecimento, além, não podemos esquecer, do seu compromisso com o Gabinete Cearense de Leitura. Pois, como já falamos, o bibliotecário era um dos diretores do Gabinete. Esse cargo estava sendo ocupado por Fausto Domingues da Silva, que com a transferência da Biblioteca para o prédio do Gabinete, passava a seguir essa nova legislação instituída com a mudança. Logo, este funcionário estava bem atalhado de afazeres na biblioteca, já que não percebemos nenhum indício, nesse momento, da participação ou contratação de outro empregado para a Biblioteca, o que frustrava os pedidos registrados nos relatórios dos bibliotecários solicitando o auxílio de outros funcionários para cumprir com todas as atividades necessárias para um bom funcionamento da instituição.

Situação que comprometia um melhor serviço prestado pelo bibliotecário, já que estava preenchido de obrigações que eram incompatíveis com o seu posto⁹², ficando impedido de desempenhar com exímio o controle da ordem dos livros e do comportamento dos leitores da biblioteca, ou seja, evitar o extravio e a violação material de obras ou alguma indisciplina dos visitantes. Assim, o bibliotecário deveria realizar tudo isso em troca de um salário anual de 600\$000 réis, 50\$000 réis mensais. Estes números mostram que parece ter havido uma redução no ordenado desse profissional. Tendo em vista documentos anteriores, que informam os gastos do governo com a biblioteca, o valor a ele destinado era de 1:200\$000 anuais.

Analisando esse regimento, como também os relatórios da Biblioteca Pública, percebemos que não havia restrições ao acesso a esse estabelecimento, já que não encontramos nada que revelasse alguma discriminação, principalmente social e intelectual, de público, exigindo, por

⁹¹ Regulamento da Biblioteca Pública de 1878.

⁹² Num relatório da Biblioteca Provincial de 1875 são reclamadas algumas obrigações repugnantes que ficavam a cargo do bibliotecário porque não contava este estabelecimento com nenhum outro funcionário.

exemplo, uma vestimenta adequada e um nível elevado de conhecimento como requisitos para frequentar esse ambiente. Ao estudar a Biblioteca Pública da Corte Imperial, Schapochnik mostra que nos anúncios dessa instituição, publicados no “Almanack Laemmert”, havia uma prefiguração ideal dos leitores que deveriam se apresentar “decentemente vertidos” ; além da preferência do seu diretor pelos leitores “sábios”. Para Schapochnik, esses fatos pervertiam a função pública da biblioteca.

“Instrução” e “futuro”, dois termos que se posicionam sucessivamente um em relação ao outro, na lógica do tempo que o discurso do Presidente da Província mobiliza ao celebrar a criação do Gabinete. Pela “instrução”, o “futuro”. Entre um e outro, a contagem para o progresso. E sempre que algo do tipo era fundado, o cálculo começava. Cálculo, a propósito, tipicamente moderno. É uma dilatação bem marcada que se forma entre o que se faz e o que se espera o desenho da concepção moderna do tempo. Numa entrevista⁹³, comentando as formulações conceituais do historiador Reinhart Koselleck a respeito da temporalização da história, François Hartog observa que a formação do tempo moderno, como a discute Koselleck, se faz sobretudo numa separação sempre tensa entre “experiência” e “expectativa”. Ou, para falar com as categorias próprias do autor alemão, entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa.

A *nova* qualidade histórica do que se convencionou chamar de “tempo moderno”, segundo Koselleck, formou-se nos termos da relação entre as duas categorias citadas há pouco, “como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”⁹⁴. O futuro como algo diferente do passado. Diferença que se fazia, aliás, num desdobramento progressivo, trazendo como imagens o “avanço”, a “mudança”, e por tudo isso, um tempo “melhor”. A história se faz processo, como uma linha cujos pontos em sucessão já não mais correspondem um ao outro; pelo contrário, pontos que surgem, nesse desenrolar, igual ao novo, resultado do que avança. Decurso positivo do qual participavam como determinações a ciência e a técnica. Estes domínios seriam

⁹³ HARTOG, François. Sobre la noción de régimen de historicidad. **Historicidades**, Buenos Aires, 2010. Entrevista concedida a Christian Delacroix, François Dosse, Patrick Garcia.

⁹⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011. p. 314.

partes naturais no empenho para o que era anunciado (esperado) como mudança e melhora, em uma palavra, futuro. Acontecimento como versão dessa espécie de *hino* da modernidade, a Biblioteca Provincial do Ceará, para aqueles que a criaram, surgia em razão do progresso da Província.

Melhorar o Ceará também com uma biblioteca pública. Segundo o Presidente Mello e Alvim, essa era “uma necessidade realmente sentida”, e para a evolução que se desejava, urgente. O elenco apresentado num editorial do jornal “A Constituição” sobre o que era feito para essa *expectativa* citava a fundação da Biblioteca Provincial. Seu título, “O Progresso”, e sua última frase, “...estrangeiros instruídos já terão que admirar a nossa terra e a nossa civilização por esse lado”, conformam toda a retórica do entusiasmo e afirmam o lugar privilegiado do livro e da leitura para o avanço de uma sociedade. Fazendo uma correspondência de termos com o que diz Koselleck a propósito da relação entre ciência, técnica e progresso, a Biblioteca seria qualquer coisa de estabilidade dessa evolução, com a temporalidade construída na separação bem clara entre “experiência” e “expectativa”.

O bom tom da formação intelectual, típico das prescrições do século XIX, tinha os seus lugares-comuns sempre declamados. O Presidente João de Souza Mello e Alvim fez sua parte quanto a isso. Ele queria, como muitos, “facilitar por todos os meios a alimentação do espírito”, por isso uma biblioteca pública, alguns livros, a leitura “certa”; e o que deveria ser evitado, a leitura “errada”. Para tanta vontade de civilizar, isso seria um desvio. Desvio do caminho de “elevação de um povo”. Mas, ao se ler tanto romance na Biblioteca, romances românticos principalmente, tal decurso estava em risco?

Como a mesma face da função de instruir e civilizar de uma biblioteca pública, havia os sentidos de defesa, de controle. A própria seleção e disponibilização de um acervo já pressupõe, mesmo que indiretamente, limites, censuras. Restrições essas contra uma determinada ideologia, um tipo de poder, um “funcionamento selvagem do mercado editorial”, por exemplo. No momento do alargamento do mercado do livro, com a aceleração da produção de impressos e do aumento das redes de vendas, além dos subterfúgios clandestinos desse universo, as bibliotecas, principalmente as públicas, poderiam se constituir como condições seguras para a luta “contra os mascates de livros e as salas de leitura sujeitas às leis do mercado”.

Segundo Chartier e Hébrard, “contrariamente ao livro comprado ou tomado por empréstimo nas redes habituais do universo privado ou mercantil, o livro lido na biblioteca ou pela biblioteca se impõe ao leitor num espaço e num tempo que pouco lhe pertencem.”⁹⁵ Constrangimentos criados no leitor numa biblioteca como um horário e dias determinados para consulta, trajas adequados, comportamento prescrito, postura à mesa, silêncio, as linhas do estatuto, os limites do catálogo, tudo isso perfaz uma disciplina do leitor, um discurso da leitura que podem servir aos interesses de uma ordem social, de um sistema político e econômico. Nesse sentido, “o objetivo central da instalação das primeiras bibliotecas é transformar o leitor em um leitor acompanhado, mesmo quando ele já está fora do circuito da escolarização.”⁹⁶

Entre a metade do século XVIII, período que para muitos marca a formação mais precisa dessa narrativa em prosa que se convencionou chamar de romance (*novel*, na tradição de língua inglesa), e o final do século XIX, esse gênero ficcional (em muitos momentos desse intervalo secular seria inadequado chamá-lo de belas-letas ou literatura) acumulou detratores em vários lugares. Clérigos, médicos, eruditos sempre tinham alguma condenação a fazer. Uma vida romanesca, associada de alguma maneira a essas narrativas, não era uma vida de crédito, de respeito, de apreciação. O romance moderno foi um bom exemplo de um mesmo foco para a censura de diferentes discursos. Estética, moral e ciência se ocuparam durante um bom tempo dele.

Nos dicionários, fantasia é um termo naturalmente associado ao romance.⁹⁷ E desde que ele começou a circular - e ele sempre circulou muito, pois sua história é “íntima”, poderíamos dizer dependente, das “revoluções” da produção de impressos -, causava temor para os que o vigiavam e o combatiam como um arrebatamento que faria da realidade uma insuficiência. Uma proporção direta: mais essas personagens liam romances, menos

⁹⁵ CHARTIER, A-M; HÈBRARD, J. **Discursos sobre a leitura (1880 – 1990)**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ No **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva**, de 1790, no **Dicionário da língua brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto**, de 1832, e no **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**, de 2011, há acepções tanto para o léxico “romance” quanto para “fantasia” que relacionam os termos ficção, fingido e fantasioso. Sobretudo nos dois primeiros dicionários citados, essa relação possui aspectos fortemente pejorativos.

satisfeitas ficavam com suas vidas. Péssimo negócio, então, para casamentos. Lendo essas coisas, o adultério seria só uma questão de tempo. Vislumbrando essa possibilidade, as prédicas contra o romance logo começavam a fazer seu trabalho.

No entanto, os romances não paravam de ser escritos, publicados, vendidos, lidos. À revelia de uma defesa do gosto e da decência, o circuito desse gênero atravessou todo o século XIX e aos poucos foi forçando sua classificação como literatura. A propósito, muito do perigo atribuído a essa escrita vinha da dificuldade em dizer o que exatamente ela era, com todas aquelas narrativas, cenas, personagens, *reviravoltas*, o que se desejava com ela. Para os que a defendiam, o exemplo ficaria mais claro, mais eficaz ao ser dramatizado numa aventura romanesca. Já os que a condenavam viam nisso uma desculpa cínica para um grande mal. Por exemplo, para Frei Pedro Sinzig e seu trabalho de formar consciências, não adiantava o romancista espanhol Enrique Perez Escrich dizer que quando criança seus pais haviam feito com que ele compreendesse as belezas do cristianismo. Frei Sinzig⁹⁸ não deixou de ver *A mulher adúltera* como uma obra indigna de um lar. Mas entre os consulentes da Biblioteca Provincial do Ceará, no intervalo que ficou registrado entre 1878 e 1887, Perez Escrich prevaleceu cotidianamente.

2.2. Um lugar para ler.

Ao chegarem à Biblioteca Provincial na segunda metade do século XIX, os visitantes e consulentes poderiam observar o catálogo do acervo que deveria estar devidamente atualizado. Isso ficou garantido pelo bibliotecário José de Barcellos no seu relatório de 31 de março de 1868. Pelo que Barcellos anotou, todas as obras estavam registradas num livro específico, ordenadas alfabeticamente e com detalhes sobre a sua entrada no acervo. Após um ano dessa informação, o bibliotecário voltaria a garantir a competência na classificação dos livros. Entretanto, não foi essa a situação que o seu sucessor na administração da Biblioteca, João Severiano Ribeiro, disse ter encontrado.

⁹⁸ Sobre o Frei Pedro Sinzig e o seu índice de romances proibidos, ver: PAIVA, Aparecida. A voz do veto: a censura católica à leitura de romances. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

Informando que havia procedido com a organização do catálogo, este funcionário lembrou que o trabalho ainda não tinha sido realizado. Seria muito complicado aceitar os comentários desses dois bibliotecários como prova da situação da organização do acervo, já que estavam, nesses relatórios, apresentando ao governo provincial os seus desempenhos no exercício do cargo.

Depois de escolhida a obra a ser lida, ao bibliotecário cabia se dirigir à estante, retirá-la e levá-la ao consulente, provavelmente acomodado em uma das mesas da Biblioteca. Ou não tão acomodado assim. No comentário de Herculano de Araújo Salles, talvez o consulente não ficasse tão à vontade à mesa. O problema é que faltavam estantes e os volumes estavam sendo colocados sobre as mesas. Tal inconveniente se dava por causa da falta de espaço para a colocação de mais estantes. Esta dificuldade voltou a ser mencionada em 1875, quando mais uma vez foi reivindicado um local mais adequado ao bom funcionamento da Biblioteca.⁹⁹

Como falamos anteriormente, não era cobrada nenhuma taxa para frequentar a Biblioteca, também não existindo de forma objetiva qualquer exigência ou restrição quanto aos trajés e escolhas dos leitores. Quanto ao comportamento a ser observado nesse ambiente, esperava-se que os consulentes fizessem silêncio e não ficassem a andar ou a fumar no seu interior. Para suas consultas, os leitores poderiam contar com papel, pena, tinta, entre outros materiais que a Biblioteca deveria disponibilizar. E aqueles que fossem permanecer até o encerramento do expediente, ouviriam soar a campainha um quarto de hora antes da conclusão dos trabalhos. De 1867 a 1878, esse toque seria dado vinte e cinco minutos antes das oito horas da noite, passando a ser antes das nove após 1878.

Ao encerrar a sua leitura ou consulta, o leitor deveria deixar a cargo do bibliotecário a reposição do livro na estante, além de entregar os objetos de propriedade da Biblioteca usados durante a consulta. Ao leitor também foi reservado um livro no qual deveriam ser registrados o título e o autor da obra consultada, como também a sua assinatura ao lado dessas informações.

⁹⁹ Relatório do bibliotecário Fausto Domingues da Silva – 1875.

No regulamento de 2 de janeiro de 1867 já estava determinada a utilização de um livro para os registros das consultas diárias na Biblioteca. Entretanto, não localizamos nenhum documento de tal natureza que nos permita conhecer esses dados entre os anos da fundação da Biblioteca e o ano de 1877. Já entre os anos de 1878 e 1887 foi possível apreender melhor o outro lado da ordem da Biblioteca Provincial do Ceará, o outro lado das expectativas oficiais, ou seja, o uso que os leitores fizeram desse espaço, no feito das suas escolhas. É por meio do livro de consulentes da Biblioteca Provincial do Ceará de 1878 a 1887 que se tornaram mais claros os *itinerários*, os *caminhos* que cada leitor construiu no universo de volumes com que se deparou nessa instituição. O cotidiano de leituras da Biblioteca nesse período ficou um pouco mais traduzido nas inscrições no livro de consulta.

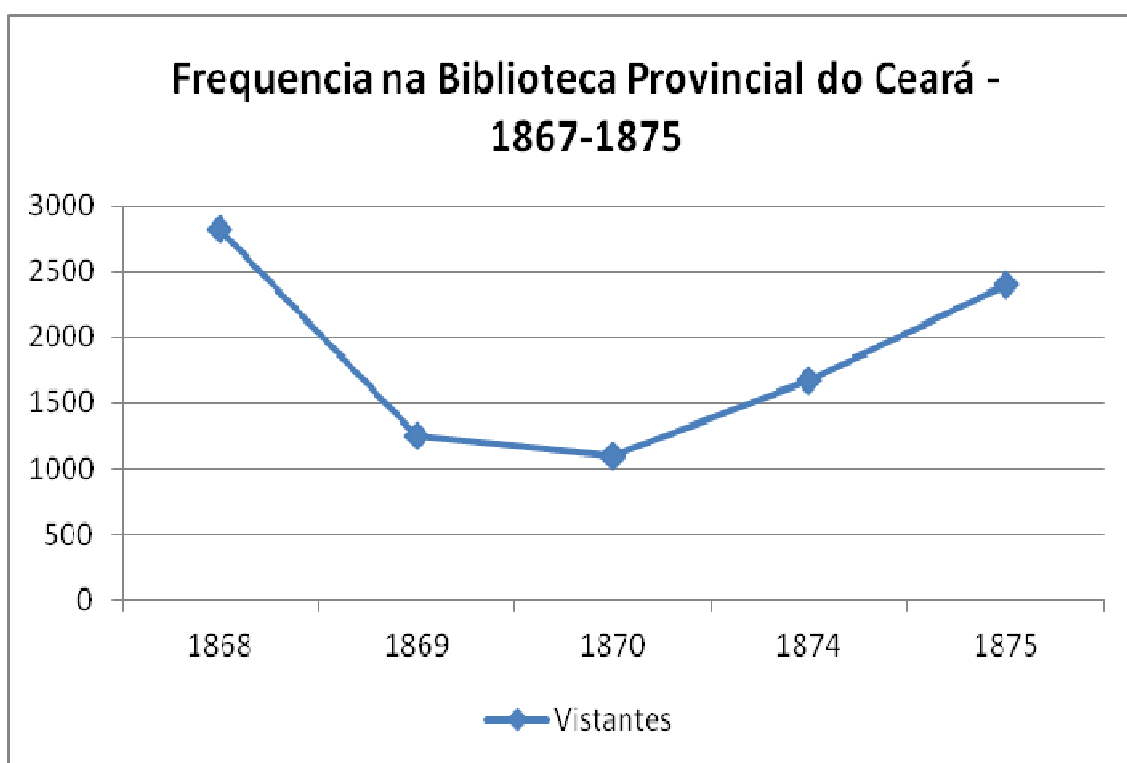
Para entender o *lado* dos leitores, suas escolhas, preferências no acervo da Biblioteca nos seus primeiros dez anos de funcionamento, contaremos com os dados fornecidos pelos bibliotecários em seus relatórios. A falta de outros documentos, registros que nos permitissem fazer uma análise comparada com as informações oficiais dos bibliotecários limita a compreensão do comportamento (dos gostos) dos leitores nesses anos iniciais.

A primeira referência à recepção que a Biblioteca teve dos habitantes da capital da Província do Ceará foi dada por José de Barcellos, no seu relatório de 1868. Com o balanço de um ano de frequência, Barcellos apresentou um índice de 2.819 indivíduos que passaram pela biblioteca, consultaram alguma obra e deixaram o registro de sua visita. Como não temos mais detalhes sobre essas consultas, quem e quantas vezes consultou, por exemplo, não podemos ter a variedade precisa dentro desse total de 2.819 pessoas.

Em outro relatório, de 1869, Barcellos informava a movimentação de consultas entre os dias 17 de outubro de 1867 e 29 de março de 1869. Nesse período, segundo o bibliotecário, 1.252 pessoas frequentaram a Biblioteca. Passados pouco mais de dois anos de funcionamento, essa instituição manteve a procura do público, apenas com uma presença menor no seu segundo ano. No segundo levantamento, que compreende uma faixa maior de dias, incluindo nessa conta alguns meses do primeiro ano, o volume de pessoas foi menor em relação ao apresentado no primeiro relatório.

A estatística seguinte sobre a leitura na Biblioteca foi informada no relatório de João Severiano Ribeiro, em 9 de junho de 1870. Referindo-se ao intervalo de 27 de julho de 1869 a 9 de junho de 1870, Ribeiro apresentou um índice de 1.089 consultas, lembrando que houve alguns dias, entre essas datas, em que a Biblioteca ficou fechada, como de 10 de agosto a 19 de setembro de 1869, em razão do inventário do acervo para o início da sua administração.

Gráfico 2 - Frequência na Biblioteca Provincial do Ceará - de 1867 a 1875



Foi com o bibliotecário João Severiano Ribeiro que a questão da localização da Biblioteca começou a ser relacionada com sua frequência. Para Ribeiro, entre outros problemas, a “má condição de localidade” comprometia a constância de visitantes, porque era um enfado o deslocamento a um lugar descentralizado e de difícil acesso. Logo começaria uma sequência de pedidos para a remoção da Biblioteca, o que seria, na perspectiva dos bibliotecários, uma medida decisiva para o progresso dessa instituição.

O sucessor de João Severiano Ribeiro, Herculano de Araújo Salles, não deixou de comentar a questão da frequência. Aliás, Salles relacionava a

baixa concorrência à Biblioteca com a falta de um ambiente mais literário na cidade, com outros estabelecimentos que formassem o gosto das letras nos seus habitantes. Até com o flagelo das secas esse bibliotecário justificava o que considerou um “pouco gosto e apreço de seus habitantes pela leitura”. Entendendo que era uma situação de “maiores cuidados e aflições”, Salles via que tais preocupações tomavam qualquer tempo para distrações. A questão da descentralização do endereço da Biblioteca não ficou de fora dos comentários de Herculano de Araújo Salles. E enquanto a mudança não vinha, algumas tentativas foram feitas para tentar solucionar esse problema. Exemplo disso foi a sua medida de oferecer a Biblioteca a qualquer hora do dia.¹⁰⁰

Mantendo a mesma linha de ponderação dessa questão, Salles compara a frequência da Biblioteca Provincial do Ceará com a da Real Biblioteca. Ao citar os índices de visitas naquela instituição em relação a esta, ele procurou considerar as diferenças entre os contextos de cada instituição. Dada a superioridade dos números de consultas na Real Biblioteca, Salles compreendeu essa supremacia em razão de algumas disparidades entre a capital do Império e a capital da Província do Ceará que levariam a essa situação. Um maior número de habitantes, uma circulação maior de indivíduos cultivados, nacionais ou estrangeiros faziam, na interpretação de Salles, com que a Real Biblioteca recebesse uma maior concorrência de visitas. Nesse sentido, explica o bibliotecário, observadas essas diferenças, cada coisa sendo entendida no seu devido lugar, os números da Biblioteca Provincial do Ceará estariam de acordo com o que se poderia esperar do ambiente no qual ela estava inserida.

Depois de um ano desse relatório, o número de consultas registradas foi de 1.674, enquanto no ano posterior o índice foi de 2.400. Esses dados apareceram no balanço feito por Fausto Domingues da Silva, em 2 de julho de 1875, quando mais uma vez foi considerada insatisfatória a frequência na Biblioteca, sendo atribuída tal percepção ao seu endereço, além do mau uso do tempo para a sua oferta ao público. Como comentamos em linhas anteriores, com a mudança de endereço da Biblioteca Provincial veio também uma nova ordem regimentar para o funcionamento e o uso desse lugar. Tal

¹⁰⁰ Relatório do bibliotecário Herculano de Araújo Salles – 1873.

ordem, entre outras determinações, estabelecia um novo horário para a Biblioteca, passando a ser franqueada mais à noite.

Antes da ida da Biblioteca para a Rua Formosa, 92, cabia àqueles que tivessem interesse em frequentá-la deslocar-se até uma área cujo acesso, segundo os bibliotecários, desestimulava tal visita. Mais uma vez, por meio das palavras dos seus administradores, ao chegar à Biblioteca, o indivíduo poderia se deparar com um acervo desorganizado, falta de espaço e conforto para sua leitura, dificuldade em encontrar o seu pedido, ou não encontrar o que procurava devido à carência do acervo e dos extravios e perdas, algumas relatadas oficialmente pelos bibliotecários.

Em algumas oportunidades, provavelmente quando chegavam à Biblioteca, os consulentes tenham se deparado também com um prédio em reformas, o que talvez causasse um certo transtorno à ordem esperada para esse ambiente, comprometendo a tranquilidade e o silêncio tão caro ao lugar.

Em 1871 foi a instalação de uma grade no fundo do vestíbulo da Biblioteca, em 1875 seriam alguns reparos solicitados pelo bibliotecário. Nos anos seguintes, os consulentes da Biblioteca continuariam se deparando com tais situações, como os reparos de uma parede, em 1876. Além disso, houve também o aparecimento de formigueiros que, entre outros transtornos, talvez tenham causado algum incômodo aos leitores.

A falta da localização de um catálogo da Biblioteca, de algum registro de consultas dos frequentadores ou qualquer outro documento que indicasse as possibilidades e as escolhas dos leitores impediram que contemplássemos melhor a relação entre os leitores e essa Biblioteca de 1867 a 1877.

Quando pensamos um estudo das bibliotecas, devemos considerá-las como lugares cujos sentidos escapam às definições puramente materiais, tendo investida na sua presença toda uma simbologia de valores para sua existência. A palavra biblioteca torna-se insuficiente para designarmos todas as naturezas que esse lugar pode assumir, pois não podemos concebê-la em apenas uma categoria, sempre com as mesmas funções. Diferenças que mudam totalmente a sua lógica podem estar no seu caráter público ou privado, revolucionário ou conservador. Quanto a sua função, uma biblioteca pode servir como apenas um espaço de conservação, um ornamento patrimonial, ou

como um lugar para ler, de difusão do conhecimento, com uma perspectiva filantrópica e educacional.

Com um pagamento de uma assinatura anual, a Biblioteca Provincial do Ceará permitia a saída de obras tanto do seu acervo quanto do Gabinete Cearense de Leitura. Com relação a essa assinatura, vejamos o que nos dizem os artigos do Regulamento da Biblioteca Provincial de 1875:

Art. 6º - É permitido tirar-se da biblioteca pública, mediante assignatura, qualquer obra cuja sahida não seja prohibida.

Art. 7º - O preço da assignatura annual será de dose mil réis, obrigado o assignante a satisfazer a quantia de três mil réis por trimestre adiantado.

Art. 9º - Podem ser assignantes pessoas de ambos os sexos, nacionais ou estrangeiros, que possuam os requisitos da lei.¹⁰¹

Ao analisarem as sistematizações de instalações de bibliotecas visando a formação de hábitos de leitura nas camadas sociais iletradas francesas, Jean Hébrard e Anne-Marie Chartier definiram-nas como iniciativas pertencentes ao século XIX e dentro de uma perspectiva filantrópica mais do que iluminista.¹⁰² Considerando os propósitos oficiais para a criação da Biblioteca Provincial do Ceará e a sua função dentro desta sociedade, poderemos pensá-la com características do modelo de iniciativas apresentado acima.

Mas a leitura gerava outras controvérsias no século XIX. No caso da Província do Ceará, elas estiveram também relacionadas com as presenças da Biblioteca Provincial e do Gabinete Cearense de Leitura no mesmo prédio. Uma calorosa discussão entre dois deputados da Assembleia Provincial nos serve como profícua fonte para percebermos a recepção dessa “agregação” espacial e administrativa entre Gabinete e Biblioteca Pública do Ceará. Principalmente porque temos na conversa entre esses parlamentares¹⁰³ opiniões díspares sobre esse assunto.

Essa discussão diz respeito à rescisão do contrato entre o tesouro provincial com a diretoria do Gabinete Cearense de Leitura sobre a permanência desta instituição no prédio da Província. Esse contrato, assinado

¹⁰¹ Regulamento da Biblioteca Provincial de 1875.

¹⁰² CHARTIER, A-M; HÉBRARD, J. **Discursos sobre a leitura (1880 – 1990)**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

¹⁰³ Os parlamentares que discutiram a questão da permanência do Gabinete Cearense de Leitura foram os deputados Helvecio Monte e Paiva.

em 1877, foi acordado num prazo de nove anos, o que projetava essa parceria até 1886. Porém, em 1880 houve ideias e posições, no âmbito político, contrárias à continuidade desse contrato. Observemos como o tema foi colocado em pauta pelo Sr. Helvecio Monte:

Por lei de 1878 contratou o governo provincial com o Gabinete de Leitura a anexação da biblioteca pública àquele estabelecimento, mediante cláusula, que tem sido cumprida. Observa que com esta anexação lucrou a província, que via os livros da biblioteca publicas se extraviarem, consumindo anualmente para a conservação deles mais de três contos de réis. O museo, que se achava sob a mesma direção desaparecia por partes... Noto que hoje em vez de três contos de réis, só despende a província com a biblioteca a terça parte desta quantia: os livros são zelados e prestando utilidade a todos: o museo é conservado, e algumas de suas peças separadas. Acha que a província, que teria de dar um prédio, onde funcionasse a biblioteca pública, não sofre em seus interesses, consentindo que no mesmo prédio funcione o Gabinete de Leitura, quando mesmo não ferisse a província as utilidades já inumeradas.¹⁰⁴

Está clara a posição de defesa do deputado Helvecio Monte sobre a permanência do Gabinete no prédio da Rua Formosa, nº 92, que ocupava juntamente com o Museu Provincial e a Biblioteca Provincial do Ceará. Com esse argumento, ele reiterou as mesmas observações que todos os bibliotecários que administraram a Biblioteca Provincial de 1867 a 1877 fizeram a respeito das péssimas condições físicas da biblioteca, as obras extraviadas, o “alto” custo para a sua conservação, as condições precárias do Museu Provincial, mostrando assim, que com a sua transferência para receber as atenções do Gabinete, tanto o Museu quanto a Biblioteca passaram a receber melhores cuidados e serviços, sem falar na diminuição dos gastos do governo com essas instituições. Como contraponto a essa colocação, o deputado Paiva foi incisivo ao apontar a inconveniência do funcionamento do Gabinete em um prédio público. Paiva não economizou ataques ao Gabinete ao mostrar impropriedade da sua permanência no prédio do governo:

o que sei é que o Gabinete de Leitura tinha sido passado à província que o sustentou algum tempo por via dos socorros que ali eram distribuídos sem ordem e aquém os empregados da casa queriam distribuir; que não tendo ... sustenta-lo porque a província precisa de edifícios para seus interesses; porque

¹⁰⁴ Anais da Assembléia Provincial do Ceará – 1880.

primeiro está o interesse público do que o particular; porque pode muito bem ser ocupado por uma repartição pública e tanto é necessário, que o governo está pagando prédios onde funcionam as escolas.¹⁰⁵

Na sua embravecida fala, o deputado Paiva, sem nenhum constrangimento, mostrou que a permanência do Gabinete no prédio do governo, além de violar o significado público do espaço, estava sendo onerosa à Província do Ceará, pois, segundo o deputado, esta instituição vinha recebendo auxílios do governo. Nesta reclamação do Sr. Paiva, também vasa sutilmente uma consternação do poder público, de ordem administrativa, que se tornou comum no período analisado nessa pesquisa, que é a respeito da falta de espaços para o funcionamento de repartições e instituições públicas. Portanto, permitir que o Gabinete permanecesse neste prédio era colaborar para o agravamento dessa situação. E assim, lança uma pergunta carregada de escárnio:

“Por que então se há de dar um edifício para o Gabinete de Leitura para a glória de particulares?” E sem diminuir o tom das suas críticas, continuava articulando os argumentos sobre os prejuízos do poder público com a permanência do Gabinete.

Podemos perceber que o Sr. Paiva coloca em dúvida a lisura do acordo entre Gabinete e governo, mostrando a ambiguidade do contrato entre essas partes, pois, insinua o deputado que o motivo da transferência da Biblioteca Provincial seria beneficiar o Gabinete Cearense de Leitura, já que este passaria a ter mais “privilégios” com essa situação. Depois das acusações do deputado Paiva, o seu adversário nesta contenda, o deputado Helvecio Monte expressa-se segura e laconicamente contra a rescisão do contrato, com a seguinte tirada: “Há mais alunos no Gabinete de Leitura do que no lyceo.”

Provocações à parte, Monte se referia a uma escola noturna, inaugurada em 16 de junho de 1880 pelo Gabinete Cearense de Leitura em comemoração ao tricentenário do poeta Luís de Camões. Destinado aos “meninos pobres”, esse empreendimento seguia a tendência de outros Gabinetes de Leitura, como os de Aracati e Granja, que ofereciam aulas noturnas de primeiras letras e até de língua francesa, como no caso do

¹⁰⁵ Anais da Assembléia Provincial do Ceará – 1880.

Gabinete de Leitura de Aracaty, de 1881. Neste momento esta instituição encontrava-se com 109 alunos matriculados nessas aulas. No Gabinete de Leitura de Granja eram ofertados cursos noturnos de língua nacional, geografia e história, sob a direção do Dr. Antonio Augusto de Vasconcelos.¹⁰⁶

Em 1880, um relatório presidencial da Província recolocava em pauta a Biblioteca Pública:

Possue ella muitas obras de mérito, mas é notavelmente pobre em relação às que são publicadas modernamente. A exigüidade da verba destinada na lei do orçamento não permite que se preencha tão sensível lacuna, não podendo, por conseguinte, a Bibliotheca acompanhar o movimento litterario do mundo civilizado. Resente-se também da falta de mais algumas estantes para melhor acomodação dos livros.¹⁰⁷

Esse documento apresenta uma biblioteca que vai se tornando obsoleta do ponto de vista bibliográfico e com carências elementares, como a falta de uma estante. Este relatório sugere um ambiente que parece estar esquecido pelos seus responsáveis maiores. Enquanto isso, o Gabinete lograva um positivo momento, principalmente com a promoção do seu curso noturno de instrução primária, que acontecia de 7 as 9 horas da noite. Mostrando ter um significativo número de alunos, solicitava à Província do Ceará um espaço mais amplo para o funcionamento destas aulas. As menções do governo ao Gabinete sempre foram elogiosas, do tipo que esta instituição “...tem prestado inestimáveis serviços à instrução popular.”¹⁰⁸ Tudo isso poderia ser motivo suficiente para acreditar que o Gabinete teria vida longa. Entretanto não foi bem isso que aconteceu. No dia 5 de julho de 1886, acontecia a dissolução desta empresa que transmitiu seu patrimônio, como biblioteca e mobília, para a Biblioteca Provincial do Ceará.¹⁰⁹

Nos anúncios que a Biblioteca Pública da Corte Imperial publicava no *Almanack Laemmert* havia uma prefiguração ideal dos leitores que deveriam se apresentar “decentemente vertidos”, com a preferência do seu diretor pelos

¹⁰⁶ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881 pelo Presidente da Província Senador Pedro Leão Velloso – 1881.

¹⁰⁷ Fala com que o Exm^o Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros presidente da Província do Ceará abriu a 1^a sessão da 25^a legislatura da Assembléia Provincial no dia 1^o de julho de 1880.

¹⁰⁸ Fala com que o Exm^o Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros presidente da Província do Ceará abriu a 1^a sessão da 25^a legislatura da Assembléia Provincial no dia 1^o de julho de 1880.

¹⁰⁹ Falla dirigida a Assembléia Legislativa do Ceará pelo presidente da Província Dr. Enéas de Araújo Torreão – 1887.

leitores “sábios”. Sobre esse mesmo aspecto, o regulamento da Biblioteca Pública do Paraná de 1886 comentou a determinação nesse regimento da exigência de que os visitantes dessa biblioteca se apresentassem vestidos com decência.

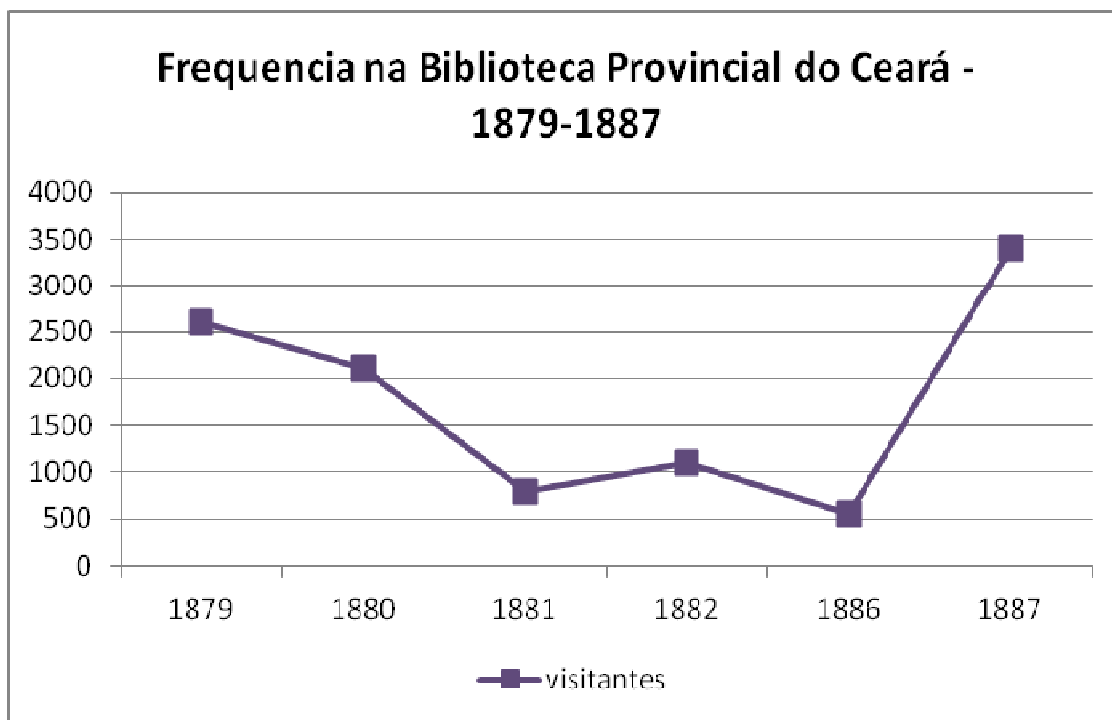
2.3: Um lugar para ler romances?

Houve cinco registros de consultas. Era 5 de maio de 1879. Neste momento, havia pouco mais de doze anos que a Biblioteca Provincial do Ceará funcionava. Nesta data, José Antônio de Sá abriu os registros informando a leitura dos romances *Amor dos amores*, de Enrique Perez Escrich, e *O Rei dos ciganos*, de Ponson du Terrail. Na sequência da lista, Leopoldo Cabral, Lourenço Pessoa, Joaquim do Carmo Filho e Raymundo Justiniano Filho leram, respectivamente, os romances *A esposa martyr*, *A mulher adúltera*, *Promessa sagrada* e *Os anjos da Terra*. Todas histórias do universo ficcional do escritor espanhol Enrique Perez Escrich. Dias depois, em 9 de junho de 1879, Joaquim Álvaro Garcia, Marcos de Almeida Pinto, João Ferreira da Costa, Thiago G Motta, Ildefonso F. de Medonça, Antonio Braga e J. J. Ayres do Nascimento registraram suas consultas aos romances *O pão dos pobres*, *A mulher adúltera*, *A esposa Martyr*, *Os mascaras vermelhas*, *Drama no mar*, e *A Calunia*, de Perez Escrich, e *Estória da Provincia*, de Xavier de Montepin.

O conhecimento do que era lido, quem lia, quando lia, principalmente na Biblioteca Provincial do Ceará, foi possível a partir de 1878 até 1887. O livro de consulentes no qual foram anotadas as consultas feitas nesse período foi localizado no Arquivo Público do Estado do Ceará. Lamentavelmente, as condições físicas desse documento não são as melhores, apresentando várias partes deterioradas, folhas quebradas e outras que já caíram. Dada essa situação, o levantamento dos dados desse registro ficou, muitas vezes, incompleto. Procuraremos, entretanto, sempre que fizermos alguma análise e/ou hipótese com esse material, ponderarmos que eles são insuficientes para um conhecimento e uma abordagem total do cotidiano das leituras na Biblioteca no intervalo acima referido. Mas por meio

desse registro de consultas, conhecemos o que os leitores fizeram da Biblioteca em termos de leituras.

Gráfico 3 - Frequência na Biblioteca Provincial do Ceará – 1879 a 1887.



Antes de fazermos qualquer consideração com esses números, devemos informar que houve alguns intervalos nesse livro que não foram possíveis de ser levantados, dada a limitação dos registros.

Havia nesse livro de consulta espaços para a inscrição da obra consultada, do respectivo autor, acompanhado pela assinatura do leitor. Todas essas informações eram dispostas uma ao lado da outra, deixando acessível parte do que estava acontecendo na particularidade furtiva de cada leitura na Biblioteca Provincial.

A propósito da ambivalência das leituras em espaços públicos, Chartier nos fala o seguinte:

A leitura silenciosa, mas feita em um espaço público (a biblioteca, o metrô, o trem, o avião), é uma leitura ambígua e mista. Ela é realizada em um espaço coletivo, mas ao mesmo tempo ela é privada, como se o leitor traçasse, em torno de sua relação com o livro, um círculo invisível que o isola. O círculo é contudo penetrável e pode haver aí intercâmbio sobre aquilo

que é lido, porque há proximidade e porque há convívio. Alguma coisa pode nascer de uma relação, de um vínculo entre indivíduos a partir da leitura, mesmo silenciosa, pelo fato de ser ela praticada em um espaço público.¹¹⁰

Leituras individuais, porém públicas, porque encerradas num espaço com tal caráter. Leituras silenciosas, mas que deixaram algum ruído nas marcas dos seus leitores – o registro de consulentes.

O ano de 1878 marca um momento de mudança para a Biblioteca Provincial do Ceará. O seu novo endereço, um novo regulamento, apontavam outras possibilidades de uso desse espaço. A partir desse ano, ganhando novas formas de acesso, a Biblioteca permaneceu à Rua Formosa, 92, até novembro de 1887, quando voltou à sua localização inicial.

Como vimos, foram recorrentes as insistências dos bibliotecários, ao longo dos dez primeiros anos da Biblioteca, em afirmar como causa do que consideravam uma baixa frequência de leitores a sua “má localização”. Muito provavelmente, com a satisfação desses pedidos, a expectativa foi grande em relação ao que poderia mudar nesse sentido na Biblioteca. Contando agora, para a próxima década de funcionamento dessa instituição, com o livro de registro de 1878 a 1887, teremos um melhor panorama, não só numérico, mas também pessoal, da frequência em tal estabelecimento de leitura.

Até 1878, a Biblioteca já tinha sido administrada efetivamente por José de Barcellos, João Severiano Ribeiro, Herculano de Araújo Salles e Fausto Domingues da Silva – que continuou exercendo essa função após o referido ano. Antes do regulamento de 1878 não temos, em documentos oficiais sobre a Biblioteca, qualquer requisito mais exposto dos predicados que os bibliotecários deveriam possuir para administrar essa instituição. Algo mais preciso sobre isso só apareceu exatamente no citado regimento, quando ficou determinado que o cargo de bibliotecário estaria restrito a um dos diretores do Gabinete Cearense de Leitura, em vista do acordo do governo provincial com a diretoria do Gabinete.

Os registros de leitura na Biblioteca Provincial do Ceará começaram no dia 21 de abril de 1879 com a consulta de José Pedro Lyra ao romance *A mulher adúltera*, do escritor Enrique Perez Escrich. Nesse dia, outros sete

¹¹⁰ CHARTIER, Roger. **A aventura do Livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 143-144.

consultantes escolheram as obras desse autor para as suas leituras nesse ambiente, sendo Antonio Domingues dos Santos Silva o último a consultá-lo, com a leitura de *O Martyr do Golgotha*. Antonio Domingues ainda voltaria nos dias 22 e 25 de abril à Biblioteca para prosseguir com a leitura desse romance.

Acompanhando o dia-a-dia de registro das leituras, observamos como as escolhas dos leitores foram dando um sentido ao uso da Biblioteca Provincial do Ceará. Nesse caso, a Biblioteca como um lugar para ler romances. Entre 1879 e 1887, a leitura nesse espaço, verificada nos mais diferentes aspectos, apresentou algo em comum que podemos definir em duas categorias: leituras literárias e leituras de romances. A segunda encontra-se no universo da primeira.

Interessante perceber que, no caso desse tipo de literatura, o leitor, caso quisesse dar continuidade à leitura, teria que voltar outros dias à Biblioteca, dado o tempo de funcionamento do estabelecimento e o tamanho desse tipo de ficção, no caso o seu número de páginas e às vezes o de volume. Nesse sentido, a escolha de romances implicava um determinado uso desse espaço, além de caracterizar uma modalidade de leitura.

Os leitores podiam voltar para continuar a leitura, mas também para intercala-lá, ou quem sabe abandoná-la em nome de outra. Marcus de Almeida Pinto foi à Biblioteca no dia 2 de janeiro de 1880 para consultar *Um drama no mar*, de Perez Escrich, voltando no dia seguinte para prosseguir com a mesma leitura, que foi trocada dois dias depois por *Os homens de sangue*, de F. de Castro. Já Álvaro Teixeira de Souza Mendes frequentou a Biblioteca em diferentes dias de julho de 1879, variando também os títulos (mas não tanto o autor) escolhidos. No dia 2, foi *Um drama no mar*, no dia 4, *O piano de Clara*, ambos de Perez Escrich. Voltaria em 14 de julho para ler *A mulher adúltera*, que também foi retirada por ele nos dias 17 e 19 desse mês. Com exceção de um volume de Virgílio consultado no dia 15, Alvaro Teixeira de Souza Mendes preencheu seu mês com os romances de Perez Escrich, escolhendo no dia 25 *O inferno dos ciúmes* e mudando no dia seguinte para *A perdição da mulher*.

A propósito das consultas de ficção, nove das dez obras mais consultadas naquele intervalo de anos são romances, e todos eles de autoria de Enrique Perez Escrich. *Um drama no mar*, 95 consultas; *Calunia*, 86 consultas; *A mãe dos desamparados*, 83 consultas; *A mulher adúltera*, 60

consultas; *Os anjos da terra*, 59 consultas; *Amor dos amores*, 40 consultas; *A inveja*, 39 consultas; *O livro de Job*, 38 consultas; e *O coração nas mãos*, 36 consultas foram as obras mais solicitadas pelos que frequentaram a Biblioteca Provincial do Ceará entre 1878 e 1887.

O quadro a seguir, com o levantamento total das obras consultadas na Biblioteca entre 1878 e 1887, mostra-nos, em certo sentido, como se distribuíram as escolhas mais frequentes nesses anos.

Tabela 3 - Obras consultadas

Obras consultadas (autor)	Número de consultas
Um drama no mar (Escrigh)	95
Calunia (Escrigh)	86
A mãe dos desamparados (Escrigh)	83
A mulher adúltera (Escrigh)	60
Os anjos da terra (Escrigh)	59
Noites amenas (Escrigh)	47
Amor dos amores	40
A inveja	39
O livro de Job	38
O coração nas mãos	36
A perdição da mulher	36
Obras de misericórdia (Escrigh)	33
Os miseráveis (Victor Hugo)	32
Mascaras vermelhas	30
O martyr do Golgotha	30
O inferno dos ciúmes (Escrigh)	29
Os que riem e os que choram	29
Os filhos da fé	28
A esposa martyr	26
Os infernos de Paris	24
Os desgraçados	22
As minas de prata (José de Alencar)	21
O cura da aldeia	20
Rico e pobre (Escrigh)	19
O piano de Clara	18
A promessa sagrada	17
O rei dos ciganos	17
Diabo na corte	16
O Gaucho	14
Vingança do sargento	14
A caridade christã	13
Poesias	13
Doutor Ox	13
Luciola	13
O pão dos pobres	12
Os sete morcegos	12
Os desgraçados	12

A Dama das Camélias	10
Viagem ao centro da terra	10

No quadro citado, os títulos de Perez Escrich alcançaram marcas expressivas em termos de consultas. No que se refere às escolhas dos frequentadores desse estabelecimento, a ficção desse autor esteve à frente de muitos autores nacionais. E tanto entre os mais consultados quanto entre os menos, Escrich aparece. Seu livro de memórias sobre a sua formação intelectual, *Casaca Azul*, foi lido oito vezes. Só não vamos ter, no caso desse autor, um título com apenas uma única consulta nesses anos de registro da Biblioteca Provincial do Ceará, como teve *A pata da gazella*.

Nesse momento, segunda metade do século XIX, temos, por parte de intelectuais, escritores, um interesse por uma “literatura nacional”. A construção de uma identidade nacional passaria fundamentalmente pelas letras. Assim era a perspectiva desses entusiastas. O que era considerado de mais essencial em termos de cultura nacional deveria ser matéria-prima dessas narrativas. Seus enredos deveriam conter elementos considerados representativos e característicos de um povo. E tais significações marcariam a escrita e a leitura dessa linhagem literária. Sobretudo na leitura se daria a decodificação e as relações das ideias desse projeto de literatura. A literatura como denominador comum para a construção de uma nação, como fator de unificação.

Não seria suficiente que tal literatura fosse apenas escrita, impressa. Eram necessárias circulação, recepção. Os entusiastas desse movimento vislumbravam esse alcance, esse encontro entre livro e leitura. Já compõem uma vasta lista os estudos sobre tais ideias e projetos de uma literatura nacional. Muitos discutem as contendas que marcaram os debates sobre como e com o quê deveria ser feita essa produção literária. Ou seja, quais as matérias-primas dessa ficção. Houve polêmicas sobre o que melhor representaria uma “essência” da nação, aspectos que conotassem o que havia de mais particular, de mais “próprio” do Brasil.

De todos os títulos literários registrados no livro de consulentes, 27 são de autores nacionais e 146 de estrangeiros. Das obras nacionais,

destacou-se em número de consultas os romances de José de Alencar, alcançando 98 registros de leitura.

Tabela 4 - Autores consultados

Autores consultados (1879 a 1887)	Número de consultas
Enrique Perez Escrich	1.137
José de Alencar	98
Julio Verne	91
Alexandre Dumas	64
Victor Hugo	60
Ponson du Terrail	42
Gonçalves Dias	30
Xavier de Montepin	29
Bocage	26
E Capendú	21
Joaquim Manuel de Macedo	18
Camilo Castelo Branco	17
Alexandre Herculano	14
V. F. de Castro	13
Bastos	13
Paulo de Kock	11
Alexandre Dumas Filho	10
Cervantes	10

A história da circulação e das edições de Perez Escrich no Brasil se prolongaria até um pouco depois da metade do século XX. Houve publicações originais do espanhol até 1966, como os volumes de *O Martir do Gólgota*, que foi lido trinta vezes entre 1878 e 1887 na Biblioteca do Ceará. No início do século XX, suas obras aparecem em edições portuguesas, como *O milionário*, lançado em 1914 pela Guimarães e Cia, de Lisboa. Observamos sua presença mais frequente em catálogos brasileiros a partir dos anos 1940, com *Sacrifício de amor*, *O Anjo da Guarda*, *O juramento sagrado*, todos editados pelas Edições e Publicações Brasil. A própria trajetória editorial do romance *O mártir do Golgota* conta essa história. No final do século XIX temos principalmente referências dele no Porto e em Lisboa, ganhando, ao longo das cinco primeiras décadas do XX, edições brasileiras, como a Paulinas, em 1959, ou antes, em 1928, da Companhia Editora Nacional.

Discutir a relação entre a ideia de um tempo do progresso para a Província do Ceará com a instalação de uma biblioteca pública e os usos “desviantes” dos leitores que frequentaram esse espaço institucional. Construir *tensões* entre a criação de espaços institucionais de leitura no Brasil e no

Ceará ao longo do século XIX e a trajetória de produção, circulação e recepção do gênero romance.

CAPÍTULO 3: O GOSTO PELA LEITURA: VESTÍGIOS

*Mariquita
fechou o Escrich e teve
vontade dum espanhol
com seu punhal para
matá-la¹¹¹*

3.1. A autoavaliação do romance

Dizer o mundo. Dizer a vida. Dizer a vida no seu cotidiano mais elementar, na sua experiência banal, como a história da criada Pamela, do romance homônimo do século XVIII do inglês Samuel Richardson. Aqui, o enredo é restrito, concentrado no drama amoroso entre Pamela e Mr. B., na expectativa de um casamento verdadeiramente por amor. Mas mesmo quando se tratava de uma aventura mais aberta, de uma narrativa com ares épicos, como *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, o que ficou conhecido como trama romanesca moderna se movia e se configurava numa sintaxe do particular, de um desenho íntimo das cenas e dos personagens, provocado concentricamente pela ideia do verossímil, de uma escrita ficcional mas bem próxima do que acontecia de fato, funcionando sobretudo sob o signo da composição em detalhes. Sobre aquele romance de Richardson, Ian Watt diz que

o gosto pelo detalhe doméstico provavelmente contribuiu em muito para dar à narrativa uma aparência de realidade cotidiana; as heroínas de ficção viajavam muito, porém antes de Pamela nenhuma viagem parecia tão real, com todas as complicações para reunir um guarda-roupa adequado.¹¹²

E Pamela, a propósito, escrevia cartas, sua história foi conhecida pela sua correspondência epistolar e pela de outros personagens. Uma criada que registrava os infortúnios e as esperanças na sua rotina doméstica, uma jovem simples mas que defendeu sua virtude. No Prólogo a esse romance, Richardson fala diretamente desse aspecto:

¹¹¹ NAVA, Pedro. **Educação Sentimental**. Revista de Antropofagia. São Paulo, Ano 1. n. 9, p.

¹¹² WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 135.

Huma donzella de pobre nascimento, faz presente a seus honrados pais, os perigos a que se vê exposta, pelos assaltos d'hum Amo, que por obrigação de estado, devera ser o seu protector; pintando com verdadeiras cores o character d'hum homem dominado pela mais insupportavel paixão, e abuzando do poder, e das riquezas.¹¹³

Uma criada virtuosa. Como tipologia de personagem, juntar tais substantivo e adjetivo causaria, entre outros, um problema de ordem do lugar dos nomes. Do ponto de vista das narrativas de corte, por exemplo, principalmente as anteriores a esse romance de Richardson, publicado na metade do século XVIII, virtude era uma qualidade das damas da nobreza. Uma serviçal não deveria ter essa caracterização. Não lhe pertencia o atributo desse bem. Da mesma forma que foi estranho uma personagem de tão baixa classe social possuir tanta vida interior e expressá-la diariamente por escrito.

Ao se referir ao interesse da produção de romance epistolar, Ian Watt considera que “a principal vantagem consiste no fato de as cartas serem a prova material mais direta da vida interior de seus autores”.¹¹⁴ Falar do indivíduo moderno, urbano, de sua intimidade, de sua experiência afetiva num circuito social mais complexo e variado definiu, para Watt, os princípios e as condições desse tipo de prosa ficcional, a sua “ascensão”, seus requisitos para uma escrita realista, seu “realismo formal”. Ele entendia que a vida para essa representação acontecia num fluxo temporal mais intenso, “minuto a minuto”, colocando problemas para suas notações ficcionais. Era a questão do melhor formato:

O registro mais próximo dessa consciência na vida comum é a carta particular, e Richardson conhecia bem as vantagens que podia tirar de sua técnica de “escrever para o momento”, como dizia. No prefácio de *Clarissa* ele foi mais explícito sobre essa vantagem: “Todas as cartas são escritas quando o coração dos autores está inteiramente envolvido nos assuntos tratados... de modo que contêm uma abundância não só de situações críticas como ainda do que podemos chamar descrições e reflexões instantâneas”.¹¹⁵

¹¹³ RICHARDSON, Samuel. **Pamella Andrews, ou a virtude recompensada**. Lisboa: Offic. de Joaquim Thomas de Aquino. Anno de 1799.

¹¹⁴ WATT, op. cit., p. 166.

¹¹⁵ Idem, p. 167.

Watt viu esse expediente de Samuel Richardson como mais vantajoso para captar (forjar) a “ação no presente” do que a técnica de memória autobiográfica praticada pelos escritores Daniel Defoe e Pierre de Marivaux. E havia a trucagem do editor que tinha apenas reunido e publicado cartas encontradas num lugar, numa mobília esquecidas. Assim ficaria mais real.

E mais comovente. O *Éloge de Richardson*, escrito por Diderot e publicado no *Journal Étranger* em 1762, pode ser um indicador de tudo isso. Roger Chartier fala que “da emoção provocada por estas leituras de *Clarissa*, nasceu a redação do *Éloge*.”¹¹⁶ O filósofo francês fala nesse texto em louvor ao escritor inglês, montando uma espécie de liturgia para o trato, o envolvimento, para a apropriação correta, digna das obras de Richardson. Chartier assim resume um dos pontos do elogio de Diderot:

Movimentos cada vez mais violentos do corpo e da alma pontuam o incontrolável transtorno que toma conta do leitor: as lágrimas, os soluços, a agitação, os gritos e, finalmente, as imprecações. Mais adiante no *Éloge*, a emoção provocada pela leitura (neste caso, de uma cena de *Pamela*) culmina nos “mais violentos espamos”.¹¹⁷

Para Diderot, a universalidade de Richardson deu aos seus romances realidade, mais que a narrativa histórica. O romancista inglês teria um alcance maior, para além de lugares e épocas, uma validade superior ao falar das coisas do homem. Aliás, esse foi um debate que pautou boa parte da cultura letrada no século XIX, animando as perspectivas de representação escrita da experiência das pessoas, acirrando uma disputa por um monopólio da escritura da verdade, de uma narratividade legítima, precisa, que inventou como polos irreconciliáveis fato e ficção.

No oitocentos, esses embates críticos realizaram-se no enfrentamento entre literatura e história. Ainda a partir de Diderot sobre Richardson, Chartier comenta sobre o leitor que “é invadido por um texto que o habita e, ao identificar-se com os heróis da narrativa, ele decifra sua própria

¹¹⁶ CHARTIER, Roger. **Do palco à página: publicar teatro e ler romance na época moderna** (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 102.

¹¹⁷ Idem, p. 105.

existência por meio da ficção.”¹¹⁸ Era isso que Diderot comprovava na leitura incontornável da obra de Samuel Richardson, e Chartier aproveita essa manifestação encomiástica para matizar algumas questões do que se convencionou chamar de “revolução da leitura do século XVIII”, sobretudo numa separação cronológica de uma prática de leitura “tradicional”, que era “intensiva”, e uma “moderna”, “extensiva”.

Nessa lógica, uma teria sucedido a outra, e essas condições e mudanças estariam associadas necessariamente a um *corpus* maior ou menor de textos disponíveis. Enquanto o leitor “intensivo” tinha uma relação íntima com a obra, de repetição, memorização, sacralização, o “extensivo” passaria por vários textos, de forma rápida, por vezes indiferente, aleatório, deixando-os para o esquecimento. Essa tese coloca tal inflexão para a segunda metade do século XVIII, data das publicações dos romances de Richardson. Mas, para Chartier, a leitura do autor de *Pamela*, *Clarissa*, *Sir. Charles Grandison* “tal como a praticavam Diderot e os admiradores do autor inglês, desmente radicalmente este tipo de oposição”, pois “ele é lido, relido, decorado, citado, recitado”¹¹⁹. A ideia de sucessão entre essas duas modalidades de leitura fica, portanto, colocada em dúvida.

Samuel Richardson não foi uma escolha entre os consulentes da Biblioteca Provincial do Ceará de 1878 a 1887. Mas, já na inauguração desse estabelecimento, em 1867, *Pamela, ou a virtude recompensada* poderia ser lida em português. Com licença da Real Mesa do Desembargo do Paço, esse romance foi publicado em Lisboa em 1799. Se ele pertencia ao acervo da Biblioteca, em nenhum dos dias daquele intervalo de nove anos ele foi registrado como consulta. Ao contrário do seu contemporâneo de século e de pátria, Daniel Defoe teve seu *Robinson Crusoe* solicitado em dois dias. A obra de Defoe é mais antiga que a de Richardson. Os volumes com a narrativa das aventuras de Crusoe foram publicados originalmente em 1719 e 1721, e também já circulavam no trânsito de livros de Portugal no final do século XVIII. A propósito do circuito luso-brasileiro desse romance de Defoe, Luiz Carlos Villalta fala que

¹¹⁸ Idem, p. 108.

¹¹⁹ Idem, p. 108.

Considerando os livros em circulação legal entre 1769 e 1800, figurava em 4º lugar entre as obras de prosa de ficção mais mencionadas nas remessas feitas de Portugal para o Rio de Janeiro, 4º lugar naquelas que se destinavam à Bahia, 5º lugar nas que rumavam para o Maranhão e 7º lugar para o “Brasil” (rótulo sob o qual se ocultam diferentes pontos de destino dentro da América Portuguesa).¹²⁰

Ainda no século XVIII, *Robinson Crusoe*, como objeto, como negócio, participava de uma economia editorial numa escala que se ampliava pela América. A viagem foi seu tema e também seu uso. Um uso que, no caso da sua leitura, seu autor defendia como uma história real, inspirada num naufrágio de um marinheiro escocês. Portanto, lê-la adequadamente seria lê-la como um caso verídico, sem fantasia, sem fábula, sem ficção. Aqui, como dilema constante nos discursos *do* e *sobre* o romance moderno, o problema da sua legitimidade como escrita: se ele seria melhor ou não do que outras formas de contar a vida; se *Robinson Crusoe*, *Pamela* e toda a produção romanesca dos séculos XVIII e XIX poderiam ou não ser aceitos como narrativa autêntica do ponto de vista do que pretendiam representar.

Mas havia o uso do livro como mercadoria, sua circulação comercial. O que significava, para o domínio luso-brasileiro, o crivo da censura Régia. Na segunda metade do século XVIII, o controle do deslocamento de escritos, principalmente impressos, era de autoridade da Real Mesa Censória, que tinha o poder de punir as infrações com multa, confisco, encarceramento e degredo. Márcia Abreu escreveu que

Quando se tratava de controlar os súditos, a coroa portuguesa não media esforços. Temendo a difusão de ideias perigosas, fazia com que seus órgãos de censura controlassem não apenas o envio de livros para as colônias d'além-mar, mas também a movimentação livresca entre cidades portuguesas, autorizando ou não a circulação de livros dentro do país.¹²¹

Publicar, vender, possuir livros legalmente na América Portuguesa e no Brasil durante o governo Imperial dependia da aprovação Real. Com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, instalou-se, na esteira das acomodações jurídicas e administrativas que essa mudança

¹²⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. **Robinson Crusoe, de Daniel Defoe**: da sua circulação no mundo luso-brasileiro ao seu diálogo com o devir histórico, p. 6.

¹²¹ ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 23.

implicou, a Mesa do Desembargo do Paço naquela cidade. Entre outras atribuições, a esse órgão competia “o exame dos escritos submetidos à Impressão Régia.”¹²² Mas em 1821 suas atividades de controle e censura foram limitadas pelo Governo que, por outro lado, não dava tanto espaço à liberdade de imprensa. Sobre essa situação, Abreu nos diz que

enquanto a obra estivesse sendo impressa, o Editor encaminharia aos Censores “dois exemplares das Provas que se tirarem de cada folha na Imprensa, sem suspensão dos ulteriores trabalhos”. Se a leitura revelasse que não havia nada digno de censura no texto, a impressão continuaria; caso contivesse atentados a “Religião, a Moral, e Bons Costumes, contra a Constituição e Pessoa do Soberano, ou contra a publica tranquilidade” ela seria suspensa “ate que se fação necessarias correçoens”.¹²³

Como objeto ou como gênero, o romance se definia, ganhava contornos e sentidos na sua instabilidade. Seu mal podia ser exatamente o seu bem, com uma variação de interesse e ponto de vista. Na primeira metade do século XVIII, Charles Porée disse que “os romances fazem mal às Belas Letras pois eles não poupam nem a História, nem a Geografia, nem a Poesia, nem a Eloquência; todas as espécies de Literatura com as quais eles têm alguma ligação”. As pretensões e consequências de fronteiras do romance geraram impasses para o costume das regras dos gêneros. Valéria Augusti lembra que

No prefácio a Joseph Andrews, Henry Fielding respondia aos beletristas afirmando que tentara criar um gênero semelhante à epopeia, que poderia ser categorizado como “poema épico-cômico em prosa”. Por meio desse estratagema, o romancista tentava tirar do romance a pecha de *parvenu* do universo das letras, filiando-o à tradição clássica.¹²⁴

Tentava limpar sua reputação, sua imagem de bastardo emergente, mas o resultado poderia ser o contrário, reforçando a rejeição, o desprezo, o medo dessa forma literária. Fielding foi um escritor inglês setecentista, contemporâneo de Richardson e Defoe, mas sua reação em defesa do romance não seria muito diferente entre aqueles que ao longo do século XIX empenharam-se em justificar esse tipo de prosa ficcional. Ao estudar as

¹²² Idem, p. 41.

¹²³ Idem, p. 41.

¹²⁴ AUGUSTI, Valéria. **Trajetórias de consagração**: discursos da crítica sobre o romance no Brasil. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 35.

relações críticas institucionais que alocaram o romance numa história da literatura no Brasil, Valéria Augusti mostra o percurso desse gênero entre o início da sua produção brasileira e a sua aceitação pelo sistema de ensino. Sua trajetória e suas relações com a invenção de um conjunto denominado literatura brasileira. Sua parte nessa invenção. As variações da sua cotação como presença e ausência na composição de um suposto “patrimônio literário brasileiro”.

A escrita do romance no Brasil também experimentou constrangimentos e controvérsias que atravessaram a história desse gênero. A professora Sandra Vasconcelos, ao tratar de uma “formação do romance brasileiro” dentro das “vertentes inglesas”, fala do movimento dessa ficção durante o século XIX, da sua presença “nos catálogos das bibliotecas e gabinetes”. De ficção inglesa, apenas dois autores foram consultados na Biblioteca Provincial do Ceará entre 1878 e 1887: Charles Dickens, com cinco consultas, e Daniel Defoe, duas.

Sandra discute principalmente a influência da literatura da Inglaterra nos autores que produziram ficção em língua portuguesa no Brasil. Com uma produção mais intensa em quantidade e uma indústria editorial mais precisa comercialmente, as narrativas romanescas inglesas e francesas, sobretudo, foram modelos frequentes para o que se elaborava como prosa ficcional no Brasil do século XIX, na escrita especializada e na leitura mais geral. Dos dez autores mais consultados na Biblioteca do Ceará naquele intervalo de anos, seis foram franceses (quais?).

Da mesma forma que para alguns estava muito claro o que era o romance e a que visava, para outros esses aspectos estavam nebulosos ou totalmente escuros. E apesar ou por causa dessas gradações atribuídas aos seus enredos, a narrativa romanescas teria a sua celebração ou danação. O empenho em *fazer sentir a vida* dos personagens e suas ações seria tanto sua defesa quanto seu ataque. Com o interesse de dizer melhor do que se tratava a nova ficção, Clara Reeve escreveu no final do século XVIII que

O romance romanescos é uma fábula heroica que trata de pessoas e coisas fabulosas. O romance moderno é uma pintura dos costumes e da vida real do tempo em que foi escrito. O romance romanescos descreve, em linguagem

sublime e elevada, aquilo que nunca aconteceu nem poderia ter acontecido. O romance moderno faz uma narração familiar das coisas que acontecem todos os dias diante de nossos olhos, da forma como poderiam acontecer a um amigo nosso ou conosco mesmo; e sua perfeição está em representar cada cena de uma maneira tão fácil e natural, fazendo com que ela pareça tão provável, a ponto de nos enganar e persuadir (ao menos enquanto estamos lendo) de que tudo é real, até que sejamos afetados pelas alegrias e tristezas das pessoas da história, como se elas fossem nossas próprias.¹²⁵

Essa diferenciação de um romance moderno, que se insinuava com o pretexto de representar o familiar, o particular, em relação às narrativas romanescas, “fabulosas” foi marcada por inflexões de composição formal que estabeleceram novas modalidades e princípios para a narração de uma história. Mas sua possibilidade surge no bojo de outros deslocamentos conceituais. Por exemplo, a reconfiguração da ideia de signo na modernidade. Aqui, as coisas se partem das suas palavras. Para Michel Foucault, *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, encarnou essa passagem. O aparecimento da linguagem na sua semelhança apenas consigo mesma. Na frase de Foucault, “Dom Quixote desenha o negativo do mundo do Renascimento”¹²⁶. Mais: “a verdade de Dom Quixote não está na relação das palavras com o mundo, mas nessa tênue e constante relação que as marcas verbais tecem de si para si mesmas.”¹²⁷No movimento dos séculos XVI e XVII, o pensamento deixa de se definir na relação de semelhança. O dado é a separação. O conhecimento se faz no contraponto entre identidade e diferença, como representação. Existiria, portanto, o mundo e a representação do mundo.

João Adolfo Hansen escreveu que “nas representações coloniais luso-brasileiras do século XVII, veem-se coisas na luz e também se vê a luz; leem-se palavras, significantes, mas também a substância das letras e a substância dos sons”¹²⁸. Foi essa equivalência que se rompeu, fundando uma língua das coisas na medida da sua suspeita. Logo, as palavras seriam uma espécie de escuta do mundo, uma dimensão sob a qual estaria sempre “um

¹²⁵ REEVE, Clara. **The Progress of Romance**. Colchester: W. Keymer, 1785.

¹²⁶ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 62.

¹²⁷ Idem, p. 63.

¹²⁸ HANSEN, João Adolfo. **Barroco, neobarroco e outras ruínas**. In: Destiempos.com México Marzo-Abril 2008, número 14, p. 204.

discurso que seria mais essencial.”¹²⁹ A escrita do romance, como outros grafismos modernos, foi herdeira dessa quebra.

E sem Retórica, sem Poética, sem a normatividade lógica que enquadrava a elaboração dos discursos para cumprir sua função e alcançar seus efeitos de acordo com a ordem e a hierarquia dos textos, o romance torna-se problemático na cultura letrada do século XIX. Aqui, se não há mais normas para seguir, se essa não é mais a questão, o contraponto modelar vai ser definido no valor da representatividade da narração. Mas dizer as coisas como na realidade, como elas eram ou foram fazia parte da cobiça monopolizadora da História. Suas bases disciplinares existiam na medida desse alcance. Com o romance moderno se constituindo na perda dos parâmetros clássicos de escrita, esse “alcance” entra em disputa. O comentário de Stephen Bann é sintético quanto a isso:

Não é relevante mencionar que o estágio no qual os estudos literários deixaram de ser “dominados pela retórica” foi também o estágio no qual a história adotou o programa de mostrar o passado “como realmente aconteceu” (o *wie es eigentlich gewesen* de Ranke)? Em outras palavras, a história adotou seu paradigma “científico” e aparelhou-se com as novas ferramentas da análise crítica no próprio estágio em que a retórica deixou de ter um domínio soberano sobre os vários modos de composição literária. Um sinal deste processo foi a tendência da própria literatura em adotar o paradigma histórico, como no “romance histórico” ou no romance “realista”, ou “naturalista”. Produtos indisfarçadamente literários faziam-se passar como se tivessem aquela transparência do real que o historiador havia afirmado programadamente.¹³⁰

Os dois gêneros estiveram envolvidos em dilemas poéticos de representação. Dilemas que se complicavam quando se discutia os mecanismos da estruturação da narrativa. A tecnicidade dessa ficção moderna, suas escolhas funcionais, os critérios para sua expressão tocavam nos eixos epistemológicos da ciência histórica no século XIX. A concepção linear, progressiva, evolutiva de tempo tão estratégica para esse saber histórico era montada na prática romanesca com a opção pela prosa. Ao contrário do verso,

¹²⁹ FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum**. São Paulo: Princípio Editora, 1997, p. 15.

¹³⁰ BANN, Stephen. *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 55.

que tem andamento simétrico, “vai e volta”, a prosa se desdobra irreversivelmente, pelo menos na experiência oitocentista. Para definir com Franco Moretti, ela possui um “caráter consecutivo”. Fórmula eficaz, portanto, para fazer da sucessão um curso de causa e consequência. Com isso, faz-se a preocupação com uma economia temporal para efeito do que acontece. Tudo isso tocava nos brios e nos princípios de uma historiografia que queria garantir-se teoricamente.

Mas o romance não deixou essa disputa com a história, e vice-versa. Contando a partir das estreias de Samuel Richardson e Daniel Defoe com suas ficções, Marthe Robert diz que “um século mais tarde Balzac poderá, sem medo do ridículo, dizer-se ‘o secretário da história’ e colocar *A comédia humana* como o contrapeso, nem mais nem menos, da epopeia de Napoleão.”¹³¹ Talvez nenhuma outra modalidade de escrita tenha incomodado, desajustado, confundido, permitido tanto a cultura das letras nos séculos XVIII e XIX quanto o romance moderno.

Em 1857, na França, a obra que traçou com realismo as paixões adúlteras de Emma Bovary sofria um processo judicial por atentar contra a moral e os bons costumes religiosos, nas palavras da acusação. Coube ao advogado Ernest Pinard fazer a sustentação oral para processar esse romance¹³², e para tal, não abriu mão de mostrar como no estilo do autor estava um dos maiores pecados dessa escrita. Não adiantava para Pinard o desfecho trágico de Emma, isso não o convencia como punição dos seus crimes, seu fim não redimiria o romance. A danação dessa obra estava principalmente nos seus *meios*, em como funcionava sua escrita, nessa estilística acessível que, ao mesmo tempo, fazia o sucesso e a maldição da prosa romanesca. Era grave essa facilidade da sua leitura que o romance permitia, esse contato tão direto e livre com coisas que poderiam confundir a imaginação. Uma gravidade maior, aliás, por causa de outra confusão, a da “distribuição dos lugares”¹³³. A disponibilidade de qualquer tema (uma

¹³¹ ROBERT, Marthe. **Romance das origens, origens do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p. 12.

¹³² **Sustentação oral no processo contra Madame Bovary**. In: MORETTI, Franco (org.). **A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 211.

¹³³ RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 17.

indiferença de conteúdo) para qualquer leitor. O romance moderno, como argumenta Jacques Rancière também a propósito de *Madame Bovary*, faz da “comunidade de leitores” uma “comunidade sem legitimidade”, desenhada “pela circulação aleatória da letra”¹³⁴. A palavra, a ficção circulavam sem hierarquias, sem pressupor, sem corresponder posições definidas dos corpos. “Emma Bovary e a Associação Internacional dos Trabalhadores”¹³⁵ assustavam, ao mesmo tempo, as elites oitocentistas.

O doutor Chernoviz, no seu dicionário médico, não deixou de alertar *cientificamente* contra as leituras de romances. Interessante, do ponto de vista de uma história do romance, é perceber as relações de referências em que o alerta se deu. Tínhamos então um dicionário com o objetivo de “popularizar” a medicina científica, uma tradição de discursos sobre o perigo dessas leituras para a saúde física e moral e sua associação com os desvarios da paixão. Na sua glosa, os efeitos desse tipo de leitura são relatados no verbete “Amor”, sendo claro a respeito das consequências: “pabulo ao fogo que se receia”¹³⁶. As suscetibilidades do *espírito* às tramas romanescas eram vistas como perigos para o gosto, os princípios e a saúde. “Rosseau nos falla de uma menina que estava a ponto de ser victima de sua paixão por Telêmaco”. Nesses termos, o Dr. Chernoviz fala-nos dos perigos das leituras de romances.

Se isoladamente a mulher, a escrita romanescas, a leitura de romances, o amor romântico já traziam cada um para o século XIX muitos perigos, juntos formavam uma ameaça que fez de inúmeros discursos uma inquietação na procura da norma mais precisa para se evitar o que foi comum chamar de “pior”. Muita coisa, aliás, poderia ser o pior, ou o resultado de todas ou algumas daquelas combinações. Amar e ler romances não se encerravam como práticas da intimidade, se entendermos o íntimo, a intimidade como o que se separava totalmente do exterior, do público, do coletivo, como o que se resguardava numa integridade absoluta e diferente do que não era privado. Muito pelo contrário. A privacidade se configurava nos termos do que seria seu

¹³⁴ Idem, p. 19.

¹³⁵ RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012, p. 47.

¹³⁶ **Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios por Pedro Luiz Napoleão Chernoviz**. Volume 1, p. 143.

suposto contrário. Ela teria de cumprir seu papel no que se recortou ao longo do século XIX como social. Aliás, essa economia das relações entre público e privado estabeleceu o social como esse “domínio híbrido”, um “regime de flutuação”¹³⁷, uma combinação por excelência moderna. Sua política tem o sentido de se fazer na formação de condutas, de corpos, na disciplina, na norma, na formatação de vontades, na redução de tudo que possa ser pretexto para o que se denominará de desvio. Um dos eixos desse “hibridismo” foi o alinhamento entre medicina, Estado e religião.

Quando se criava uma oportunidade para a condenação de uma obra romanesca no século XIX, muitas vezes esse trabalho era feito nas instâncias do saber médico, da moral cristã e de uma ética cívica. O perigo se intensificava no que podia ser ao mesmo tempo patológico, pecaminoso e incivil. Quanto ao que poderíamos chamar de questões estéticas literárias, muito embora já fossem ditas numa ideia de autonomia de um trabalho com a linguagem, não deixavam de se confundir no vago problema do gosto que se colocava também como um risco à saúde e à dignidade. Essa foi, portanto, a encruzilhada na qual se formou a crítica ao romance moderno. Tanto na condenação quanto no elogio, o vocabulário para definir o “valor” desse tipo de ficção trazia esse espectro de saberes, “engatados” por uma lógica alargada de higiene, que falava em nome do social, da saúde e da moralidade.

Ter um “quarto todo seu” não se realizava como um encontro com a liberdade individual. Essa ambientação arquitetônica burguesa cumpriria um papel de localizar e delimitar mais claramente o espaço da intimidade, inventando-o dentro das margens de um controle que se fazia eficaz na produção de uma ilusão de um afastamento bem particular. A precisão desse controle estava na garantia aparente de que ele era um “fora”, uma exterioridade que obedeceria aos seus limites supostamente naturais do que não poderia ser “dentro”. Outro exemplo do deslizamento dessas demarcações foi o lazer. Ele fazia parte de uma economia social, de uma aprendizagem, de um dever, de um “dentro”. Nunca uma interrupção, uma quebra. É o próprio hibridismo do social que se realiza nesse jogo de produzir contrários, mas que

¹³⁷ DELEUZE, Gilles. **A ascensão do social**. In: DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 5.

sustenta nessa divisão um exercício capilar e pontual das relações de controle e domínio.

Um dos espaços por excelência das condições entrecruzadas que a *hibridez* dessa “ascensão do social” produziu foi a conjugalidade. O casamento e sua família celular como a síntese ideal, dimensão elementar dessa formação de pares: o público e o privado, a medicina e o Estado, a moral e a ética, o dever e a intimidade. Aqui, o matrimônio seria uma orquestração fundamental para essa lógica de relações, e o casal higiênico funcionaria como depositário por excelência da integridade cívica e afetiva de uma sociedade. A correção da vida familiar implicaria, portanto, num arrazoado de termos para o correto convívio coletivo. E isso significava, sobretudo, saber e cumprir com retidão os papéis de marido, de esposa e de filho, cuidando cada um “higienicamente” desse seu lugar na moderação do lar e da nação. Para que pudessem existir tais modelos de condutas legítimas e adequadas, a vergonha, o erro, o desvio, o distúrbio tinham de surgir como quadros e manuais. As paridades para essa configuração definiam-se agora num jogo de contrários. A adúltera, por exemplo, era a queda, a quebra da esposa modelar. Porque a mulher que cometia o adultério era dona de um “coração indisciplinado” cujos caprichos que ansiava por ver realizados estavam “...ligados à gratificação imediata de desejos despertados por uma figura atraente ou presença magnética, a uma ânsia irrealista e insaciável por posição ou por riqueza – pelo sucesso social”¹³⁸

Era necessário evitar o exagero, ou melhor, tudo que passou a ser dito e identificado como exagero. O século XIX foi obsessivo com o que era pra ele a razão da justa medida. A literatura romanesca, nesse século que é também o da sua existência mais alargada, da sua presença cada vez mais fácil, não raro foi considerada o contraponto desse ideal, como um produto desarrazoado, resultado de desapuros com forma, costumes, valores. E disso o próprio romance se “acusava”. Com alguma frequência e como artifício para a aceitação do gênero, a metalinguagem dessa prosa ficcional colocava em cena o desdobramento dos males desse tipo de leitura. Para tal, houve equações típicas, como a relação entre mulheres, enredos românticos, desvario,

¹³⁸ GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: A paixão terna.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 133.

adultério, destruição do casamento, da família, morte, tudo que colocava a perder o que era entendido como funcionamento normal das coisas, suas razoabilidades.

Como o que quebrava os “freios” da imaginação, a escrita do romance teve como critério privilegiado de sua avaliação a condição de mais ou menos culpada. Os próprios romancistas, aliás, alertavam para o que faziam, como personagens que por causa das suas leituras de romance perdiam-se dos seus compromissos com a virtude. Muitos autores, inclusive, defendiam-se das acusações contra o que eles haviam escrito mostrando que eles mesmos se encarregavam de alertar contra o mal, o perigo que a leitura de romances poderia trazer. Emma Bovary, Luisa, Madalena, protagonista de *A mulher adúltera*, e muitas outras tiveram esse tipo de prosa no meio de suas perdições. Elas liam e se liam. Emma com suas prosas românticas; Luisa, de *O Primo Basílio*, com seu *A dama das Camélias*; Maria do Carmo, de *A normalista*, lendo *O Primo Basílio*. Um círculo vicioso que no seu movimento ameaçava e atraía pelo mesmo motivo: uma fantasia tão próxima da vida.

“Cenas do Ceará” é uma espécie de subtítulo do romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha. Pensá-lo do ponto de vista da palavra “cena” é alinhá-lo às convenções do que foi forjado como composição realista ficcional. A ideia era construir imagens, ações e diálogos que cumprissem precisamente os princípios de uma verossimilhança. A ficção tinha de se desdobrar diante do leitor com o mesmo convencimento dos dados empíricos do cotidiano mais banal. Olhar para uma descrição romanesca não poderia ficar tão distante de olhar para o que acontecia concretamente na vida das pessoas. Ambos os efeitos sensoriais deveriam ter muito em comum. Mais: o corpo tinha de sentir a leitura de um romance como ele sentia a realidade de qualquer fato.

Caminha fez seu romance nessa cultura de escrita, nesse universo e suas especificidades para pensar e compor uma narrativa de ficção. Essa preocupação é latente nas suas linhas, fazendo dela mais um motivo do seu enredo, como não foi incomum entre a prosa ficcional que se queria naturalista, pretendendo ser o menos diferente possível do que realmente acontecia. A descrição tornou-se a fórmula por excelência dessa estratégia narrativa. Para Roland Barthes, esse funcionamento escrito que produz “todos

os pormenores ‘supérfluos’” de uma narração comanda o que ele denominou de “efeito de real”. O barômetro nomeado em Flaubert é seu paradigma. Mais precisamente “quando Flaubert, descrevendo a sala onde se encontra a senhora Aubain, patroa de Felicité, diz-nos que ‘um velho piano suportava, sob um barômetro, um monte piramidal de caixas’”. Barthes observa que,

se na descrição de Flaubert é, a rigor, possível ver na notação do piano um índice do padrão burguês da sua proprietária e, na das caixas, um sinal de desordem e como que de desarmonia próprias a conotar a atmosfera da casa Aubain, nenhuma finalidade parece justificar a referência ao barômetro, objeto que não é nem descabido nem significativo e não participa, portanto, à primeira vista, da ordem do notável.¹³⁹

Aparentemente aleatória, “insignificante”, a descrição funcionaria como suposta “sobra” do que realmente interessa na narração. Por outro lado, Barthes a coloca numa condição superior da linguagem, articulando seu uso na cultura ocidental, que passa pelo seu funcionamento retórico, discursivo, sem ser referencial, até fazer parte dos imperativos do registro realista, “como se a exatidão do referente, superior ou indiferente a qualquer outra função, ordenasse e justificasse sozinha, aparentemente, descrevê-lo, ou – no caso das descrições reduzidas a uma palavra – denotá-lo.”¹⁴⁰

Na escrita romanesca do século XIX, a descrição, sobretudo nas suas manifestações mais específicas e detalhadas, compõe a cena como fiadora do real, do “efeito de real”, nos termos de Barthes, que vê que essa

própria carência do significado em proveito só do referente torna-se o significante mesmo do realismo: produz-se um efeito de real, fundamento dessa verossimilhança inconfessa que forma a estética de todas as obras correntes da modernidade.¹⁴¹

Mas o que Roland Barthes viu como inflação da economia narrativa, como “excesso”, o que sobra como falta de significado, Jacques Rancière inverte-o como “efeito de igualdade”. A propósito do mesmo barômetro do conto de Flaubert, Rancière diz que ele

¹³⁹ BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012, p. 182.

¹⁴⁰ Idem, p. 186.

¹⁴¹ Idem, p. 190.

não está lá para comprovar que o real é o real. A questão não é o real, é a vida, é o momento quando a 'vida nua' – a vida normalmente devotada a olhar, dia após dia, se o tempo será bom ou ruim – assume a temporalidade de uma cadeia de eventos sensorialmente apreciáveis que merecem ser relatados.¹⁴²

Na sua crítica à análise de Barthes, Rancière retoma algumas referências do debate que opunha uma “lógica clássica da representação” ao romance realista. De um lado, a “totalidade orgânica” da obra, a qual se estruturava como a soma funcional de cada parte, um equilíbrio adequado do seu desdobramento; do outro, no chamado romance realista, a insubordinação, a independência, uma espécie de descaso de várias partes em relação ao suposto todo. Tal rompimento com o modelo clássico de representação, que definia devidamente a correspondência entre hierarquias de posições e de gêneros, trouxe no seu bojo um caráter político amplo. Aliás, esse caráter político não era estranho às questões de Poética, antiga ou moderna. Ao contrário. E é esse aspecto que Rancière considera que escapa da abordagem de Roland Barthes:

Quando Barthes relaciona essa lógica à velha oposição aristotélica entre poesia e história, ele se esquece de que tal distinção poética formal também era uma distinção política. A poesia era definida como uma concatenação de ações em oposição à mera sucessão histórica de fatos. Mas ‘ação’ não é o mero fato de fazer algo. A ação é uma esfera de existência.¹⁴³

No limite, Rancière vê Barthes, seu tipo de análise estrutural, no horizonte dessa “lógica representativa”, sobretudo por causa da sua (na perspectiva de Rancière) desconsideração a respeito dos problemas políticos que implicam da composição ficcional. A insistência do detalhe (o que ficou sem qualquer papel consistente no enredo) de Barthes é categorizada por Rancière como uma política democrática da escrita ficcional. As cenas que supostamente sobram são cenas que realizam a democracia na literatura. O detalhamento descritivo tornou-se a alma do negócio na produção das tramas do romance moderno. Isso, inclusive, como foco dos comentários e posições

¹⁴² RANCIÈRE, Jacques. **O efeito de realidade e a política da ficção**. In: Novos Estudos CEBRAP, 2010, p. 79.

¹⁴³ Idem, p. 79.

que o viam como um mal, ao mesmo tempo um erro moral e estético. Tantos detalhes podiam ser a grandeza e a miséria dessa ficção, a depender sempre de quem seria o ponto de vista. Ela própria, aliás, pensava a si mesma na via desses detalhes. Nas particularidades das ações, dos personagens, as minúcias em cena calhavam também como pretexto para discutir sua própria produção e seu consumo. E a encenação ficcional da leitura de romances tornou-se uma plataforma privilegiada tanto da representação do seu “veneno” quanto do seu “antídoto”.

Mais do que isso. O romance do século XIX especulava no seu enredo o circuito da cultura da escrita impressa do mesmo período, da qual ele foi um produto privilegiado. Quando aparecia relacionado com o outro carro-chefe dessa cultura, o jornal periódico, sua referência reproduzia a fórmula que se tornou estratégica para a popularização de um e de outro. A ficção no jornal, o seu folhetim, que fazia dos leitores interlocutores mais próximos, muitas vezes com suas participações diretas, configurando uma espécie de cruzamento entre o público e o privado no âmbito das letras. Retomando Adolfo Caminha, seu narrador do *A Normalista* faz do jornal um indício para o ciúme, para a sedução: “Tinha ideia de ter lido na ‘Província’ uns versos dedicados a M.C. e assinados por Z***.”¹⁴⁴ Já incomodado “com as frequentes visitas do Zuza”, João da Mata via nele um potencial sedutor da afilhada Maria do Carmo. Tal incômodo seria muito adequado para completar sem dúvidas as iniciais da publicação no jornal. Zuza mostrava-se esse tipo que “fazia versos, assinava a ‘Gazeta Jurídica’, frequentava o palácio do presidente...”¹⁴⁵

Maria do Carmo, a normalista, chegou à casa do seu padrinho João da Mata como retirante da seca. Menina formosa, não seria estranho que logo despertasse desejos. Menina ingênua, o que talvez reforçasse a cobiça, não demoraria a experimentar a malícia dos outros e a dela. Essa mudança pode ser vista pela troca de leituras que acompanhavam as novas formas do seu corpo. De uma menina “magrinha” para uma “moça incomparavelmente mais bonita e fornida de carnes”; de leitora de textos religiosos para consumidora de romances de sensação:

¹⁴⁴ CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 19.

¹⁴⁵ Idem, p. 23.

Quando ia passar o domingo em casa, uma vez no mês, metia-se para os fundos do quintal ou pelas camarinhas, muito calada, muito sonsa, a ler a “Imitação”; não chegava à janela, não aparecia às visitas, douda por voltar ao colégio.¹⁴⁶

Sua educação foi durante um bom tempo a da *Doutrina Cristã*. A propósito, sua formação se deu entre esse tipo de literatura, cartilhas de primeiras letras e linhas para costurar. Ainda não tinha descoberto as histórias romanescas, que contavam, como em breve saberia, vidas de moças parecidas com a dela. Mas até sua mocidade seu livro era o que podia servir adequadamente para a orientação da prática da sua fé, ao contrário das escolhas na Biblioteca Provincial do Ceará entre os anos de 1878 e 1887. Aqui, em nenhum dia de consultas registradas nesse intervalo apareceu qualquer opção de literatura religiosa, não obstante a sua seção de “Theologia, historia da Igreja, obras de devoção” apresentar, em 1868, 82 volumes, e, em 1887, quando a classificação no acervo desse tipo de escrito apareceu como “Religião”, possuir 277 volumes. Sempre abaixo da quantidade de literatura ficcional, mas existente, igualmente disponível aos leitores.

Maria do Carmo iria descobrir quanta diferença entre aquela obra do século XV que doutrinava para a emulação de Jesus Cristo e as vibrações provocadas pela prosa romanescas, muitas vezes rápidas de ler mas difíceis de esquecer. Dada a emoção desses romances, depressa mesmo só a leitura, porque os enredos ficavam a se demorar, a se repetir na lembrança do leitor. Maria do Carmo provou exatamente isso:

Depois que saíra da Imaculada Conceição a vida não lhe era de todo má. Ora estava no piano, ensaiando trechos de música em voga, ora saía a passear com a Lídia Campelo, de quem era muito amiga, amiga de escola, ora lia romances... Ultimamente a Lídia dera-lhe a ler O primo Basílio, recomendando muito cuidado “que era um livro obscuro”: lesse escondido e havia de gostar muito. “Imagina um sujeito bilontra, uma espécie de José Pereira, sabe? O José Pereira da Província, sempre muito bem vestido, pastinhas, monóculo...”¹⁴⁷

A leitura dessa história de Eça de Queiroz marcou o imaginário e os interesses de Maria do Carmo. Antes, ansiosa, ainda entre as confidências com

¹⁴⁶ Idem, p. 22.

¹⁴⁷ Idem, p. 31.

a amiga Lídia, quis saber onde ela descobriu “esta maravilha”, já muito animada com as impressões dela e sem querer que lhe contasse mais sobre tal obra. Estava “disposta a devorá-la.” Disposição diferente da dos frequentadores da Biblioteca Provincial do Ceará. O romance *O primo Basílio*, publicado originalmente em 1878, não foi lido nessa biblioteca. Aliás, nenhuma obra do seu autor, Eça de Queiroz, foi mencionada no registro de consultas. Mas isso não tornou esse espaço carente de histórias de adultério. A quarta obra mais consultada nos nove anos registrados na Biblioteca foi *A mulher adúltera*, do espanhol Perez Escrich. Maria do Carmo não leu nada do Escrich, mas talvez tivesse gostado, vibrado, lido “de fio a pavio, página por página, linha por linha, palavra por palavra” a história do infortúnio de Madalena, a “mulher adúltera” escrita por Perez Escrich que, antes do desdobramento de sua tragédia, se regalou nos prazeres do que desejou e teve, assim como Luísa e Basílio durante o que não tardaria a acabar.

Mas Maria do Carmo tinha de ler escondido. Soma típica na história do romance moderno, pelo menos nos estereótipos em torno dele: uma jovem mulher com uma narrativa ficcional de aventuras amorosas que só podia apreciá-la com segurança se mantivesse tudo em sigilo. Já na Biblioteca Provincial do Ceará, as leituras, embora individuais, eram públicas. E na sua quase totalidade, feita por homens. Em comum nos dois casos, apenas a prosa romanesca. Maria tinha de ser cuidadosa:

Uma noite o padrinho quase a surpreende no quarto, deitada, com o romance aberto, à luz de uma vela. Porque ela só lia *O primo Basílio* à noite, no seu misterioso quatinho do meio da casa pegado à sala de jantar. Que regalo todas aquelas cenas da vida burguesa! Toda aquela complicada história do Paraíso!... A primeira entrevista de Basílio com Luísa causou-lhe uma sensação estranha, uma extraordinária superexcitação nervosa; sentiu um como formigueiro nas pernas, titilações em certas partes do corpo, prurido no bico dos seios púberes; o coração batia-lhe apressado, uma nuvem atravessou-lhe os olhos... Terminou a leitura cansada, como se tivesse acabado de um gozo infinito... E veio-lhe à mente o Zuza: se pudesse ter uma entrevista com o Zuza e fazer de Luísa...¹⁴⁸

Eram esses efeitos que os detratores do romance temiam. “Formigueiro nas pernas, titilações em certas partes do corpo, prurido no bico

¹⁴⁸ Idem, p. 32.

dos seios púberes” não indicavam, para esses críticos, boas consequências. O que poderia vir a partir dessas sensações ameaçava diretamente a moral, a família, a conduta modelar para uma sociedade decente. Diante dessas histórias, muita coisa era considerada em risco. E não adiantava regenerar a história com um desenlace exemplar, moralizado, decente. As cenas acusadas de desvio do bom gosto, dos bons costumes pelas quais se desenrolou a história já faziam um mal suficiente. Como uma boa sonsa, Maria do Carmo tinha mesmo de preservar sua leitura da curiosidade alheia, sobretudo de seu padrinho.

Ela tinha de ser sutil, disfarçando bem seus interesses. Bem mais sutil, aliás, do que Adolfo Caminha forjando num discurso indireto livre um rebaixamento de José de Alencar, ou, se quisermos falar em termos de convenções de gênero narrativo, uma limitação do romantismo diante do realismo:

Até aquela data só lera romances de José de Alencar, por uma espécie de bairrismo mal entendido, e a Consciência de Heitor Malot publicada em folhetins na Província. A leitura do Primo Basílio despertou-lhe um interesse extraordinário. “Aquilo é que é um romance. A gente parece que está vendo as cousas, que está sentindo...”¹⁴⁹

Mas essa “espécie de bairrismo” não acometeu quem fazia suas escolhas na Biblioteca Provincial do Ceará. Embora o segundo autor no número de consultas nessa instituição, noventa e oito no total, José de Alencar ficou muito atrás da preferência de 1.137 escolhas da obra de Enrique Perez Escrich. Se Maria ficou presa num bairrismo até descobrir “O primo Basílio” e então experimentar um “interesse extraordinário” por uma ficção, os leitores da Biblioteca não tiveram constrangimento em preferir um autor estrangeiro. Apesar dessa procura, que em muitos dias entre 1878 e 1887 foi absoluta pelas histórias do espanhol Escrich, Alencar esteve presente com *As minas de Prata*, *Luciola*, *O Sertanejo*, *Guarany*, *A viuvinha*, *Ubirajara*, *Iracema*, *A pata da gazella*, *O tronco do Ipê* e *Sonhos de ouro*. E se não foi com Alencar que os leitores da Biblioteca preferiram os enredos românticos, foi com Perez Escrich e seus dramas do coração compostos nas fórmulas de uma estética romântica

¹⁴⁹ Idem, p. 32.

da criação literária. A frase de Maria do Carmo, “a gente parece que está vendo as cousas”, encena como metáfora o ideal de uma escrita realista. Essa, a propósito, foi uma questão cara para Adolfo Caminha. Contemporânea à publicação do *A Normalista*, sua produção crítica no jornal carioca Gazeta de Notícias trouxe em alguns momentos sua posição mais clara a respeito do que considerava um estilo mais franco, verdadeiro que um romancista poderia praticar.

Essa produção para o Gazeta de Notícias foi feita numa série que recebeu o título de Cartas Litterarias, publicada entre novembro de 1893 e julho de 1894. Logo na primeira crônica, Caminha vai a esse ponto de uma estética mais legítima para o final do século XIX. Como um *leitmotiv*, essa reflexão amarrou o seu ensaísmo nas páginas do jornal. Adolfo Caminha escrevia e escrevia de novo sobre o compromisso do literato com sua atividade, sua autonomia artística, os princípios do seu ofício. No texto sobre as tendências naturalistas e simbolistas na literatura do seu tempo, Caminha, seguro na sua ironia, foi direto ao tema:

Já então corria como cousa decidida a queda estrondosa do Naturalismo – queda fatal e necessária! Apostropharam os inimigos de Zola – Que estava morto o naturalismo, diziam; que Zola não tinha mais cotação no mercado litterario – Zola, o pedante romancista que inventou a sciencia physiologica dos Rougon Macquart – e, finalmente, que o Simbolismo representava as tendências mysticas desta pobre e velha humanidade fin de siècle para uma nova ordem de cousas nebulosas, ainda não definidas, esboçadas apenas no riso medroso da imberbe geração portugueza.¹⁵⁰

Adolfo Caminha assumiu e defendeu o formato naturalista da prosa romanesca. O que significava uma defesa própria, mais especificamente do seu romance “A Normalista”, que foi rejeitado como indecente, libidinoso, como outros que nomearam e descreveram demasiadamente para os juízos literários e morais do século XIX. Era aquele problema de fazer ver as coisas como se elas de fato tivessem acontecendo, convincentes das sensações, provocando-as. Mas, para Caminha, se não fosse assim, não seria honesto. Na segunda Carta na Gazeta de Notícias, em 18 de janeiro de 1894, ele definia o estilo

¹⁵⁰ “Cartas Litterarias”. In: **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1893.

simbolista como indisciplina artística, descompromissado com a ciência e a verdade, degenerando o que o interessava mais: ser verdadeiro com sua arte.

Compromisso com a ciência, aliás, tinha o escritor francês Júlio Verne para o professor de Geografia de Maria do Carmo na Escola Normal. Berredo citava Verne nas suas explicações etnográficas da Nova Zelândia. Dizia às alunas que “lessem Júlio Verne nas horas de ócio; era sempre melhor do que perder tempo com leituras sem proveito, muitas vezes impróprias de uma moça de família...”¹⁵¹ Para reforçar a indicação desse autor, Berredo contrapunha-o a uma literatura romântica que via como desperdício intelectual:

- Eu estou certo – dizia o Berredo, convicto – de que as senhoras não leem livros obscenos, mas refiro-me a esses romances sentimentais que as moças geralmente gostam de ler, umas historiazinhas fúteis de amores galantes, que não significam absolutamente coisa alguma e só servem de transtornar o espírito às incautas... Aposto em como quase todas as senhoras conhecem a Dama das Camélias, a Lucíola...¹⁵²

A maioria, de fato, conhecia os romances desdenhados por Berredo. Na Biblioteca Provincial do Ceará também. *Lucíola*, de José de Alencar, teve treze consultas, enquanto *A Dama das Camélias*, dez. A propósito, se os enlaces amorosos de Luísa em *O primo Basílio* despertaram em Maria do Carmo vontades e inspirações, foi a protagonista daquele romance de Alexandre Dumas Filho que fez a mesma Luísa, com suas pálpebras tremendo, derramar duas lágrimas ao fim do romance. Para Berredo, tudo sentimental demais. Ao contrário, para o professor, dos “romances úteis” de Júlio Verne que traziam “alta soma de ensinamentos valiosos, de conhecimentos práticos...”. No seu entusiasmo por Verne, Berredo disse para elas comprarem *Viagem ao centro da Terra*, *Os filhos do capitão Grant*.

Júlio Verne foi o terceiro autor mais consultado na Biblioteca Provincial do Ceará, com noventa e um registros. Além do *Viagem ao centro da Terra*, Verne também foi lido na Biblioteca nas histórias de *Uma cidade flutuante*, *Da terra à lua*, *A volta ao mundo em oitenta dias*, *A ilha misteriosa* e *Cinco semanas em um balão*. Para o professor Berredo (e talvez para Adolfo

¹⁵¹ CAMINHA, Adolfo, op. cit., p. 65-66.

¹⁵² Idem, p. 66.

Caminha), as narrativas de Júlio Verne estavam bem acima dos “folhetins alambicados” que ocupavam as páginas do jornal *Província*, do qual era redator José Pereira, que o narrador de *A Normalista* comentava como alvo da fofoca de que tinha sido flagrado num “adultério com a mulher do juiz municipal no Passeio Público.”¹⁵³ O mesmo que tinha sido lembrado pela amiga de Maria do Carmo quando fazia paralelos com o romance de Eça de Queiroz, recomendando muito cuidado com o livro. José Pereira metia-se a prosador, entusiasta das letras, nas quais concentrava seu maior interesse:

A literatura é que o absorvia. Um livro novo era para ele a melhor novidade; caísse embora o ministério, rebentasse uma revolução, ele conservava-se a ler, virando páginas, devorando a obra como um alucinado, defronte do abajur de papelão, no seu modesto gabinete de escritor pobre. Conhecia Dumas pai de cor e salteado; fora o seu primeiro “mestre”. Depois entregou-se a ler *Os miseráveis*, declarando-se hugólatra incondicional em uma apreciação que fizera do grande poeta.

Na Biblioteca, Alexandre Dumas e Victor Hugo vinham logo em seguida a Júlio Verne em número de consultas, com 64 e 60, respectivamente. Já Dumas Filho teve apenas dez registros.

Adolfo Caminha prezava, na ficção e em outros tipos de textos, o que se convencionou crítica e historiograficamente chamar de Naturalismo. O romance *Casa de Pensão*, de Aluísio Azevedo, publicado em 1884, não seria esquecido por Zuza em *A Normalista*, principalmente depois de tê-lo lido “em voz alta, em tom de recitativo, pausadamente, repetindo frases inteiras, aplaudindo o romancista com entusiasmo.”¹⁵⁴ E enquanto Zuza partia com a obra do também autor de *O Cortiço*, Maria do Carmo “não dizia palavra, recolhia-se ao silêncio do seu quarto a costurar ou a ler o Almanaque das Senhoras por desfastio, para se distrair.”¹⁵⁵

¹⁵³ Idem, p. 70.

¹⁵⁴ Idem, p. 80.

¹⁵⁵ Idem, p. 143.

3.2. Temas e tramas

Publicado pela primeira vez em 1864, *A Mulher adúltera*, como o título já sugere, tem como tema central uma discussão que se tornou lugar-comum nas tramas do romance moderno, o adultério. Criminosa moral, a adúltera, “... quando principia a sofrer os desdons do homem que primeiro a seduziu, é como a árvore derrubada, a que todos se julgam com direito de arrancar um ramo”¹⁵⁶ Essa foi a fatalidade inapelável de Madalena. Porém, antes desse criminoso e infortunado destino, quando criança, Madalena, de origem abastada, foi entregue a uma família simples e honrada que seu pai, o conde Pedro, julgou adequada para lhe garantir uma formação moral digna e virtuosa. Essa família foi a do marinheiro Paulo, que após percorrer milhas e milhas pelos oceanos, tinha uma vida tranquila e modesta com sua esposa Marta e seus dois filhos, Ângelo e Maria, nas costas de Santander, na Espanha. Paulo foi contramestre nas embarcações comandadas por Pedro, tornando-se seu íntimo amigo. Isso garantiu ao capitão Pedro que, mesmo depois de anos afastados, pudesse contar com esse companheiro para receber e educar sua filha entre sua família.

Pedro temia que em sua Madalena se repetissem os mesmos caprichos e vaidades que outrora levaram sua mulher, Tula, aos desejos mais infames. Pedro acreditava que, para uma mulher, uma vida modesta e de simplicidades era condição para formar um coração honrado e digno. Esta foi a sua razão ao entregar sua Madalena a Paulo. Entretanto, desde os “verdes anos” de Madalena, a pobreza repugnava-lhe, e seu desejo por luxo e ostentação era implacável. Madalena, inconformada ao dizer que “a mulher nasceu para esperar”, repetia as mesmas vontades incontroláveis que sua mãe reclamava: mais “... ar para respirar.”

Um amor por vaidade foi o tipo de sentimento que levou Madalena a casar-se com o filho mais velho de Paulo, Ângelo, esperando que este satisfizesse suas ambições de opulência. Esse comportamento exigente e ganancioso de Madalena dava claros sinais de que ela era “... um desses entes que para conseguir o que desejam tudo desprezam; as considerações sociais,

¹⁵⁶ PEREZ ESCRICH, Enrique. **A mulher adúltera**. São Paulo: Livraria Editora Paulicéia.

a fidelidade, a própria honra. Mulheres assim, em geral, têm o duplo funesto privilégio de causar a própria desgraça e a daqueles que a rodeiam.”¹⁵⁷ Foi exatamente isso o que provocou Madalena àqueles que a amavam ao se entregar e fugir com o sedutor inescrupuloso, Fernando Albienzo, o marquês da Espiga. Madalena via em Fernando e em suas promessas fugazes a possibilidade de realização das suas vaidades, e resolvida a alcançá-las, fugiu com o marquês para Madri. Porém, como disse Paulo a Ângelo, quando este se encontrava prostrado pelo abandono de sua esposa, “... tarde ou cedo, a mão implacável de Deus cai sobre as mulheres criminosas.”¹⁵⁸ Em Madri, Madalena, tentando de todas as formas mascarar o seu crime, adotou um outro nome: Aurora. Todavia, isso não sustentou sua dissimulação, e aos poucos sua “sórdida” história tornava-se conhecida de todos. O remorso da sua infâmia estava traduzido nos seus choros frequentes, a perturbação não saía do seu espírito, a mulher adúltera principiava a sofrer as desventuras do seu crime. Madalena começava a compreender e a invejar a honra das esposas, a decência das mães.

Esse drama sentimental, quando da sua primeira publicação, gerou controvérsias entre o público do seu autor. Ao se depararem com esse título, alguns leitores logo imaginaram que Escrich, cujas obras, segundo eles, até então nunca tinham ameaçado a ordem e a tranquilidade do ambiente doméstico, tinha abandonado o gênero “moral e doutrinário que desde o seu primeiro romance seguira”. Receosos de encontrar uma história imoral e perniciosa, esses temerosos leitores pediriam conselhos e informações por meio de cartas à censura oficial da Espanha. Num tom de satisfação, Perez Escrich nos fala do desfecho dessa polêmica:

Felizmente é o tempo o remédio melhor para desvanecer apreciações prematuras. O romance continuou a publicar-se, os assinantes timoratos foram sossegando e lendo-o, os editores esgotaram em quatro meses uma edição de dezesseis mil exemplares, tiraram outra, que foi para eles excelente negócio, e o autor ficou tão pobre como antes, se bem que teve a inapreciável satisfação de receber alguns centos de cartas, em que os mesmos leitores que a princípio e antes de conhecer a obra se sobressaltaram, lhe davam mil parabéns

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

pela alta moralidade que encerravam as páginas de *A Mulher Adúltera*¹⁵⁹.

Incomodando ou não os escrúpulos morais dos leitores, de acordo com esse comentário, o sucesso comercial desse romance foi extraordinário. Por outro lado, o autor reclamava as vantagens financeiras desse sucesso. Mais tarde, essa narrativa não escaparia do crivo da censura de Frei Pedro Sinzig, que em 1915, no seu *guia para as consciências*, definiu *A Mulher Adúltera* como uma obra indigna de um lar. Além desse, outros títulos de Henrique Perez Escrich foram considerados por Sinzig como “producto ordinário”, “indecente”, “fútil e de fraco estylo”, etc¹⁶⁰. Concordando ou não com Pedro Sinzig, os leitores da Biblioteca Provincial liam diariamente os romances de Perez Escrich, tornando-o o autor mais consultado dessa instituição.

Percorrendo as páginas do registro de leitura dessa biblioteca, com relação às consultas aos romances de Perez Escrich e aos seus leitores, percebemos situações como a que aconteceu no sábado do dia 23 de junho de 1879, quando houve três consultas na biblioteca, sendo duas ao romance *A Mulher Adúltera*. Nesse dia, José Carneiro Meirelles e Francisco Gonçalves Vieira foram a esse estabelecimento conhecer a história dramática de Madalena, protagonista desse romance. No período de funcionamento da biblioteca registrado no livro de consultas, era a primeira vez que Francisco Gonçalves Vieira lia nesse espaço, já escolhendo a ficção de um autor cujos títulos, nesse momento, na Biblioteca Provincial do Ceará, alcançavam expressivos índices de preferência entre os leitores. Com relação a José Carneiro Meirelles, ele havia estado na biblioteca a 24 de maio do mesmo ano lendo *Os que riem e os que choram*, de Escrich. Já tendo conhecido a escrita desse autor, este leitor voltava à biblioteca quase um mês depois para consultar outra obra do literato espanhol.

Como a biblioteca nesse período fechava aos domingos, José Carneiro Meirelles teve que esperar até a segunda-feira, dia 25 de junho, para continuar a sua leitura do romance *A Mulher Adúltera*. Tendo em vista a sua

¹⁵⁹ ESCRICH, *apud* NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas** – o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7letras, 2002.

¹⁶⁰ Sobre o Frei Pedro Sinzig e o seu índice de romances proibidos, ver: PAIVA, Aparecida. **A voz do veto**: a censura católica à leitura de romances. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

volta imediata à biblioteca para continuar lendo essa história, podemos supor que esta trama despertou alguma curiosidade nesse leitor, levando-o, talvez, a lamentar o não funcionamento dessa instituição aos domingos, já que esperou até segunda para prosseguir com a sua leitura. Nesse mês de junho, as obras de Perez Escrich foram solicitadas 55 vezes ao bibliotecário Fausto Domingues da Silva, ficando, como já apontamos anteriormente, nessa média ou acima durante os outros meses registrados

Enrique Perez Escrich nasceu em Valência, em 1829, e morreu em Madri, em 1897. Através de uma introdução, entremeada de revelações e opiniões pessoais, feita para a versão romanceada da sua peça *O Cura de Aldeia*, temos o próprio Escrich falando sobre si mesmo:

Quando criança, meus Paes fizeram-me compreender as bellezas da religião christã. Quando homem, os Evangelhos, esse livro rei dos livros, essa obra que brotou dos lábios de Deus e que os apóstolos transmitiram aos homens para consolação da humanidade, veio com a sua divina leitura arraigar ainda mais o christianismo no meu coração.¹⁶¹

E parece que os princípios cristãos de fato foram as balizas da sua ficção, como apontou um dicionário de literatura espanhola e hispano-americana ao comentar que em seus romances predominou uma ideologia católica conservadora:

Colaborador de publicaciones moralizantes - El amigo de la Familia, La Ilustración Católica o El Mundo de los Niños -, fue aplaudido autor de piezas teatrales, como La Pasión y muerte de Jesús (1856), que se llegó a representar como espectáculo edificante los Viernes de Cuaresmas. En su trabajo novelístico predica una ideología católica conservadora. Así ocurre en El cura de aldeã (1861), versión de uma de sus obras dramáticas, El Mártir del Gólgota, tradiciones de Oriente (1863 – 64), La caridad cristiana (1879) y El camino del bien (1882).¹⁶²

Ainda na introdução a *O Cura de Aldeia*, Escrich define o caráter e o propósito de sua obra:

Tenho minhas opiniões como todo o homem; nunca appareceu escripto meu nas columnas de um periodico politico, nem

¹⁶¹ ESCRICH, Henrique Perez. **O Cura de Aldeia**. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1914, p. 13.

¹⁶² Diccionario de Literatura Española e Hispanoamericana

nunca foi meu forte a politica. O theatro e romance são as minhas tribunas; consignar verdades, atacar o vicio, exaltar a virtude e defender a moralidade foi sempre o meu constante afan; e, num tempo em que as ideias vão cedendo o seu logar aos homens, não trocaria por nada d'este mundo o meu titulo de escriptor independente. Mas se as ideias de um author se revelam pela essencia que se encerra nas suas obras, leiam-se as minhas, e ver-se-há que, como escriptor, procurei prégar as ideias d'esse grande livro (os Evangelhos) ; e como homem procurei, e isto sabem-no quantos me conhecem, pratical-as na minha vida particular.¹⁶³

Perez Escrich foi ainda jovem para Madri, começando a publicar dramas e romances em 1852, quando tinha 23 anos. É apresentado como um prestigiado autor de peças teatrais, as quais assinava com o pseudônimo Carlos Peña-Rubia y Tello, com destacado sucesso. Ele mesmo fala do reconhecimento e dos aplausos que sua peça *O Cura de Aldeia* conquistou após a sua primeira representação, numa noite de dezembro de 1858, no *theatro do Principe*. Resultado que se repetiu com as encenações em outras Províncias da Espanha, o que fez com que Escrich atendesse aos desejos de seus amigos e editores, os senhores Manini, os quais já pediam uma versão em romance desse drama.

Entre 1863 e 1864 publicava *El Mártir del Gólgota, Tradiciones de Oriente*, tornando-se logo carro-chefe de um modismo editorial chamado *novela por entregas*¹⁶⁴, que tomou jornais e fascículos de Madri e Barcelona. Escrich viu sua produção ganhar significativa popularidade, transformando-se, segundo Marlyse Meyer, num dos autores mais conhecidos da Espanha. Em 15 de janeiro de 1888, o periódico literário da cidade de Fortaleza, *A Quinzena*, fala no seu editorial que:

Demanda pouco tempo e trabalho fazer a estatística dos que lêem entre nós, negligenciado, é claro, o numero avultadissimo dos que se deleitam com os romances de Escrich e Paulo de Kock, as selectas de recitativos e as discussões da imprensa diaria. E não é destes q' deve uma publicação puramente litteraria, feita de boccados de bellas lettras e ensaios scientificos, esperar animação e auxilio expontaneo, gostosamente prodigalisado.¹⁶⁵

¹⁶³ Idem, p. 14.

¹⁶⁴ Romances produzidos por encomenda dos editores.

¹⁶⁵ **A Quinzena** (Propriedade do Club Litterario), Fortaleza, 15 de janeiro de 1888.

Além disso, outras referências nos fornecem mais pistas da ampla circulação que a ficção de Perez Escrich teve em várias províncias do Império – e fora dele – na segunda metade do século XIX. Em Portugal seu nome aparece no catálogo do Gabinete Portuense O Jardim do Povo, de 1888, entre os 800 autores estrangeiros presentes nesse acervo; e no catálogo do gabinete de leitura da Sociedade Nova Euterpe, de 1877¹⁶⁶.

Suas obras encontravam-se também significativamente presentes no mercado literário da Corte brasileira, recebendo frequentes anúncios em importantes jornais locais. As livrarias do Povo e Cruz Coutinho, duas casas bem populares no ramo livreiro em fins do século XIX, ofereciam vários títulos de Escrich no *Gazeta de Notícias*.

Algumas de suas tramas também foram publicadas no Brasil, nesse período, na modalidade de folhetim. Entre os anos de 1872 e 1873 duas narrativas de Perez Escrich foram publicadas no *Jornal do Commercio: A mãe dos desamparados – romance original de costumes e Os anjos terrestres – romance original*. De 1879 a 1882 apenas as histórias do escritor espanhol preencheram os rodapés do jornal *A Província de Matto-Grosso*¹⁶⁷. *O violino do diabo, O anjo da guarda, O amigo íntimo e A verdade nua e crua* mexiam com as emoções dos leitores e com as vendas desse jornal.

Novela por entrega. Ou escrever por encomenda. Em espanhol, “Escribe Por Entrega”. As mesmas iniciais do nome completo de Escrich (Enrique Perez Escrich). O humorista que fez essa comparação em um jornal espanhol não estava errado. Parte significativa da ficção de Perez Escrich foi escrita originalmente nesse formato. Tal gênero se aproxima do folhetim, seja pelo seu caráter de publicação por partes nos jornais e periódicos, seja pelo estilo e temas das suas narrativas: histórias cheias de suspense e contadas de uma maneira para manter a tensão e a curiosidade do leitor. Esta modalidade de escrita estava também relacionada com transformações da indústria editorial. A segunda metade do século XIX via o aumento do número de pessoas que passavam a dominar a leitura e a escrita, o que ampliava o

¹⁶⁶ GUEDES, Fernando. **O Livro e a Leitura em Portugal: Subsídios para a sua história – Séculos XVIII e XIX**. Lisboa: Editora Verbo, s.d.

¹⁶⁷ NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas – o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: 7letras, 2002.

horizonte de consumo de objetos impressos. O cotidiano se alfabetizava e se interessava pela inventividade de autores como o espanhol que tanto sucesso fez na Biblioteca Provincial do Ceará. Mas não só lá. Marlyse Meyer, a propósito dos enredos dessas publicações por encomendas, nos diz que:

O romance em fascículos se inscreve na linha “desgraça pouca é bobagem”, na qual a “virtude triunfa sempre”, da qual tivemos contundente exemplo com um folhetim do qual lancei mão frequentemente: *O poder dos humildes*, de Contreras. Nele e congêneres vão se encontrar cortes de honradas, virtuosas ricas e pobres órfãs virgens, esposas irmãs, adultérios involuntários, mulheres perdidas (por erro), estupros e seus hediondos efeitos, “tremendos incestos”, lágrimas e sofrimentos mil, redimidos pelo sofrimento de *O mártir de Gólgota*. Grande glória circense, obra popularíssima de Perez Escrich.¹⁶⁸

Se uma história alcançasse sucesso entre o público diário das *novelas por entregas* era bem provável a sua publicação em livro. Mas como acontecia com publicações no Brasil do folhetim, o caminho também poderia ser inverso. O certo era que para ter sua circulação ampliada e diversificada com novo suporte, a obra tinha que primeiro causar uma boa repercussão com bons números para os editores.

É interessante pensar na questão da autoria em gêneros como esse. Anônimas, com pseudônimos, o autor desses textos era sempre multifacetado. Sem falar que o dono do jornal e os leitores influenciavam nas criações. Talvez o maior peso autoral estivesse nas boas vendas dos jornais, pois sem elas a aventura ou o drama não continuariam. Quando pensamos nas novas tecnologias de mídia atuais, podemos considerar mais possibilidades de envolvimento com os textos. Não achamos inconveniente colocar as mais recentes linguagens de comunicação, escrita e leitura, como herdeiras da novela por entrega e do folhetim. É a relação entre autoria, edição e leitura que se confunde ainda mais. Se tais barreiras foram borradas com a produção folhetinesca e por “encomendas”, hoje escrita e leitura virtuais levam isso às últimas conseqüências?

Além de Perez Escrich, outros escritores espanhóis tiveram bons êxitos com seus romances encomendados. Exemplos deles foram Ramón

¹⁶⁸ MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.322.

Ortega e Frias, Torcuato Tárrego y Mateos, Wenceslao Ayguals de Izco, José Muñoz Maldonado, Julián Castellanos, Florêncio Luis Parreño, Luis de Val, Antonio de San Martín.

Invariavelmente, em todo o período compreendido no livro de consulentes, os romances de Perez Escrich receberam expressivos índices de preferência. E não foi somente na Biblioteca Provincial do Ceará que os seus romances conquistaram tanta popularidade. Outras fontes nos fornecem indícios do interesse por suas obras. Seus títulos tinham presença significativa no comércio livreiro do século XIX, apareciam em anúncios de livrarias, como no da Livraria Cruz Coutinho que, em 6 de novembro de 1893, anunciou no jornal *Gazeta de Notícias* o romance *O Martyr do Golgotha*, em 3 volumes, por 7\$000 réis¹⁶⁹. Essa mesma livraria divulgou, em 17 de julho de 1894, seis diferentes títulos desse autor. *O Martyr do Golgotha* também foi ofertado pela Livraria do Povo, em 4 de junho de 1894, igualmente por 7\$000 réis¹⁷⁰.

Interessante perceber que no caso desse tipo de literatura, o leitor, caso quisesse dar continuidade à leitura, teria de voltar outros dias à Biblioteca, dado o tempo de funcionamento do estabelecimento e o tamanho físico desse tipo de publicação, no caso o seu número de páginas e às vezes o de volume. Nesse sentido, a escolha de romances implicava um determinado uso desse espaço, além de caracterizar uma modalidade de leitura. Com o registro de consultas da Biblioteca Provincial do Ceará de 1878 a 1887, temos a informação de “quem estava lendo o que e quando nesse estabelecimento”. Folheando as páginas desse registro de leituras, percebemos - o que não seria uma novidade para a época - o predomínio de homens na composição do público que frequentava essa instituição. Aliás, não seria uma novidade do ponto de vista do uso dos espaços públicos, que tinham os homens como seus principais frequentadores. Mas quanto às leituras de romances no século XIX, o que se tornou convenção foi associá-las ao público feminino. O narrador de Monteiro Lobato falava de uma Zilda que “via realizar-se todo o Escrich deglutido”¹⁷¹. Falava do amor que sentia, como nos romances do espanhol, e

¹⁶⁹ Jornal *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06 de novembro de 1893.

¹⁷⁰ Jornal *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1894.

¹⁷¹ LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, p. 242.

que reagia a essas leituras com a suscetibilidade temida pelos detratores da ficção:

Todas as passagens trágicas dos romances lidos desfilaram-lhe na memória; reviu-se na vítima de todos eles. E dias a fio pensou no suicídio. Por fim habitou-se a essa ideia e continuou a viver. Teve azo de verificar que isso de morrer de amores, só em Escrich.¹⁷²

Ribeiro Couto, em versos, fez essa relação entre gosto feminino e o romantismo da prosa de Escrich:

Costureirinha magra, de olhos curiosos,
Que passas de manhã junto à minha janela,
Como parece melancólica a tua vida !
O teu passo ligeiro faz-me pensar que andas sempre um pouco
atrasada.
Será que te demoras diante do espelho?
Será que és vaidosa, costureirinha ?

Hoje passaste com um livro, a ler.
Pela primeira vez ias devagar.
Devia ser um romance; posso mesmo dizer de quem ...

E fiquei a invejar Enrique Perez Escrich ...

Um dia escreverei um romance bem lindo,
Um romance bem dramático, bem a teu gosto,
Para que se encham de lágrimas os teus olhos.¹⁷³

As mulheres de Escrich morriam de amores. No universo feminino das obras do espanhol, sofrer por amor era inescapável, o que se desfecha como fatídico. Numa epígrafe ao seu romance *História de um beijo*, Perez Escrich delineia esse mote da tragédia amorosa feminil ao dizer que “um beijo é muitas vezes a esmola que faz uma mulher a uns lábios lisonjeiros; outras um pedaço d’alma que se escapa pela boca. No primeiro caso o homem é a vítima, no segundo é a mulher.”¹⁷⁴

A relação entre gosto feminino e “leitura errada” de romance fazia parte da crítica de literatura, que forjava uma correspondência entre um interesse típico da mulher e a chamada “baixa literatura”. Marisa Lajolo e

¹⁷² Idem, p. 247.

¹⁷³ COUTO, Ribeiro. Costureirinha.

¹⁷⁴ ESCRICH, Enrique Perez. **História de um beijo**. Lisboa: Guimarães e C^a. Editores, 1912.

Regina Zilberman, ao comentarem a posição do crítico José Veríssimo sobre essa questão falam da

impiedosa desqualificação da leitura feminina, num movimento, aliás, de mútuo rebaixamento: a cultura da mulher deixa a desejar porque ela não lê a grande literatura e, por sua vez, o que consomem estas senhoras não pode ser grande literatura por constituir matéria de leitura de tão despreparados olhos.¹⁷⁵

Se os olhos eram inábeis para assuntos literários, eles apenas se identificariam, se deleitariam com escritores igualmente incapazes. O comentário de José Veríssimo foi direto sobre esse ponto:

- Quem é a mulher de mais espírito do Rio de Janeiro? – Fulana, penso eu. – Bem, é também a minha opinião; sabes qual é o seu autor predileto? – Escrich!... Fora do romance-folhetim e do romance mundano, Bourget ou Jorge Ohnet, indiferentemente, a verdade é que a mulher brasileira, mesmo aqui no Rio de Janeiro, que se presume a mais adiantada e culta cidade do país, e salvo exceções raríssimas, nada lê.¹⁷⁶

Nos dias em que há presença feminina na biblioteca, podemos supor, observando as sequências das assinaturas do livro de consulentes, que elas se dirigiam sempre acompanhadas de outras mulheres. Como exemplos disso, tivemos em 28 de abril de 1879 na Biblioteca as consulentes Francisca Fernandes, Isabel de Mello Carmo e Josefa Pinto do Carmo; dois dias depois, estiveram juntas Maria José Ferreira e Isabel Maria Ferreira. No dia 7 de maio do mesmo ano encontramos os registros de Rosa Brigido, Maria Brigido, Isabel Brigido e Ovidia Brigido. Não estamos afirmando aqui que toda vez que aparecerem assinaturas em sequência de mulheres no livro de leitores isso signifique, necessariamente, que as mesmas estavam sempre acompanhando uma a outra. Entretanto, essa é uma hipótese que deve ser levada em consideração.

Quando os leitores anotavam nesse livro os nomes das obras e dos seus autores, existia a possibilidade deles “desrespeitarem” as condições editoriais em que se encontravam as obras no acervo da Biblioteca. Ou seja,

¹⁷⁵ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

p. 244.

¹⁷⁶ VERÍSSIMO, José. Leituras e livros. Almanaque Brasileiro Garnier de 1904.

traduzir o título da obra para o português, ou se a obra estivesse nesta língua, traduzindo-a para o título da sua língua original, em se tratando de uma obra estrangeira. Sobre as escolhas registradas nesse livro, podemos perceber que a maioria é de obras de literatura, havendo de fato um predomínio desse gênero no livro de consulentes. Outra característica interessante sobre as práticas de leitura nessa instituição é que muitos leitores consultavam uma obra uma única vez. Muitas vezes aqueles que voltavam à Biblioteca não costumavam retomar o título da sua última consulta. Considerando que seria improvável que algum leitor concluísse em apenas uma visita à Biblioteca a leitura de algumas obras que tinham mais de 200 páginas, por exemplo, muitas leituras ficaram “pela metade”.

É pertinente lembrarmos que a leitura numa biblioteca caracteriza-se também pelo constrangimento dessa prática, seja pelo controle das apropriações reais ou simbólicas dos textos, seja pela sua realização em um espaço e um tempo que pouco pertencem ao leitor. A classificação e organização de uma biblioteca querem forjar um potencial conciliador entre os leitores e os livros desse ambiente, possibilitando a interação das adversidades de um acervo. Como nos diz Chartier:

Assim, a resposta aparece de forma clara quando pensamos que “a leitura silenciosa, mas feita em um espaço público (a biblioteca, o metrô, o trem, o avião), é uma leitura ambígua e mista. Ela é realizada em um espaço coletivo, mas ao mesmo tempo ela é privada, como se o leitor traçasse, em torno de sua relação com o livro, um círculo invisível que o isola. O círculo é contudo penetrável e pode haver aí intercâmbio sobre aquilo que é lido, porque há proximidade e porque há convívio. Alguma coisa pode nascer de uma relação, de um vínculo entre indivíduos a partir da leitura, mesmo silenciosa, pelo fato de ser ela praticada em um espaço público¹⁷⁷.”

No seu relatório de 30 de março de 1869, José de Barcellos continuava a deixar o governo Provincial bem informado sobre a biblioteca, cumprindo com excelência o seu ofício. Nesse registro foi informada a entrada de 256 volumes na biblioteca, dos quais 159 doados por diversas pessoas, 8 remetidos pela secretária do governo, 2 pela presidência do Rio grande do Sul e 87 comprados. As aquisições de “Memórias para a história da Capitania de

¹⁷⁷ CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1999.

São Vicente”, em edição de 1797, 1 vol., “Memórias do Grande Exercito Alliado libertador da América do Sul em 1851 e 1852”, 1 vol., “Memórias diárias da guerra do Brazil”, 1 vol., “Memórias para a história do extinto estado do Maranhão”, 1 vol., “A Constituinte perante a história”, 1 vol, “A escravidão no Brazil”, 3 vols, “Rasgos memoráveis de D. Pedro I”, 1 vol, e “Quadro da revolta praieira na Parahyba”, 1 vol. Também foram trazidas a Revista do “Instituto histórico e Geográfico brasileiro” e o “Brazil Histórico”¹⁷⁸. A biblioteca não deixava de receber, frequentemente, os jornais que se publicavam na capital, como também jornais nacionais e estrangeiros. José de Barcellos informava a presença da “Revue dès Crurs litteraires”, que ele considerava “um brilhante repertório do que o ensino publico francez oferece de melhor e de mais duravel.”¹⁷⁹

O movimento de entrada de obras foi bem intenso nessa gestão da biblioteca. Seja através de remessas vindas da Europa, como os 244 volumes encomendados pelo ex-bibliotecário José de Barcellos ao negociante Adolpho Hoerth, não esquecendo de 1 volume comprado pela tesouraria da Província. Houve o retorno de 388 volumes que estavam sendo encadernados, e a saída de 202 para este fim na oficina do Livreiro Francisco Manoel Esteves. Foram restituídos à biblioteca 25 volumes que se encontravam emprestados. Percebendo todo esse fluxo das obras, não seria nenhuma surpresa a instabilidade numérica do acervo da biblioteca pública. Nesse mesmo relatório do bibliotecário Barcellos, foram comunicadas as doações de 16 volumes do seu precedente no cargo, e de 2 volumes pelo senador Thomaz Pompeu de Souza Brazil.

Das obras registradas no livro de consulentes, muitas permaneceram mais nas estantes ou fechadas sobre alguma mesa. Não foram tão folheadas e lidas quanto os romances de Perez Escrich. Talvez suas páginas, dessas obras não tão abertas e fechadas, ainda estejam inteiras. Talvez suas folhas, embora de tipo barato, permaneçam conservadas. Outras obras de diferentes autores também se encontram registradas com consultas no livro de leitores como “Os dramas da internacional” de Pierre Laccone, “O

¹⁷⁸ Relatório do bibliotecário José de Barcellos – 30 de março de 1869.

¹⁷⁹ Idem.

culto do dever” de Macedo, “os infernos de Paris” de Xavier de Mentopim, “Mercedes de Castille” de F.Cooper, “La saint bible” de Lacy, “O rei dos ciganos” de P. de Terrail, etc. Eram consultados jornais, almanaques e revistas como “Revue Britannique”, “le tour de monde”, “Anais do Parlamento de 1855”. Livros de História universal e de tratado de História e Geografia também eram consultados.

A leitura é uma sombra sobre o livro. É com Maurice Blanchot que pensamos assim. Podemos dizer também, seguindo com o pensador francês, que a leitura é o que “suja” o livro. Essas duas palavras funcionam no texto de Blanchot como metáforas, claro, embora possam fazer algum sentido do ponto de vista físico. A leitura não é apenas decifração dos códigos lingüísticos de um texto, ela “não é prática neutra. Ela é campo de disputa, é espaço de poder”¹⁸⁰.

Nessa perspectiva, podemos considerar toda a tensão que acontece na leitura, e reconhecer que ela é inventiva e criativa, que “o leitor é o produtor de jardins que miniaturizam e congregam um mundo”¹⁸¹. Cada leitor segue um referencial próprio na leitura, ele se representa no que lê, e sua “competência” de leitor forma-se e transforma-se a partir de sua época, do seu grupo, das suas experiências, enfim, das suas condições sociais. Assim, “uma história sólida das leituras e dos leitores deve, portanto, ser a da historicidade dos modos de utilização, de compreensão e de apropriação dos textos”¹⁸².

A leitura não se faz abstratamente, por isso, para estudá-la é preciso contextualizá-la em um tempo, em um local, estando atento às várias modalidades de leituras que os leitores de uma mesma geração, de um mesmo gênero, de um mesmo grupo social podem ter devido às múltiplas variações culturais do social. Os leitores que frequentavam a biblioteca pública do Ceará eram alunos e professores do Liceu, destacando a presença também de bacharéis, padres, engenheiros, literatos, médicos e militares.

Alguns desses leitores são: Francisco Dias Martins, médico, funcionário do Ministério da Agricultura e ajudante do laboratório de terapêutica

¹⁸⁰ ABREU, Márcia. **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002, p. 15

¹⁸¹ CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2001, p.269

¹⁸² CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Editora Ática, 2002, p.7

experimental do Rio de Janeiro, que esteve na biblioteca pública em julho de 1878, consultando *Le tour de Monde*; José Francisco da Silva Albano, padre, lia, em abril de 1879, jornais; Augusto Xavier de Castro, diretor da seção do Tesouro do Estado, poeta e membro da Padaria Espiritual, foi à biblioteca em abril de 1879, para ler *O poder da vontade*, de S. Smils; Francisco de Oliveira Memória, bacharel em ciências jurídicas, consultou um “Dicionário Francês”, em julho de 1878; Antônio Sabino do Monte, bacharel pela faculdade de direito de Recife, presidente da Paraíba em 1884, esteve na biblioteca pública em abril de 1879, lendo jornais.

Entre os frequentadores mais assíduos destacaram-se: Marcos Franco Rabelo, bacharel em matemática, um dos fundadores da Academia Cearense de Letras, presidente do Ceará em 1912, esteve na biblioteca no mês de julho de 1878 consultando “Dicionário Inglês” ; Virgílio A. de Moraes, diretor da instrução pública e professor do Liceu, membro da Academia Cearense de Letras e do Instituto Histórico do Ceará, foi um assíduo leitor da biblioteca nos meses de abril, maio e junho de 1879; Guilherme Studart, médico, foi um dos intelectuais mais influentes na sociedade cearense do final do século XIX. Nas suas consultas na Biblioteca Pública, Guilherme Studart, que ainda não havia se tornado o Barão de Studart, lia “História Universal” nos meses de abril e maio de 1879. A partir do dia 23 de maio, Guilherme Studart passou a assinar o livro de consulentes da biblioteca pública como “Dr. Guilherme Studart”. Lourenço Pessoa, professor de pedagogia da escola normal e redator do jornal “Libertador” ; Licínio Nunes de Mello, oficial superior da guarda nacional ; e Porphirio Nogueira, funcionário da secretaria do governo, são leitores presentes na biblioteca pública no ano de 1879.

Foi quase absoluta a presença masculina na Biblioteca Provincial do Ceará entre 1878 e 1887. Diariamente, no intervalo desses anos, homens foram a essa instituição para ler romances. E um homem a ler ficção romanesca num espaço público no século XIX contrariava certa figuração dessa prática na própria matéria ficcional e nos pressupostos e expectativas críticas desse período. Mais ou menos direto, com essas ou outras palavras, do romance se dizia que era um capricho de mulher. Seu perigo, seu mal, seu dano eram mais receados no corpo feminino. Desestabilizá-lo, atordoá-lo,

confundi-lo com tanta fantasia colocaria muita coisa em risco. O próprio romance existiu tantas vezes na tragédia das mulheres da qual supostamente participava na realidade. A frase do início do século XIX resume o lado do temor: “é lá que a mulher cristã aprende a enganar os olhos de seu marido, a violar a santidade do leito conjugal...”¹⁸³ Maria do Carmo, de *A Normalista*, lia *O primo Basílio* escondida, sobretudo porque a moça, uma jovem mulher que deveria cumprir seu lugar de donzela, de dama bem inspirada nos valores de um catolicismo correto, a heroína de Adolfo Caminha, não poderia ser flagrada com aquele romance. Seria uma indignidade. Um desvio, uma falha, um erro do ponto de vista do que se esperava da formação de uma mulher.

Mas além da atração das suas histórias, o romance convinha ao sigilo, à desfaçatez, à discrição pelo seu formato. Eram livros que cabiam em qualquer lugar. Pequeno, graficamente simples, pois não podia custar muito, a materialidade na qual se lia um romance favorecia também uma comodidade para o privado. Sua reprodução mecânica, que o tornava um produto com tiragem, contribuindo para o preço módico, para uma circulação mais ampla e variada, poderia ser uma possibilidade de que a leitura não ficaria perdida no caso de alguma interdição, de alguma punição. Essas características da sua produção faziam do romance um objeto acessível, com cópias disponíveis. E se ficassem difíceis os meios legais, havia a clandestinidade, reforçando a presença da ficção, para tantos a maldita ficção. Para quem desejava proibir o romance, vendo-o como uma má companhia, tinha de enfrentá-lo como uma “má companhia” que poderia se tornar mais ardilosa na medida da sua tipografia, do seu comércio, da sua contrafação.

A propósito do chamado livro pornográfico do século XVIII, Jean-Marie Goulemot diz que ele “condiciona e mesmo determina as condições de sua leitura”¹⁸⁴. Um livro que cabe em uma só mão, adequado como dizíamos do romance em geral para a cena furtiva, para o fingimento rápido, mas neste caso, convenientemente prático para que o efeito da obscenidade seja completo. A gravura *O meio-dia*, de Emmanuel de Ghendt, figura a ideia de

¹⁸³ MASSILON, *Discours inédit de Massilon, sur le danger des mauvaises lectures, suivi de plusieurs pièces intéressantes*. Paris: Beaucé, 1817, p. 1.

¹⁸⁴ GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses livros que se leem com uma só mão: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial, 2000, p. 13.

Rousseau, aquela do livro para “uma só mão”. Tem aquele título, mas poderia ser qualquer outro que falasse de uma mulher em delícia e seu livrinho, uma mulher cujo “corpo, seu corpo, é ao mesmo tempo tenso, da cabeça até os quadris; e, oferecido, da cintura ao escarpim.”¹⁸⁵ Talvez essa descrição, que divide no corpo os supostos efeitos de uma leitura inadequada, um outro circuito do romance, fisicamente íntimo, sirva-nos como imagem, como ilustração dos receios muitas vezes esquematizados ou calculados nas palavras que alertavam ou proibiam o contato com essa ficção. Uma revista londrina fez o seguinte alerta na segunda metade do século XVIII:

Deve-se tanto cuidar nos livros que uma senhora lê quanto das suas companhias: pois, se se concede que a escuta frequente de conversas licenciosas prepara naturalmente a mente para a aceitação de ideias corrompidas, não se pode negar que os livros nos quais o amor é o único tema e as intrigas amorosas a única ocupação dos atores sejam mais perigosos até mesmo que as más companhias, já que a narração de cenas lascivas poderia chocar ouvidos ainda não endurecidos pelo vício, quando a representação ardente pintada num romance, e lida na privacidade do retiro, não pode deixar de excitar desejos e deixar vestígios impuros na memória.¹⁸⁶

A mente, o corpo e o que as aventuras romanescas poderiam fazer com eles na opinião de quem colocava esse gênero literário sob suspeita. Principalmente com a mente e com o corpo de uma mulher. A cabeça contaminada, “envenenada”, perturbada por tanta imaginação; o corpo tumultuado, inquieto, instigado, potente em desvios. No romance de Adolfo Caminha, *Maria do Carmo*, com a leitura da história de Luísa e do primo, ficou com “uma sensação estranha, uma extraordinária superexcitação nervosa”¹⁸⁷. E pensava no Zuza dela, querendo-o, como não convinha a uma dama. Um desejo como esse, movido dessa forma, era fator de muita perdição. E o que para muitos o movia era a leitura de um romance. Voltemos à descrição da gravura. Nas palavras de Jean-Marie Goulemot, a cena de uma leitora:

¹⁸⁵ Idem, p. 56.

¹⁸⁶ Character and Effect of Modern Novels. In: London Magazine, 1773. *apud* VASCONCELOS, Sandra G.T. **A formação do romance inglês: ensaios teóricos**. Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000, p. 92-93.

¹⁸⁷ CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 32.

A mão direita, com o indicador apontado, indica, pois, um objeto caído no chão. Caído e não posto, como se ele houvesse escapado bruscamente da mão da leitora, daí sua posição, vertical, semi-aberto, tudo indicando que ele não é um simples elemento do cenário, mas um objeto de uso, que a moça segurou efetivamente este livro, que ela o havia lido mesmo. Sua própria posição no chão prova sem dúvida alguma que ela se deteve em uma página de tal modo que isso se vê pela disposição das folhas do volume.¹⁸⁸

Era um livro de uma “só mão”, como já falamos, com tamanho e peso bem adequados. Mas seu enredo podia ser de todo o corpo, de um desdobramento, do depois, das vontades, dos impulsos, das atitudes. Principalmente, para a própria literatura e para outros discursos, se esse corpo fosse feminino. Da mulher já se partia como um mistério, o que não a favorecia de nenhuma forma. O historiador Peter Gay, a propósito, refere-se a um panfleto que trata da infidelidade feminina escrito pelo romancista Alexandre Dumas Filho. Gay nos conta que nesse opúsculo Dumas Filho define a mulher como um “encantador e terrível X”¹⁸⁹. E no século XIX, ser misteriosa não era nada lisonjeiro. E para quem acreditava nesse mistério, a leitura de romances poderia piorá-lo, aumentando esse tal enigma, colocando em risco a condição tangível de tudo.

Dumas Filho foi consultado dez vezes durante os nove anos de registros na Biblioteca Provincial do Ceará. Seu pai se saiu melhor, com sessenta e quatro consultas no mesmo período. Ambos lidos sempre por homens. Perfil este, aliás, que variou em apenas três dias entre 1878 e 1887. Em vinte e oito de abril de 1879, Francisca Fernandes, Isabel de Mello Carmo e Josefa Pinto do Carmo estiveram na biblioteca, da mesma forma que Rosa Brigido, Maria Brigido, Isabel Brigido e Ovidia Brigido no dia 7 de maio do mesmo ano. Depois disso, o livro de consulentes apenas voltou a registrar a presença de mulheres em sete de setembro de 1886, quando trinta e oito senhoras deixaram suas assinaturas nele. Mas só a assinatura mesmo, porque nenhuma informou a obra ou autor consultado. Nesse dia, lá estiveram a escritora Francisca Clotilde, Elvira Pinho, Júlia Amaral, Judite Amaral, entre

¹⁸⁸ GOULEMOT, Jean-Marie. op. cit., p. 56-57.

¹⁸⁹ GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 129.

outras identificadas como alunas de Clotilde e da Escola Normal. Mesma Escola Normal da personagem Maria do Carmo, na qual um dos seus professores recomendava com convicção a leitura de Júlio Verne “nas horas de ócio”. Sua preocupação era com o tempo perdido com histórias “impróprias de uma moça de família”. Muito provável que no seu horizonte de impróprio estivessem aquelas narrativas cujo formato material caberia em uma das mãos enquanto seus supostos malefícios pesariam sobre todo o corpo. Mais: sobre a moral, a família, a ordem.

A preocupação do professor com suas normalistas, com o perigo da relação entre ócio e enredos romanescos “sem proveito”, adequava-se a uma mudança maior por meio de uma institucionalização de normas para o uso do corpo e do tempo no século XIX. Richard Holt diz que “o ideal de uma vida feita de ociosidade e de cultura, a qual tinha influenciado a nobreza europeia desde a Renascença, foi pouco a pouco abandonada durante o século XIX. A época vitoriana valorizou a atividade por si mesma.”¹⁹⁰ Sua discussão a propósito dessa mudança segue numa análise dos exercícios físicos com a finalidade em si mesmos, autoconcentrados na sua prática, fazendo do corpo objeto de uma correção, de uma forma saudável, simétrico, como também o sentido da sua conduta.

Aqui, a ideia é o contrário da leitora descrita por Jean-Marie Goulemot. A mulher da gravura entregue em seu gozo, aparentemente esquecida de tudo, desperdiçando todo o seu tempo, com mente e corpo afastados do que se esperava como ideal. Holt fala que, para o século XIX, o dito *Mens sana in corpore sano* tornou-se um princípio para vários discursos e espaços sociais. Na imprensa, nos serviços religiosos, nas prescrições médicas, esse princípio orientava muitos posicionamentos, defesas, teorias. Legitimava-se socialmente na articulação dessas instâncias. Tornava-se um valor, uma moralidade estabelecida, uma ética no sentido da sua partilha em comunidade. Ao contrário da leitura de romance. Para seus detratores, dessa prática se sairia física e moralmente enfraquecido, ou, principalmente,

¹⁹⁰ CORBIN, Alain (dir.). **História do corpo**: da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 428.

enfraquecida, pois na mulher se temia piores consequências. Aquela mesma publicação periódica londrina do século XVIII disse também que

Os romances não apenas poluem as imaginações das jovens, mas igualmente lhes dão falsas ideias sobre a vida, o que muito frequentemente as faz agir de modo inadequado, devido à mudança romântica no modo de pensar que elas assimilam de seus estudos favoritos. Lêem sobre personagens que nunca existiram e nunca poderão existir; e quando todo o engenho e invenção de uma fantasia luxuriante são esticados para pintar um jovem todo perfeição de corpo e mente, é quase impossível para uma jovem evitar se apaixonar por um fantasma e ficar descontente com a porção de mortalidade com quem ela se casa depois e descobre, para seu grande desapontamento e mortificação, não agir como a imagem que sua afeição havia adornado para sua visão.¹⁹¹

Revista inglesa e professor do romance *A Normalista* tiveram ideias em comum a respeito dos riscos que a leitura das tramas romanescas poderia causar à imaginação, principalmente à fantasia feminina. Uma fala da “mudança romântica no modo de pensar que elas assimilam”; o outro dos “romances sentimentais que as moças geralmente gostam de ler, umas historiazinhas fúteis de amores galantes, que não significam absolutamente coisa alguma e só servem de transtornar o espírito às incautas...”¹⁹²

Não foram poucas as personagens que se perderam, se desorientaram, se confundiram por causa do consumo ficcional, como se perdessem o lastro da realidade. E se não era pela confusão, pela perda do senso do que era e não era real, seria pelo capricho, pela vontade de que uma coisa fosse a outra, continuasse na outra, fosse provável além do que estava apenas a ser lido. A patologia da imaginação excessiva. Um dos nomes desse mal, inclusive, foi “bovarismo”. Aqui, a referência era à Emma Bovary, personagem de Gustave Flaubert, que tanto leu histórias sentimentais, fazendo, na análise de Jacques Rancière, algo pior do que confundir a literatura com a vida. “Ela exige que a vida seja como a literatura”¹⁹³. O problema é que o próprio romance fazia isso parecer tão crível. As paisagens,

¹⁹¹ Character and Effect of Modern Novels. In: London Magazine, 1773. *apud* VASCONCELOS, Sandra G.T. A formação do romance inglês: ensaios teóricos. Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000, p. 92-93.

¹⁹² CAMINHA, Adolfo, op. cit., p. 66.

¹⁹³ Entrevista de Jacques RANCIÈRE

as cenas, os nomes, as atitudes, as conversas, os desejos inventados e impressos pareciam tão íntimos dos seus leitores.

Stefano Calabrese comenta que “toda a história do romance moderno traz inscrita no próprio código do gênero o desejo de fingir uma realidade que, por meio de estratégias semióticas adequadas, deve parecer absolutamente coeva ao ato de leitura.”¹⁹⁴ Para muitos, todo o seu perigo estava nessa sua fórmula, nessa pretensão de fazer a fábula coincidir tanto com a realidade. Outra característica sua que foi vista muitas vezes como agravante dessa confusão estava relacionada com uma experiência de leitura que se fazia por um modelo de identificação. Com a narrativa romanesca moderna, perdiam-se as “mediações” codificadas nos paradigmas da Retórica e da Poética. Numa dupla perspectiva, o novo gênero enseja uma relação mais íntima entre leitor e texto. De um lado havia a familiaridade com o enredo, com as imagens animadas pela ficção, do outro, um acesso mais direto às palavras, à representação, a um conjunto de signos que dispensava protocolos e procedimentos para sua apreciação. Aliás, os termos dessa experiência de leitura do romance moderno fizeram-se num desequilíbrio hierárquico das modalidades de composição e recepção da narrativa. Calabrese:

Com a decadência do paradigma trágico – pelo qual a identificação admirativa (aemulatio) provocava um ato de distanciamento cognitivo da mediocridade do leitor em relação à heroicidade da personagem literária -, já assinalado por Lessing, o romance começa a instituir dispositivos de solidariedade simpática com o herói do texto. A ausência de distância cria uma nova tipologia de imitáveis, embora nenhuma reflexão judicativa permita ao leitor diminuir a distância entre participação estética e agir moral. O texto promove identidades grupais inéditas. A identificação (homoiosis) vale-se do desaparecimento do universal que sempre excedia, no herói clássico, a limitada individualidade do leitor.¹⁹⁵

Essa prosa ficcional moderna, esse novo formato de construção do romanesco que se estabelecia, forjado também e viabilizado pelas tecnologias de reprodução impressa e pela prática de um negócio, de um comércio, fez do

¹⁹⁴ CALABRESE, Stefano. Wertherfieber, bovarismo e outras patologias da leitura romanesca. In: MORETTI, Franco (org.). **A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

¹⁹⁵ Idem, p. 702.

livro de ficção um uso mais direto, um produto que exigia poucas regras para seu manuseio e consumo. Mais fáceis de ler e de ter.

Sua presença massiva, suas histórias e estilo que permitiam identificação, as preocupações em defender os chamados bons costumes, a integridade da família, do casamento fizeram do romance um objeto de ações judiciais. Essa condição da literatura como um problema jurídico também fazia parte de um problema maior que foi o da “responsabilidade do escritor”, não exclusivamente no sentido de uma responsabilidade para a punição, mas na perspectiva de uma autonomia ideológica e moral. Ao discutir essa dimensão do processo de especificação e diferenciação do trabalho literário, Gisèle Sapiro diz que “a autonomia do campo literário não se constrói unicamente pela oposição à lógica do mercado, mas também por meio de lutas contra definições heterônomas do papel social do escritor e de sua responsabilidade.”¹⁹⁶ É uma espécie de construção de um sistema ético próprio, com seus princípios de possibilidades, ressalvas, uma esfera legítima de proteção moral para o ofício. Sapiro:

De fato, a partir do século XVIII, é elaborada uma ética da responsabilidade do escritor que se diferencia da responsabilidade penal e que se baseia na construção histórica da imagem do intelectual, da qual escritores, de Voltaire a Sartre, passando por Zola, representam a encarnação suprema. Esta ética reivindica valores próprios do mundo intelectual, o “verdadeiro”, o “belo”. Eles fundamentam as lutas pela liberdade de expressão travadas, desde o século XVIII, em nome da “verdade”, do direito ao conhecimento e do direito a exercer um papel crítico na sociedade para “esclarecer a opinião” e permitir aos cidadãos desenvolverem o seu próprio julgamento.¹⁹⁷

Escritor, leitor variavam nas suas condições de culpado e vítima no jogo entre defesa e acusação nos tribunais. A inocência ou a culpa de uma leitora, por exemplo, poderia estar numa discussão que se alocava também nas propriedades teóricas de uma peça literária. A imaginação (perigosa) seria de responsabilidade dela para uma defesa que tentava a absolvição do texto e do seu autor, ou destes, para uma acusação que entendia como crime a mera

¹⁹⁶ SAPIRO, Gisèle. **Os processos literários e a construção da imagem do intelectual engajado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 28. Número 83. p. 9.

¹⁹⁷ Idem, p. 10.

sugestão, insinuação, encenação suscitadas por uma história. Ernest Pinard, responsável por acusar o romance *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, de obscenidade e ofensa à religião, fez do seu processo um exemplo dos embates em torno da produção de romances no século XIX. Nele, Pinard argumentava em várias frentes. Empenhava-se em mostrar nas minúcias estéticas do texto que aquela era uma peça condenável, sem qualquer possibilidade do contrário. Contundente, falava:

Quem lê o romance do Sr. Flaubert? Serão homens que se ocupam de economia política ou social? Não! As páginas levianas de *Madame Bovary* caem em mãos mais levianas, nas mãos de moças, algumas vezes de mulheres casadas. Pois bem! Quando a imaginação tiver sido seduzida, quando essa sedução tiver descido até o coração, quando o coração tiver falado aos sentidos, pensais que um raciocínio frio terá suficiente força contra essa sedução dos sentidos e do sentimento?¹⁹⁸

Pouco mais de vinte anos depois dessa sustentação oral contra o romance *Madame Bovary*, quem leu esse tipo de prosa na Biblioteca Provincial do Ceará foram rapazes, muitos dos quais com uma frequência de três, quatro dias seguidos com o mesmo título, ou outras vezes variando de obra a cada visita. O romance processado de Flaubert não foi registrado como consulta na Biblioteca do Ceará entre 1878 e 1887, mas poderia fazer parte do seu acervo, pois com a absolvição do seu autor e dos seus editores, ele foi publicado em livro ainda em 1857, depois da sua circulação em capítulos na *Revue de Paris*. Até 1881, se ele tiver sido uma opção para os consulentes da Biblioteca, seria em francês, porque apenas nesse ano a história de Emma Bovary ganharia uma tradução para o português realizada em Lisboa.¹⁹⁹ Apesar da falta da *Madame Bovary* no cotidiano de leituras na Biblioteca Provincial do Ceará, “páginas levianas” de outros autores foram lidas. Embora sem sofrerem uma ação do Ministério Público, outros romances que foram moral e esteticamente desautorizados pelo julgamento erudito oitocentista. Outros romances “sentimentais”, à revelia do que desejava o professor Berredo, do *A Normalista*,

¹⁹⁸ PINARD, Ernest. Sustentação oral no processo contra *Madame Bovary*. In: MORETTI, Franco (org.). **A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 212.

¹⁹⁹ MULLER, Andréa Correa Paraiso. **Percursos de “Madame Bovary” no Brasil**. Letras, Santa Maria, v. 23, n. 47, 2013.

mas com um público diferente do que ele pensava para esses enredos “fúteis de amores galantes”. Lá, o gosto não foi o das moças.

Considerações Finais

Quando o crítico e historiador da literatura Tristão de Alencar Araripe Júnior, ao comentar *A Normalista*, de Adolfo Caminha, diz que “o romance, para merecer esse nome, exige que, em suas páginas, se imprima uma profunda sensação da vida e da verdade”⁴⁰⁰, ele repercute o longo debate que se desenrolou no século XIX sobre como deveria funcionar a ficção romanesca para o reconhecimento da sua legitimidade de cultura letrada e formação moral. Por essa medida, Araripe Júnior celebra a história de Maria do Carmo, protagonista do romance de Caminha, como uma narrativa que oferece páginas em que se pode viver “um pouco no Ceará”. O registro realista do escritor agradou ao crítico. Suas “cenhas do Ceará” são críveis, cumprindo na apreciação dessa crítica uma apurada verossimilhança.

Mas agradar à crítica estava longe de necessariamente satisfazer o público. E esse foi um dos problemas que o romance moderno trouxe. Sua leitura (como sua escrita) dispensava parâmetros, manuais, cartilhas. Seu uso também escapava aos preceitos da retórica, da poética. Do ponto de vista do entendimento do texto, seus leitores podiam ficar sozinhos. Eles estavam à vontade para gostar ou não desse tipo de produção ficcional. O próprio Araripe Júnior sentiu isso diretamente com seu romance *O ninho de Beija-flôr*. No jornal *Constituição*, em 1875, José Leandro, considerando essa obra uma importante contribuição às “letras pátrias”, alertava dos riscos de esquecimento que ela poderia sofrer, tendo em perspectiva o que se tornou o desventurado fado de uma maioria de escritores: “Em vez de leitores – as traças.”⁴⁰¹ Insinuando que não havia público para o romance, José Leandro nos lembra que “poucos, bem poucos, tem tido a ventura de popularizar o seu nome pela vulgarização de suas produções litterarias.”⁴⁰²

⁴⁰⁰ ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. Obra crítica.

⁴⁰¹ LEANDRO, José. O ninho de Beija-flor. Jornal **Constituição**, Fortaleza, 13 de janeiro de 1875.

⁴⁰² LEANDRO, José. O ninho de Beija-flor. Jornal **Constituição**, Fortaleza, 13 de janeiro de 1875.

De acordo com as escolhas dos leitores na biblioteca, às traças e ao esquecimento os romances de Perez Escrich não ficaram relegados, tornando-se um autor bem popular nesse momento. Pois como se infere do registro de consultas, os títulos desse escritor espanhol não paravam de ser solicitados das estantes da biblioteca. Sobre *O ninho de Beija-flôr*, pelo menos na Biblioteca Provincial do Ceará, se esta obra pertenceu ao acervo dessa instituição, ela não foi solicitada por qualquer consulente.

Quando começou a ser registrado o período de consultas na Biblioteca Provincial do Ceará entre os anos de 1878 e 1887, o escritor Gustavo Barroso ainda não tinha nascido. Sua experiência nessa Biblioteca se daria anos mais tarde, como ele não deixou de relatar em suas memórias. Uma das referências mais diretas desse contato está no volume *Liceu do Ceará*, parte intermediária da sua trilogia memorialística. Lá, Barroso narra os primeiros contatos com essa instituição já no século XX. Descreve-nos todo procedimento de então para acessar o acervo: “Entrava-se, dependurava-se o chapéu num cabide e falava-se com um sujeito baixote, barrigudinho, ranzinza, de nariz arrebitado, com um bigode que parecia uma escova de dentes, verdadeiro bacorinho vestido de gente.”⁴⁰³ Barroso referia-se ao Seu Dantas, bibliotecário daquele momento da administração.

Comparadas com os dados dos regulamentos da Biblioteca Provincial do Ceará na segunda metade do século XIX, as descrições que o autor de *História Secreta do Brasil* fez sobre as condições de solicitação e leitura naquela instituição mostram que não houve tantas mudanças a esse respeito em relação aos seus primeiros vinte anos de funcionamento. Mas no tempo das primeiras consultas de Gustavo Barroso exigia-se mais detalhes do que antes, como o nome e a residência do consulente na mesma ficha em que se informavam o título e autor solicitados. Em seguida, segundo suas memórias, o consulente deveria passar para um “vasto salão com uma grande mesa de leitura ao centro”. Nessa sala, encontravam-se as estantes de livros encimadas por bustos de gesso de Homero, Cícero, Virgílio, Dante, Goethe, Shakespeare, Voltaire, Napoleão e Lamartine. Desses autores representados

⁴⁰³ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso**. Edição em conjunto das obras: Coração de Menino, Liceu do Ceará e Consulado da China. Fortaleza, 1989, p. 170.

em esculturas na Biblioteca, quatro foram considerados como merecedores de reverência segundo o que Arthur Orlando escreveu em 1892 no jornal *O Pão*. Mencionamos essa passagem na Introdução deste trabalho.

Quanto ao período em que Gustavo Barroso iniciava suas idas à Biblioteca, não temos referências de qualquer registro diário de consultas, mas entre 1878 e 1887, se esses bustos já faziam parte da decoração de alguma sala desse estabelecimento, eles não inspiraram tanto os seus frequentadores na preferência pelas obras dos literatos esculpidos.

Durante nove anos do seu funcionamento, no período que se aproximava da última década do século XIX, a Biblioteca Provincial do Ceará foi espaço e tempo de uma cultura letrada que teve o romance como gênero narrativo mais frequente nas leituras praticadas nela. Não temos qualquer referência da presença de um busto do espanhol Enrique Perez Escrich nas dependências da Biblioteca, mas foram suas histórias que os consulentes não pararam de solicitar ao bibliotecário. Seus enredos e personagens compostos nos termos de um romantismo católico. Quando Escrich foi lido diariamente na Biblioteca, havia se passado pelo menos vinte anos do que Gustavo Barroso chamou de “espírito romântico da cultura de 1860”⁴⁰⁴. Referia-se ele ao imaginário romanesco e poético em que se formavam as leituras da sua tia laiá, responsável pelo início da sua educação nas letras. Segundo Barroso, laiá sempre citava Lamartine, Victor Hugo. Isso, na cronologia das suas memórias, no final do século XIX. Os dois autores apareceram no registro de consulentes da Biblioteca, mas com índices de leitura de sessenta consultas para Hugo e Lamartine com quatro. Tudo durante nove anos. Lá, foi um cotidiano mais espanhol do que francês. Lembremos das 1.137 consultas às obras de Escrich.

Mais próximo dos anos em que Barroso aprendia de cor *O último dos Moicanos*, de Fenimore Cooper, consultado quatro vezes na Biblioteca entre 1878 e 1887, Perez Escrich aparecia em vinte e seis títulos, com cinquenta e quatro exemplares, no inventário da Libro-Papelaria Gualter, do livreiro Gualter Rodrigues Silva⁴⁰⁵. Escrich seguiu com edições em português

⁴⁰⁴ Idem, p. 19

⁴⁰⁵ SILVA, Ozângela de Arruda. **Pelas Rotas dos Livros: Circulação de Romances e Conexões Comerciais em Fortaleza (1870-1891)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011, p. 92.

no início do século XX. Houve títulos do espanhol em 1899, 1900, 1902, 1906, 1909, 1914, por exemplo. Na Biblioteca, que com o novo regime republicano adotado no Brasil a partir da última década do XIX deixava de ser da Província do Ceará e passava a ser nomeada Biblioteca Pública do Ceará, o livro de consulentes do intervalo de 1894 e 1896 apenas trazia em suas páginas as assinaturas dos leitores.

Para pensar o circuito dos objetos impressos de maneira mais alargada, consideramos a abordagem das práticas da leitura, suas modalidades, temporalidades, figurações como pertinentes a essa tarefa. As relações estabelecidas com tais objetos, sobretudo com os livros, por meio dos usos da leitura são um aspecto relevante para uma crítica da cultura do livro, seu lugar e significado numa determinada configuração histórica. Nessa pesquisa sobre as práticas de leitura na Biblioteca Provincial do Ceará, na perspectiva do recorte de uma história do livro, concentrando-se no estudo da circulação e recepção de romances no Brasil na segunda metade do século XIX, colocamos em discussão a criação de uma biblioteca pública na Província do Ceará e as apropriações que seus leitores deram ao acervo dessa instituição entre os anos de 1878 a 1887. Perspectivas de novos pontos, portanto, em uma cartografia crítica do circuito das letras em Fortaleza nas últimas décadas do XIX.

Escrich repercutiu no Brasil do século XIX. Porém, esta popularidade não se repetiu no século XX, sobretudo após a metade desse século. A crítica e história literárias também não garantiram a perpetuação desse romancista. Ignorado das páginas das enciclopédias de literatura, desaparecendo dos catálogos de editoras e livrarias, ficando escasso nos acervos de bibliotecas, conseqüentemente o acesso do público às suas obras se tornaria improvável. Perez Escrich representa bem o autor best-seller que não foi transformado num clássico, não foi canonizado pelas instâncias legítimas de um sistema literário. Essa diferenciação pode ser melhor compreendida por meio da reflexão feita por Pierre Bourdieu sobre a consagração dos bens de produção cultural, em que nos apresenta uma distinção entre os “best-sellers sem futuro” e os “clássicos”, mostrando como o envelhecimento consagrado de uma obra depende da ação de algumas instâncias como “...autores e dos críticos que

fazem a editora dando-lhe crédito (pelo fato de ali publicar, de fornecer-lhe manuscritos, de falar favoravelmente de seus autores etc.), e também do sistema de ensino, único capaz de oferecer, a prazo, um público convertido”⁴⁰⁶. Tendo em vista o tipo de “envelhecimento” que a produção de Perez Escrich sofreu, ou seja, de esquecimento, naturalmente encontramos dificuldades em obter informações sobre esse literato.

⁴⁰⁶ BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 168-169

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Márcia (org). **Leituras no Brasil**: antologia comemorativa pelo 10º COLE. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

_____. **História de Cordéis e Folhetos**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

_____. (org). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_____. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ADERALDO, Mozart Soriano. **História Abreviada de Fortaleza e Crônicas sobre a cidade amada**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1974.

ALMEIDA, Luciana Andrade de. **Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. **Sob as luzes do saber**: a biblioteca provincial do Ceará – lugar de memória e identidade. Rio de Janeiro, 2000. 154p. Dissertação (Mestrado em História Social), UFRJ.

_____. **Biblioteca**: lugar de memória. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Germano; VASCONCELOS, José Gerardo (orgs). **Memórias no plural**. Fortaleza: LCR, 2001. 71 – 76.

AUGUSTI, Valéria. **Trajetórias de consagração**: discursos da crítica sobre o romance no Brasil. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

AZEVEDO, Sânzio. **Literatura cearense**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976.

BANN, Stephen. **As invenções da História**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012

BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1948

BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso**. Edição em conjunto das obras: Coração de Menino, Liceu do Ceará e Consulado da China. Fortaleza, 1989

BELO, André. **História e livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BESSONE, Tânia Maria. **Bibliotecas de médicos e advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar.** In: ABREU, Márcia (org). **Leitura, história e história da leitura.** Campinas: Mercado de Letras, 2002. 313 – 333.

BEZERRA DE MENEZES, Antônio. **Descrição da Cidade de Fortaleza.** Fortaleza: Edições UFC, 1992.

BORGES, Jorge Luís. **A Biblioteca de Babel.** In: **Ficções.** São Paulo: Globo, 1970.

BRUZEN DE LA MARTINIÈRE. **Introduction generale à l'étude des Sciences et des Belles Lettres, en faveur des personnes qui ne savent que le François.** La Haye: chez Isaac Beauregard, 1731

CAMINHA, Adolfo. **A normalista.** São Paulo: Editora Ática, 1998

CANFORA, Luciano. **A biblioteca desaparecida: história da Biblioteca de Alexandria.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Livro e liberdade.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

CARDOSO, Gleudson Passos. **Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso.** Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

CARDOSO, Gleudson Passos. **Literatura, imprensa e política em Fortaleza entre 1873 e 1904.** In: NEVES, Frederico de Castro; SOUZA, Simone de. **Intelectuais.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002

_____. **As repúblicas das letras cearenses.** Literatura, imprensa e política (1873 – 1904). São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em História Social), PUC.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2001.

CHARTIER, A-M; HÈBRARD, J. **Discursos sobre a leitura (1880 – 1990).** São Paulo: Editora Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações.** São Paulo: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. **Do palco à página: publicar teatro e ler romance na época moderna (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002

_____. (org). **Práticas da leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: Unb, 1999.

_____. **As revoluções da leitura no Ocidente.** In: ABREU, Márcia (org). **Leitura, história e história da leitura.** Campinas: Mercado de Letras, 2002. 19 – 32.

_____; CAVALLO, Guglielmo (orgs). **História da leitura no mundo ocidental.** São Paulo: Editora Ática, 2002.

_____. **Formas e Sentido. Cultura escrita:** entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CORBIN, Alain (dir.). **História do corpo:** da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis: Editora Vozes, 2009

CORDEIRO, Celeste. **O Ceará na segunda metade do século XIX.** In: SOUZA, Simone de (org). **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos no Ceará Provincial.** São Paulo: Annablume, 1997.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre dos Gatos.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **Boemia Literária e Revolução:** O Submundo das Letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O Beijo de Lamourette** – mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **História da leitura.** In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

_____. **O Iluminismo como negócio** – história da publicação da Enciclopédia. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **O poder das bibliotecas.** *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 abr 2001. Suplemento “Mais”.

DELEUZE, Gilles. **A ascensão do social.** In: DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DENIPOTI, Cláudio. **Páginas de prazer** – a sexualidade através da leitura no início do século. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum.** São Paulo: Princípio Editora, 1997

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud:** A paixão terna. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988

GIRÃO, Raimundo. **Dicionário da Literatura Cearense.** Imprensa Oficial do Ceará – IOCE – 1987.

_____. **Geografia estética de Fortaleza.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

GOULEMOT, Jean-Marie. **Esses livros que se leem com uma só mão: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII.** São Paulo: Discurso Editorial, 2000

GUEDES, Fernando. **O Livro e a Leitura em Portugal: Subsídios para a sua história – Séculos XVIII e XIX.** Lisboa: Editora Verbo, s.d.

HANSEN, João Adolfo. **Barroco, neobarroco e outras ruínas.** In: Destiempos.com México Marzo-Abril 2008, número 14

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARTOG, François. Sobre la noción de régimen de historicidad. **Historicidades,** Buenos Aires, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1996.

_____. **A leitura rarefeita: livro e leitura no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOBATO, Monteiro. Urupês.

MASSILON. **Discours inedit de Massilon, sur Le danger des mauvaises lectures, suivi de plusieurs pieces interessantes.** Paris: Beauce, 1817

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita – história do livro, da imprensa e da biblioteca.** São Paulo: Ática, 1996.

MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural.**

MORETTI, Franco (org.). **A cultura do romance.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

- MULLER, Andréa Correa Paraiso. **Percursos de “Madame Bovary” no Brasil**. Letras, Santa Maria, v. 23, n. 47, 2013.
- NABUCO, Joaquim. **Em defesa do livro: a conservação das nossas bibliotecas e arquivos**. Rio de Janeiro: Antunes, 1959.
- NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas** – o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7letras, 2002.
- NAVA, Pedro. **Educação Sentimental**. In: Revista de Antropofagia. São Paulo. Ano 1. n. 9.
- PAIVA, Aparecida. **A voz do veto: a censura católica à leitura de romances**. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860 – 1930)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- RAMOS, Francisco Regis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009
- RANCIÈRE, Jacques. **O efeito de realidade e a política da ficção**. In: Novos Estudos CEBRAP, 2010
- _____. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012
- REEVE, Clara. **The Progress of Romance**. Colchester: W. Keymer, 1785.
- RICHARDSON, Samuel. **Pamella Andrews, ou a virtude recompensada**. Lisboa: Offic. de Joaquim Thomas de Aquino. Anno de 1799.
- ROBERT, Marthe. **Romance das origens, origens do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2007
- SAPIRO, Gisèle. **Os processos literários e a construção da imagem do intelectual engajado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 28. Número 83.
- SCHAPOCHNICK, Nelson. **Jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial**. São Paulo, 1999. 270 p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da FFLCH, Universidade de São Paulo.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis – do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Ozângela de Arruda. **Pelas rotas dos livros**: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870 – 1891). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011

SOUZA, Simone de; CASTRO NEVES, Frederico (orgs). **Intelectuais**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. **Comportamento**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

USHERWOOD, Bob. **A biblioteca pública como conhecimento público**. Lisboa: Editora Caminho, 1999.

VASCONCELOS, Sandra G.T. **A formação do romance inglês**: ensaios teóricos. Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

VILLALTA, L. C. **O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura**. In: NOVAIS, Fernando (dir); SOUZA, Laura de Mello e (org). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol.1: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Robinson Crusoe, de Daniel Defoe: da sua circulação no mundo luso-brasileiro ao seu diálogo com o devir histórico**.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990